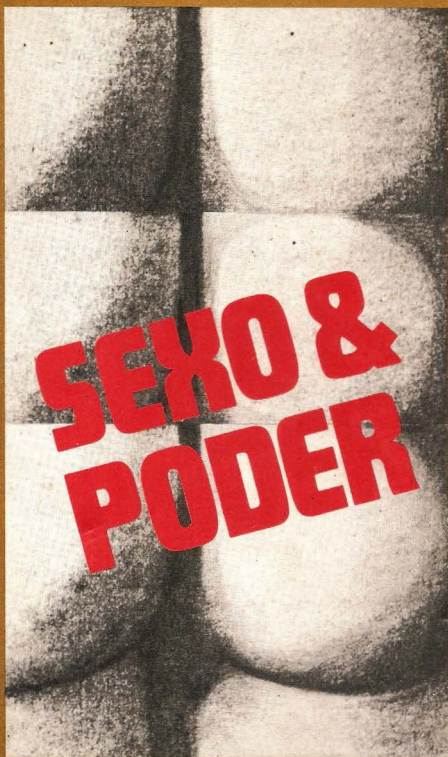


Cadernos do Presente



editora brasiliense



Aguinaldo Silva

VIOLAÇÃO: ATO DE SEXO OU DE PODER?

Guido Mantega

**SEXO E PODER NAS SOCIEDADES AUTORITÁRIAS:
A FACE ERÓTICA DA DOMINAÇÃO**

Inimá Simões

**SOU... MAS QUEM NÃO É? PORNOCHANCHADA:
O BODE EXPIATÓRIO DO CINEMA BRASILEIRO**

Jean Claude Bernardet

O ESCÂNDALO DA MELANCIA

Jean Claude Bernardet

PORNOGRAFIA, O SEXO DOS OUTROS

João Quartim

O CAMPO SOCIALISTA E A REVOLUÇÃO SEXUAL

Maria Quartim de Moraes

**A "NOVA" MORAL SEXUAL
DAS REVISTAS FEMININAS**

Maria Rita Kehl

SAUNA, ANGÚSTIA E LANCHONETE

Olgária C. F. Matos

FEMINISMO: REFORMA OU REVOLUÇÃO?

(Debate — Coordenação: Guido Mantega e Maria Rita Kehl)

AS CIÊNCIAS DO SEXO E OS FEITICEIROS DA REPRESSÃO

(Debate — Coordenação: Cesar Augusto de Carvalho)

AS MINORIAS SEXUAIS

(Debate — Coordenação: Flávio Aguiar)

HOMOSSEXUALIDADE E REPRESSÃO

(Entrevista com Pe. Alfonso Cattaneo e Lenildo Tabosa Pessoa)

A MORAL OFICIAL BRASILEIRA



editora brasiliense

SEXO & PODER

brasiliense

SEXO E PODER

GUIDO MANTEGA
COORDENADOR

SEXO E PODER



editora brasiliense
1979

CADERNOS DO PRESENTE 3

Sexo e poder

Conselho editorial

Guido Mantega (coordenador)

A. R. Espinosa

Eduardo Abramovay

Flavio Aguiar

Maria Quartim de Moraes

Maria Rita Kehl

Nelson Cordela

Tai de Castilho

Capa:

Mari

Revisão:

Nobuca Rachi



editora **brasiliense** soc. an.
01042 – rua barão de itapetininga, 93
são paulo – brasil

Índice

Apresentação	7
1. Sexo e poder nas sociedades autoritárias: a face erótica da dominação — <i>Guido Mantega</i>	9
2. Sauna, angústia e lanchonete — <i>Maria Rita Kehl</i> .	35
3. Feminismo: reforma ou revolução? — <i>Olgária C.F. Matos</i>	55
4. A “nova” moral sexual das revistas femininas — <i>Maria Quartim de Moraes</i>	67
5. Sou... mas quem não é? Pornochanchada: o bode expiatório do cinema brasileiro — <i>Inimá Simões</i> ..	85
6. O escândalo da melancia — <i>Jean Claude Bernardet</i>	97
7. Pornografia, o sexo dos outros — <i>Jean Claude Bernardet</i>	103
8. A moral oficial brasileira	109
9. As minorias sexuais	127
10. Homossexualidade e repressão	137
11. Violação: ato de sexo ou de poder?— <i>Aguinaldo Silva</i>	157
12. O campo socialista e a revolução sexual — <i>João Quartim</i>	167
13. As ciências do sexo e os feiticeiros da repressão	185

Apresentação

Neste final dos anos 70, a família brasileira assiste ao afrouxamento da censura sexual no país. Finalmente estamos “amadurecidos” para encarar de frente bundas e peitos, e mesmo para ver de relance os pêlos púbicos que se insinuam nos cantos mais escuros das telas dos cinemas e nas páginas dos Play boys caboclos. Nos vídeos das tevês já se fala em aborto, necessidades sexuais, educação sexual nas escolas, e outros assuntos “apimentados”.

Ê a revolução sexual? O esfacelamento da moral da tradicional família brasileira? Ou apenas um efeito colateral da “redemocratização lenta, gradual e restrita”?

Uma coisa é certa: a “moral”, os “bons costumes”, e principalmente os “maus”, continuam sendo uma questão de Estado, uma ameaça à segurança nacional e um risco à ordem e manutenção da família.

E quanto mais autoritário for o país, mais a sexualidade de seus cidadãos será reprimida. Mas, nem sempre o autoritarismo veste uniformes militares e encarcera os indivíduos em plena luz do dia. Ele pode ser sutil, invisível; estar incorporado em cada indivíduo, mesmo nas sociedades de aparência a mais democrática... Do mesmo jeito que a maior nudez, por si só, não é sinônimo de liberação da sexualidade.

O autoritarismo e a repressão sexual mais eficazes não são vistos a olho nu.

Neste trabalho coletivo, enfocamos a sexualidade autoritária; os diversos ângulos da questão da sexualidade que frutificou nas sociedades autoritárias. Partimos da problemática mais teórica, com Freud, Reich, Marcuse e Foucault, e che-

gamos na sexualidade brasileira, com a violência sexual, o sexo no cinema e nas revistas femininas, o feminismo e o homossexualismo; passamos pelo sexo nos países socialistas, e fechamos com psicoterapeutas discutindo a sexualidade brasileira.

Não pretendemos esgotar o assunto, muito menos resolver os problemas, mas somente levantar a questão... afinal, a sexualidade é inesgotável.

Guido Mantega

1. Sexo e poder nas sociedades autoritárias: a face erótica da dominação

GUIDO MANTEGA





Alguns autores têm afirmado que o sexo mantém íntimas relações com o poder; que a sexualidade tem estado comprometida com as relações de dominação existentes ao longo destes anos de civilização humana. Para Freud, a repressão e a sublimação dos instintos sexuais corresponde a uma condição necessária para a vida em sociedade; para Reich, a repressão da sexualidade está a serviço das sociedades autoritárias; e Foucault sustenta que o capitalismo avançado espalha o sexo e aumenta o seu poder através dele. Enfim, alude-se para uma faceta do poder que não costuma ser abordada nos manuais de ciência política. Trata-se de um poder invisível, subterrâneo, que age na penumbra, e pode ser tão eficiente quanto a polícia ou as instituições judiciárias.

Refiro-me a uma forma de poder resultante da manipulação da sexualidade e do tipo de estrutura mental que vem sendo forjada durante todos estes séculos de civilização: a estrutura autoritária. Segundo Marcuse, a história da humanidade tem sido a história da dominação, e as sociedades autoritárias têm criado os mecanismos pelos quais os indivíduos são predispostos mentalmente para a aceitação e reprodução do sistema autoritário. O condicionamento autoritário começa no berço, quando a criança entra em contacto, na família patriarcal, com o pai, o símbolo máximo da supressão do prazer, e o laço-mor da autoridade estatal. Assim, desde cedo os indivíduos são treinados a adotar o autoritarismo e a transmiti-lo. Para isso, são castrados e submetidos a fortes sentimentos de culpa, toda vez que agem ou simplesmente pensam em desacordo com a moral autoritária.

O estudo da formação da estrutura mental autoritária e do seu papel na sustentação dos sistemas de dominação tem sido abandonado nas mãos de uma psicologia e psicanálise integrativas (mais preocupadas em adaptar os indivíduos ao status quo do que em conscientizá-los), ou então relegado a assuntos "de menor importância" como o lazer. Daí a necessidade de se resgatar essa problemática e fundi-la às discussões sobre poder político e transformações sociais.

Procurei, neste trabalho, sintetizar as principais idéias dos autores que se destacaram por descortinar a dimensão política da sexualidade.¹ Não houve a pretensão, em tão curto espaço, de aprofundar ou dissecar obras tão fecundas como as de Freud, Reich, Marcuse e Foucault, mas apenas trazer à baila e comentar algumas de suas idéias centrais.

Freud e a civilização repressiva²

Antes de morder a maçã do pecado, o homem vivia no paraíso a desfrutar dos favores divinos. Bastava esticar o braço para alcançar as frutas maduras ou apanhar tudo o que precisasse para se saciar. Mas, foi só o Criador virar as costas, para o volúvel mortal botar as manguinhas de fora e abocanhar o fruto proibido. Assim, perdeu as mordomias celestiais e foi condenado a pegar no batente para sobreviver, perseguido pelos desejos pecaminosos que reprime até hoje.

Essa grosseira imagem do início dos tempos, mesmo não sendo muito católica, ilustra razoavelmente a noção de "natureza humana" pregada há séculos pela Santa Madre Igreja e

(1) Para efeito de simplificação, não farei nenhuma diferença entre o conceito de sexualidade e o de erotismo, a despeito das distinções que alguns autores realizam a esse respeito. Usualmente, o erotismo é tomado como mais abrangente do que a sexualidade, que se restringiria a manifestações mais diretamente relacionadas com a genitalidade. Neste trabalho, optei por nivelar por cima esses conceitos, tomando os dois no sentido mais abrangente de impulsos eróticos.

(2) Este tópico baseou-se, principalmente, no trabalho de Freud, *O Mal-Estar na Civilização*, sendo utilizada a tradução espanhola das *Obras Completas* da Editorial Biblioteca Nueva, Madrid, 1973.

ideologias afins. Os mortais são condenados a expiar a culpa do pecado original de que são portadores em virtude de seus impulsos “pecaminosos” de prazer. A maçã proibida simboliza os prazeres “impuros” do erotismo que assolam a humanidade, e fazem-na cometer atos impróprios e prejudiciais aos seus semelhantes. Portanto, os homens devem sentir-se culpados quando tomados por tais sentimentos, e procurar exorcizá-los. Dessa forma, o sentimento de culpa tem sido um dos principais guardiães da vida em sociedade, sempre atazinando o prazer onde quer que ele surja.

Os homens vivem perseguindo a felicidade, afirma Freud; e, para isso, devem esquivar-se da dor e sofrimento, e procurar sensações agradáveis. Porém, eles não podem ser felizes. A vida em sociedade obriga-os a reprimir seus instintos de prazer. Na verdade, a humanidade defronta-se com um mundo que só lhes provoca dissabores e sofrimentos.

Nos tempos primitivos, quando perambulava livremente pelas florestas, o ser humano não estava sujeito a regras de bom comportamento e respeito ao próximo. Por isso, podia dar livre vazão a todos os seus instintos, eróticos ou agressivos, sem a menor preocupação com castigos ou repreensões.

Naturalmente, esse “selvagem feliz” é mais uma caricatura do que propriamente um retrato antropológico fiel, uma vez que nossos ancestrais podiam ser almoçados por algum animal feroz ou um companheiro mais esfaimado, apesar de sua plena liberdade de exteriorizar seus instintos. De qualquer forma, Freud sugere que o homem primitivo não sofria as proibições e nem cumpria as obrigações a que é submetido o homem moderno. Este tem de conter-se, comportar-se condignamente com os seus semelhantes, e não deixar vir à tona certos instintos que lhe sobem à cabeça.

Então, segundo Freud, a vida em sociedade submete o homem ao sofrimento, não apenas exigindo a renúncia ao prazer imediato, como também impedindo a livre manifestação dos instintos agressivos, inerentes, segundo ele, a todo ser humano. Além disso, o frágil mortal tem de se proteger dos dissabores que lhe podem ser causados pelos seus semelhantes. Uma atitude mal recebida ou repudiada pelos companheiros pode causar-lhe frustrações e sofrimentos. O jeito é

arriscar-se menos, conformar-se em reprimir os instintos de prazer.

Impedido de manifestar-se na sua forma original, o instinto de prazer pode ser transformado em algo “mais civilizado” como, por exemplo, o trabalho, e, aí sim, terá permissão de aflorar. No caso de um trabalho agradável, essa sublimação pode recuperar uma parte do prazer instintivo. Porém, nesse processo de transformação, uma parte da intensidade erótica se perde no meio do caminho; e o prazer do trabalho será sempre menos intenso do que o que seria sentido pela manifestação do instinto original.

A partir da possibilidade de transformação do instinto do prazer pela sublimação, Freud estabelece uma espécie de hierarquia de prazer onde o prazer mais intenso corresponde aos instintos mais grosseiros e primários, enquanto os instintos domesticados, que são canalizados, por exemplo, para o trabalho agradável ou para o gozo das obras de arte, provocam prazeres menos intensos.

Se aceitarmos essa concepção freudiana do prazer, seremos forçados a admitir que a civilização humana, qualquer que seja ela, vai impor regras de comportamento de modo a restringir e diminuir o prazer humano.³ Os instintos não precisarão ser eliminados, mas deverão, no mínimo, ser atenuados, transformados, despidos de parte de sua carga libidinal, e reduzidos a arremedos de prazer. Note-se que Freud não se restringe à situação atual da civilização humana, mas refere-se a um princípio mais geral que deve reger a vida em qualquer sociedade. Para viver em coletividade, o homem é obrigado a encerrar seus instintos numa camisa de força, que poderá ser mais ou menos folgada de acordo com o nível de repressão dessa sociedade.

(3) “... é forçoso reconhecer a medida em que a cultura repousa sobre a renúncia das satisfações instintivas: até que ponto sua condição prévia radica precisamente na satisfação (por supressão, repressão ou algum outro processo?) de instintos poderosos. Essa frustração cultural rege o vasto domínio das relações sociais entre os seres humanos, e já sabemos que nele reside a causa da hostilidade oposta a toda cultura.” S. Freud, *El Malestar en la Cultura*, op. cit., pág. 3038.

Convém retornar à interpretação freudiana de trabalho (enquanto instinto de prazer sublimado), uma vez que se trata de um conceito-chave para apurar se realmente a civilização exige a repressão dos instintos. O trabalho é, segundo Freud, “uma técnica de orientação vital que liga o indivíduo tão fortemente à realidade (à comunidade humana) como nenhuma outra”.⁴ Porém, o prazer de trabalhar seria incomparavelmente menor do que o causado pelas “pulsões instintivas indômitas”. Na verdade, Freud identifica uma aversão humana “natural” ao trabalho, tendo em mente, provavelmente, as formas de trabalho praticadas no capitalismo e em outras sociedades de classe. Mas isso provoca uma dúvida. Será que o trabalho é “naturalmente” desagradável? Ou trata-se de um defeito do chamado trabalho alienado, exercido em determinados contextos sociais?

Evidentemente não há como se comparar o prazer oriundo de uma viagem ao templo de Vênus, com uma jornada de trabalho arando a terra sob um sol de 40 graus. Um orgasmograma (inventado para medir a intensidade de prazer), nem se moveria diante da árdua labuta do camponês, enquanto chegaria rapidamente ao ápice no caso de uma relação sexual. Porém, o orgasmo sexual tem vida efêmera, se bem que possa ser prolongado por uma atmosfera de amor e afetividade que estique as sensações agradáveis. Imagine-se, agora, uma nova forma de trabalho (diferente do trabalho alienado usualmente exercido sob coação ou necessidade), escolhida e exercida com gosto. Aí, o orgasmograma poderia acusar uma satisfação menos concentrada ou menos intensa num momento fugidio, porém muitas vezes mais duradoura. No balanço geral de prazer qual das duas situações implica num maior acúmulo de felicidade?

É difícil responder com precisão, uma vez que o orgasmograma provavelmente nunca será inventado. Mas, tem-se a noção de que o trabalho pode tornar-se uma fonte de prazer tão gratificante quanto uma relação sexual, se bem que nunca

(4) S. Freud, *idem*, pág. 3024, nota 1693.

tão concentrada momentaneamente. Aliás, as coisas não se excluem e até se complementam.

Para conceber uma forma de trabalho que seja tão gratificante quanto um instinto primitivo de prazer, teríamos que modificar o caráter restritivo ou deserotizante da sublimação freudiana. Em outras palavras, a transformação do instinto de prazer num trabalho agradável não empobreceria a intensidade de prazer, apenas mudaria sua maneira de manifestação. Vamos deixar esse problema para mais adiante.

Voltando a Freud, existiria no ser humano uma disposição instintiva agressiva que deve ser reprimida para permitir a vida em sociedade. Trata-se, sem dúvida, de uma ameaça maior para a vida comunitária do que os instintos de prazer, visto que impulsionaria o indivíduo, em certas ocasiões, a maltratar seu semelhante, a obrigá-lo a práticas sexuais sem o seu consentimento, a forçá-lo a trabalhar sem retribuição, a martirizá-lo e até matá-lo.⁵ Essa tendência destrutiva, quando posta em prática, provocaria uma profunda satisfação, pois realiza desejos de onipotência e de poder sobre os outros. Então, sua renúncia também implica num menor desfrute de prazer.

Em tenra idade, o indivíduo esbarra de cara com um forte obstáculo para manifestar a sua agressividade. Trata-se da autoridade paterna, sempre pronta a punir e a castigar as transgressões dos filhos e deixá-los atemorizados com a possibilidade de perda do amor e proteção.

Com o tempo, o indivíduo introjeta a autoridade e aloja-a dentro de si, sob a forma de uma consciência moral, uma espécie de guardiã sempre atenta a adverti-lo perante seus

(5) "A verdade oculta por trás de tudo isso, que negaríamos de bom grado, é a de que o homem não é uma criatura terna e necessitada de amor, que somente ousaria defender-se se fosse atacada, senão, pelo contrário, um ser entre cujas disposições instintivas também deve incluir-se uma boa dose de agressividade. Por conseguinte, o próximo não representa unicamente um possível colaborador e objeto sexual, senão também um motivo de tentação para satisfazer nele a sua agressividade, para explorar a sua capacidade de trabalho sem retribuí-la, para aproveitar-se sexualmente sem o seu consentimento, para apoderar-se de seus bens, para humilhá-lo, para ocasionar-lhe sofrimento, martirizá-lo, matá-lo." S. Freud, *op. cit.*, pág. 3046.

instintos agressivos. Entra em cena o superego, que aciona angústias ou sentimentos de culpa diante das ações e, mesmo, de pensamentos que arrisquem a proteção, o amor e os privilégios dispensados não apenas pelo pai ou pela família, mas também por todo o meio social.

Dessa forma, o sentimento de culpa torna-se um dos mecanismos mais eficientes de controle social e de garantia da autoridade, inicialmente encarnada pelo pai, e depois transferida para o Estado e suas instituições. Um bom exemplo desse mecanismo é o complexo de Édipo, quando a criança tem ódio pelo pai, cuja figura o impede de exercitar seus desejos pela mãe. Mas, ao mesmo tempo, dispensa-lhe amor, à medida em que o pai também é fonte de afeto, carinho e proteção. Essa contradição na criança (amor e ódio pela mesma pessoa) provoca-lhe um forte sentimento de culpa.

Note-se que, no caso de Édipo, o instinto de agressividade (ódio pelo pai) vem associado a um instinto de prazer (desejo pela mãe), ou melhor, o ódio é provocado pela repressão de um instinto de prazer, conduzindo-nos à conclusão de que o sentimento de culpa aparece não apenas diante de instintos de agressividade, como também garante o represamento de certos instintos de prazer.

Reich e a revolução sexual

Para Reich, a maioria dos instintos socialmente perturbadores, como a agressividade, as taras, a violência sexual, não passam de conseqüências da repressão sexual imposta aos indivíduos pela sociedade. A moral repressiva das sociedades autoritárias deforma os instintos sexuais que acabam se exteriorizando agressivamente e prejudicialmente para a própria comunidade. Nessas condições, a moral repressiva (ou a civilização que esteriliza os instintos de prazer) é a grande responsável pela violência e agressividade da humanidade, e não, como afirmava Freud, uma necessidade para suprimir ou refrear tais instintos.

Na verdade, afirma Reich, a moral repressiva serve menos para represar instintos nocivos à sociedade, e mais para atender aos interesses das classes dominantes em manter os seus privilégios econômicos.⁶ Evidentemente, à medida em que provoca taras e perversões, a moral repressiva deve tornar-se cada vez mais repressiva para controlá-las. Porém, a causa primeira dessas manifestações “anti-sociais” não é uma natureza humana supostamente agressiva, e sim a própria civilização repressiva.

Dessa forma, Reich procurava opor-se à concepção freudiana de civilização, onde esta é tida como repressiva em qualquer circunstância. Na verdade, Reich não negava o caráter repressivo da civilização atual, mas apontava para a possibilidade de uma outra não repressiva, isto é, uma organização social onde não houvesse a dominação do homem pelo homem. A civilização repressiva corresponde a uma fase específica da história da humanidade e pode ser superada, uma vez que não corresponde a nenhuma característica “natural” e inevitável do ser humano.

Diante desses argumentos, a abordagem freudiana corre o risco de tornar-se conservadora e a-histórica, e mesmo justificar a dominação de classe e a sua manutenção, a despeito de Freud ser o grande inspirador da obra de Reich.

Nos primórdios do capitalismo, a moral repressiva deveria facilitar a formação de novos contingentes de trabalhadores, e, assim, o sexo “normal” era aquele restrito à procriação e que não desperdiçasse o tempo e as energias que os trabalhadores tinham de guardar para o seu trabalho nas fábricas. Provavelmente por isso, a moral vitoriana exigia decotes fechados e atitudes mais recatadas, e incidia com rigor especial sobre a mulher, a única que poderia garantir a existência de herdeiros consangüíneos para o capital. Então, a fêmea deveria ser mantida em regime de monogamia vigiada, enquanto

(6) “A moral (repressiva) não surgiu em consequência da necessidade de reprimir impulsos socialmente perturbadores, pois já foi ela quem os gerou. Ela surgiu, na sociedade primitiva, de certo interesse de uma camada superior, que se desenvolvia e se tornava economicamente poderosa, de reprimir as necessidades naturais...” W. Reich, *A Revolução Sexual*, Zahar, RJ, 1976, pág. 54.

fechavam-se os olhos, ou, até mesmo, eram incentivadas as “aventuras” masculinas.

Talvez Reich tenha exagerado ao explicar a rigidez da moral feminina pela necessidade do herdeiro consangüíneo. A rigor, bastava à família garantir um herdeiro com o nome do pai, de modo a impedir o fracionamento do capital, e um continuador para o empreendimento do pai. Assim, pouco importa a cor do sangue do herdeiro, pelo menos para a burguesia francesa que, no Código Napoleônico,⁷ considerava filho legítimo aquele reconhecido pelo pai, a despeito de sua possível semelhança com o padeiro.

Com a diminuição de suas funções econômicas, a família restringiu-se a fornecer a ideologia autoritária aos novos cidadãos. A célula familiar “transmite, pela sua formação e por influência direta, não apenas atitudes gerais com respeito à ordem social existente e maneira de pensar conservadora, mas também exerce influência imediata, especialmente pela estrutura sexual da qual se origina e propaga, sobre a estrutura social das crianças, no sentido conservador ...”⁸

A família tradicional inicia o seu trabalho de castração (ou de formação da personalidade autoritária) sobre os primeiros instintos eróticos da criança. Esta fica impedida não apenas de dar vazão à sua atração pelos pais, como também de realizar jogos eróticos com seus amiguinhos, ou mesmo de praticar a masturbação. Assim, a sexualidade vai adquirindo deformações anti-sociais, e criam-se seqüelas que vão se alargando à medida que os indivíduos vão se defrontando com novas interdições sociais.

Na família compulsiva, diz-nos Reich, o pai é o representante máximo da autoridade. Ele é o encarregado de impor aos filhos a moral repressiva e os pontos de vista do *status quo*.⁹

(7) O Código Napoleônico, elaborado durante o império de Bonaparte, foi um dos primeiros códigos civis onde estão contidas as leis e as normas jurídicas que trazem os interesses da burguesia.

(8) W. Reich, *A Revolução Sexual*, op. cit., pág. 105.

(9) “... devido à contradição entre a sua posição no processo de produção (subordinado) e sua função familiar (chefe), ele é lógica e tipicamente uma espécie de

Essa repressão familiar aleija psiquicamente os indivíduos, bloqueando-os em suas manifestações criativas e afetivas, e dotando-os de uma estrutura mental de vassalo. Isso implica em torná-los impotentes (ou, pelo menos, a deformar suas energias sexuais), com medo e submissão à autoridade e, ao mesmo tempo, com uma forte ânsia de exercê-la, de assumir o poder para proteger-se de suas próprias inseguranças. A personalidade autoritária demonstra um forte apego à situação vigente ou às normas conhecidas, em face de seu pavor de situações novas, onde a precária instabilidade poderia levar ao desamparo. A situação autoritária garante uma certa estabilidade e a existência de *pais* (primeiro o familiar, e depois as instituições estatais), que dizem o que fazer ao enorme bando de filhos inseguros. Os indivíduos carentes de autoridade têm medo da democracia ou de situações onde as regras do jogo podem ser mudadas e os papéis não são fixados por hierarquia; enfim, são homens que temem a vida.

A sociedade autoritária cria indivíduos submissos, com forte ânsia de dominação, sempre almejando controlar os mais fracos (para enganar sua sensação de impotência). É o rebanho ideal para ser dominado sob um Estado forte.

Marcuse e a dessublimação repressiva

Quando as manifestações estudantis de maio de 1968 deixaram, por alguns dias, vários países europeus em pé-de-guerra, parecia que a profecia de Herbert Marcuse, de que os estudantes e outros setores sociais da classe média tomariam a dianteira na revolução social, iria se realizar. Foi assim que esse ex-integrante da chamada escola de Frankfurt¹⁰

primeiro-sargento; submete-se aos que estão em cima dele, absorvendo totalmente os pontos de vista dominantes (daí a sua tendência para a imitação), e domina os que estão em baixo dele; transmite os pontos de vista governamentais e sociais e os faz respeitar." W. Reich, *A Revolução Sexual*, op. cit., pág. 106.

(10) A Escola de Frankfurt foi um núcleo de estudos que ganhou relevo a partir dos anos 30, com trabalhos sobre vários aspectos da vida social, como, por

ascendeu à celebridade. Mas a festa durou pouco, e a fama de Marcuse — apesar de seu talento — foi varrida juntamente com as barricadas do Quartier Latin.

Em *Eros e Civilização*,¹¹ Marcuse aceita a idéia de que, no início da civilização, os homens tinham de renunciar ao prazer imediato para trabalhar e prover os recursos necessários à sua sobrevivência. Porém, mesmo após atingida a fase da abundância, quando o avanço tecnológico exige cada vez menos tempo de trabalho para suprir as necessidades básicas, a maior parte da humanidade continua mergulhada na carência e sem usufruir o prazer.

Atualmente, boa parte da população é mantida na miséria para ser obrigada a trabalhar e, assim, preservarem-se os interesses do sistema de dominação. Essa carência artificialmente mantida exige que a civilização exerça um grau de repressão sobre os instintos do prazer, perfeitamente dispensável caso todo o potencial acumulado fosse direcionado para o sustento da humanidade. Ocorre que esses recursos são utilizados para enriquecer as classes dominantes.

Para Marcuse, mesmo essa civilização dos primórdios da humanidade (que procura restringir o prazer instintivo em prol do trabalho), não teria um carácter meramente repressivo, como foi definido por Freud. O homem primitivo, é verdade, tem de trabalhar, ao invés de amar ou passear. Porém, a contenção de certos instintos atuaria não apenas no sentido de refrear ou eliminar o prazer, mas acarretaria, sobretudo, uma transformação radical na própria natureza desse prazer. Assim, sem a presença da civilização, o animal homem manifestaria instintos correspondentes a necessidades biológicas, pouco diferentes dos instintos animais. Com a organização cultural, as necessidades e instintos biológicos transformam-se em necessidades e instintos humanos socialmente definidos. Isso corresponde à passagem do prazer ani-

exemplo, a cultura (música, literatura, etc.), certas instituições da sociedade capitalista como a família patriarcal e similares. Vários de seus integrantes, como T. Adorno, W. Benjamin, Horkheimer e o próprio Marcuse, tornaram-se bastante conhecidos pela qualidade de seus trabalhos.

(11) Zahar, RJ, 1968.

mal para a sua forma humana, por meio da superação da mera compulsão biológica, e implica no aumento da gratificação do prazer. Tais restrições dos instintos podem ter sido primeiro impostas pela carência e pela dependência do animal humano, mas tornaram-se, depois, um privilégio e distinção do homem, que o habilitaram a transformar a necessidade cega da satisfação de uma carência numa gratificação desejada.

Note-se que, aqui, Marcuse está discordando da escala de prazeres sugerida por Freud — que atribuía maior intensidade de prazer aos instintos mais indômitos ou mais primitivos. O ser humano estaria habilitado a atingir níveis mais gratificantes de prazer por meio do amadurecimento ou humanização dos instintos.

É claro que essa maturidade não pode ser observada numa cultura alienada que submeteu o corpo humano à escravidão do trabalho, impedindo-o de ser uma fonte de prazer. A cultura capitalista sacrifica o prazer humano ao deus do lucro máximo e, portanto, ao princípio do desempenho econômico. Para isso, o corpo humano deve ser deserotizado, deixando a sexualidade restrita às zonas genitais, isto é, as áreas de procriação.

Como Freud, Marcuse identifica o sentimento de culpa como um dos principais mecanismos de repressão. Porém, ele nota uma diminuição da função repressora da autoridade paterna à medida em que se amplia o controle social sobre os passos dos indivíduos. Atualmente, o velho pai vem sendo substituído, em alguns aspectos simbólicos, pela administração privada e pública dos burocratas e tecnocratas. Esta encarna uma autoridade social mais eficiente do que o pai, e regula todas as atividades humanas, desde a vida pública até a vida privada, o lazer, etc.¹²

Essa capacidade de controle global sobre os indivíduos (de seus atos, sua consciência) apontada por Marcuse, permite um relaxamento dos tabus sexuais que anteriormente

(12) Vide a respeito, *A Ideologia da Sociedade Industrial*, Herbert Marcuse, Zahar, RJ, 1967.

desempenhavam um papel mais importante, quando o controle não era tão abrangente. Hoje, comparado com a era puritana da rainha Vitória, a liberdade sexual aumentou consideravelmente. Porém, essa liberdade deve ser entendida entre aspas, pois ela não representa a livre manifestação do princípio do prazer, mas sim uma sexualidade contaminada pelo princípio do desempenho econômico. Trata-se da “dessublimação repressiva”, onde, aparentemente, existe uma liberação do Eros, mas, na verdade, permitem-se as ações, mas não o sentimento. O indivíduo deserotizado, incapacitado de manifestar os seus sentimentos mais profundos, passa a intensificar seus “exercícios” sexuais. Para usar uma imagem pretensamente lírica, é um corpo amando sem alma.

A aparência libertadora da dessublimação repressiva lança uma cortina de fumaça sobre a repressão que continua manietando os indivíduos à racionalidade econômica.

Então, a maior “liberdade” sexual dos nossos dias, se bem, a meu ver, constitua um avanço sob inúmeros aspectos (no mínimo, permite a constatação de que algo está errado na sexualidade), está longe de representar o afloramento do instinto do prazer. Na verdade, a relação afetiva ou sexual moderna sofre uma limitação básica que a esteriliza no seu nascedouro. Pois é uma relação exercida por indivíduos fabricados pelo capitalismo (e, em outras épocas, por outros sistemas autoritários), isto é, por homens individualistas, competitivos, egocêntricos, desconfiados dos outros e de si mesmos; e, por tudo isso, incapazes de uma comunhão humana solidária. Nessas condições, o ato sexual fica compartimentado; dá-se entre um sujeito e um mero objeto, ao invés de concretizar a união de dois sujeitos. Enfim, tende a restringir-se a um ato individual, com pouca carga afetiva, e não consegue alcançar a qualidade de uma *relação*. O prazer mecanizado da sociedade de consumo (com bonecas de plástico, vibradores a pilha e outros engenhos) ilustra bem a solidão e alienação da sexualidade contemporânea.

Nesse contexto, pouco adianta multiplicar as posições sexuais, ou inventar novos jogos amorosos (sexo grupal, sexo com melancias, com cães e outros bichos), sem alterar substancialmente a qualidade das relações. Aliás, até parece que

essas “inovações” se multiplicam para compensar o fracasso da relação. Isso demonstra a impossibilidade de se realizar uma profunda modificação nas relações sensíveis sem uma transformação radical das relações humanas, a começar pelas relações de produção baseadas no princípio do desempenho econômico e na exploração e dominação do próximo, se bem se possa avançar até certo ponto pelo lado das relações individuais.

Foucault e a monarquia do sexo

Numa linha de raciocínio diametralmente oposta à de Reich, Michel Foucault afirma, em *História da Sexualidade* (Graal, RJ, 1977), que a civilização moderna não pratica a repressão sexual. Pelo contrário, o sexo estaria sendo cultivado como nunca; as práticas sexuais estariam sendo estimuladas como forma de aumentar o controle sobre os indivíduos.

Evidentemente, prossegue Foucault, as coisas eram diferentes no início do capitalismo, quando o sexo estava direcionado para aumentar o exército de trabalhadores. Estes não deviam dispersar suas energias com atividades lúdicas, se é que lhes restava alguma depois de uma árdua jornada de trabalho. A rígida moral dessa época havia restringido ao máximo a relativa liberdade sexual desfrutada antes do capitalismo — quando os nossos felizes antepassados se guiavam (nessa questão) em termos de prazer — e surgiram severas normas de conduta para as atividades sexuais.

Mas o capitalismo avançou e despiu-se dos espertalhões vitorianos, iniciando um longo período de erupção sexual, que estaria se alastrando até os nossos dias. Não que as normas sexuais tenham desaparecido. Muito pelo contrário, elas continuaram se multiplicando e difundindo ou regulamentando as atividades sexuais de todo o mundo. Só que agora, diz Foucault, ao invés de conter interdições, essas normas difundem práticas sexuais. E aí reside a diferença fundamental do período anterior ao capitalismo, quando havia também uma liberdade sexual, porém menos “institucionalizada”.

Agora, a vida sexual foi parar nos livros de medicina, psiquiatria, psicologia, sexologia e áreas correlatas. Criou-se toda uma classificação de atitudes, de condutas sexuais as mais variadas. “Localizaram-se” as zonas erógenas do corpo, suas sensações; enfim, definiu-se um corpo e todas as suas sensações.

Segundo Foucault, essa teorização do sexo foi incentivada pelo Estado e preocupou-se menos com o sexo intramrimonial e mais com a sexualidade das crianças, dos loucos, dos criminosos, dos que têm obsessões, manias, etc. Então, as instituições “disciplinaram” não apenas o sexo “normal”, como também as chamadas perversões e o sexo fora do matrimônio, que vão se difundindo tanto quanto a sua teorização (a partir do séc. XIX). Para ele, toda essa febre discursiva sobre a sexualidade ajudou a estimular as práticas sexuais. Então, quanto mais o sexo faz parte do comportamento humano, mais ele é controlado pelas instituições.

Para pôr o sexo a seu serviço, o poder conta com um poderoso aliado. Trata-se da compulsão à confissão, um hábito profundamente arraigado no comportamento humano desde a Idade Média. Por trás das ações humanas projeta-se a sombra do erro e do pecado. Já nascemos carregando o pecado original. Logo, o homem precisa purificar-se constantemente, redimir-se de seus erros e maus pensamentos, reconhecê-los, para ganhar o perdão da humanidade.

Note-se que não estamos falando apenas da Liga das Senhoras Católicas, mas de um pensamento que aflige a maioria dos mortais, sejam cristãos ou não, e os constrange a sentir-se culpados. Somos um bando de cidadãos sempre sob suspeita, não apenas das instituições constituídas mas também, e aí está o x da questão, aos nossos próprios olhos.

Assim, a prática da confissão dissemina-se amplamente sobre todas as atividades humanas. Porque o homem, confessa-se não apenas na igreja, mas também perante a justiça, a medicina, a família, os amigos, as amantes, etc. Confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos; confessa-se o passado e os sonhos, a infância, as doenças e as misérias. Confessa-se em público ou em particular, aos pais, aos educadores, aos médicos, aos analistas, àqueles que se

ama. Confessa-se a si próprio confissões impossíveis de confiar a outrem. Enfim, confessa-se ou se é obrigado a confessar.¹³

A confissão liberta-nos dos pecados que a todo momento nos assolam. Então, ela deve acompanhar os nossos passos. Torna-se, portanto, um ótimo instrumento de controle, vigiando tudo o que se faz, o que se diz, e o que se pensa.

Geralmente, a confissão conta com um interlocutor que nos ouve atentamente, avalia, julga, condena, perdoa, consola ou pune, dependendo das circunstâncias. Esses alter-egos (pais no caso das crianças, professores no caso dos alunos, psiquiatras no caso de doentes mentais, juízes no caso de delinquentes, sacerdotes no caso de religiosos, psicanalistas no caso de terapeutizados) estão investidos de uma ascendência, de uma superioridade, enfim, de uma autoridade que nos exige reverência.

E o sexo, prazer por excelência, é um prato cheio para a confissão do homem civilizado. Nada está tão próximo do “pecado”, da “devassidão”, da sacanagem ou libertinagem. Os próprios termos que denominam atitudes sexuais já vêm impregnados de uma carga negativa. A luxúria, por exemplo, nos remete à imagem de alguém ofegante, com os olhos brilhando de desejo e babando de excitação. Some-se a isso o fato de o sexo representar algo misterioso para a humanidade. Um sentimento forte, inquietante, aparentemente independente de nossa vontade e decisão.

Nessas condições, diz Foucault, a humanidade foi-se colocando sob o signo do sexo. Este torna-se a razão de tudo, o segredo-mor, a causa onipotente, o sentimento oculto. No capitalismo avançado, o desejo sexual não seria reprimido, mas sim estimulado, para depois ser capitalizado pelos mecanismos de controle. Além disso, o próprio desejo já é definido, quase que construído pelas próprias instituições. O capitalismo criou o sexo que lhe convém, e, por meio dele, exerce um poder que é muito mais eficiente e mais sutil do que a repressão aberta.

(13) M. Foucault, *História da Sexualidade*, op. cit., pág. 59.

Sem sombra de dúvida, Foucault nega o suposto caráter repressivo da civilização. Se o poder se utiliza da sexualidade, não tem razão para reprimi-la. Então, onde estão os instintos (de prazer e de agressividade) apontados por Freud? Ou inexistem, ou possuem uma natureza totalmente diferente dos instintos freudianos. Tem-se a impressão que, para Foucault, esses instintos representam algo como uma massa disforme e indefinida de sensações que são moldadas pela mão da ideologia ou da moral capitalista. A cultura define e impõe as sensações do corpo, e os rituais para alcançá-las. Estamos diante da negação completa de qualquer natureza humana anterior à cultura.

Poderíamos, então, utilizar esse raciocínio para desarticular a explicação freudiana de uma civilização repressiva, necessária para neutralizar os males sociais da natureza humana instintiva. Porém, Freud não permaneceu ancorado numa definição estática, imutável e a-histórica de natureza humana, se bem tenha escorregado para isso em diversas passagens de sua obra. Nota-se um esforço do pai da psicanálise em derivar os instintos das relações sociais. Foi essa a bola que Reich e Marcuse tomaram de Freud e chutaram para a frente, procurando cristalizar a gênese social (e não biológica) dos instintos. Aliás, Freud teria ido mais longe do que parece, pois, no entender de Marcuse, elaborou não apenas a psicanálise, como também a metapsicanálise, ou seja, não se restringiu a identificar os mecanismos da psique, como também interpretou possíveis tendências da humanidade. Nesse sentido, o instinto de prazer poderia ser interpretado não como algo quase biológico, mas sim como uma tendência humana, identificada nestes séculos de vida social, e apontando para uma possibilidade futura: o homem em busca do prazer e da felicidade. Essa proposta filosófica é revolucionária, pois indica o potencial e a necessidade de se transformar a situação social infeliz e desprazerosa, de se superar “o mal-estar na cultura”.

Foucault enfatizou brilhantemente o caráter social das sensações e prazeres humanos, revelando mecanismos interessantíssimos de controle e dominação (bem além da mera repressão sexual). Porém, descuro-se do veio filosófico freu-

diano, que iluminava o movimento transformador. Foucault desatou a humanidade de amarras “naturais”, mas atou-a às diretrizes do discurso¹⁴ negligenciando a dinâmica do processo. Para ele, poder e prazer podem caminhar juntos, enquanto para Freud, e mais para Reich e Marcuse, o poder (ou autoritarismo) e prazer se excluem, vale dizer, a felicidade depende da derrota do autoritarismo ou, o que dá na mesma, da eliminação da sociedade de classes. Assim, Freud nos dá elementos para identificar a tensão dialética entre a moral repressiva (ou discurso normativo, em termos fouconianos) e a busca do prazer e felicidade, inscrita nas práticas políticas e ideais revolucionários, onde as relações sociais autoritárias tendem a ser superadas.

Democracia e sexualidade

Pensando nos leitores pouco familiarizados com este assunto, procurei omitir, até aqui, as várias controvérsias sobre a formação da personalidade autoritária. Naturalmente, as coisas ficam mais complicadas quando introduzimos as diferenças entre as explicações abordadas. Assim, convém dedicar estas linhas finais à verificação de algumas dessas complicações.

Antes de mais nada, convém ressaltar o fato de que tanto Reich quanto Marcuse encontraram em Freud uma de suas principais fontes de inspiração. Isso não exclui, naturalmente, certas críticas a várias passagens da obra do grande mestre da psicanálise, como, por exemplo, em relação à sua concepção de uma natureza anti-social dos impulsos básicos do homem. Apesar desse suposto equívoco, foi o próprio Freud que desencavou a existência de um princípio do prazer por baixo dessa pretensa natureza humana hostil e agressiva,

(14) Como bom estruturalista, Foucault atribui ao discurso cultural a capacidade de determinar o comportamento humano, vale dizer, ele determina as normas de comportamento social. Se, em certa medida isso é correto, por outro lado não se pode esquecer que é a prática social que cria o discurso e, portanto, pode modificá-lo.

apontando para um novo homem fruto de um meio social menos repressivo.

A similitude entre certas passagens de Reich e Marcuse não se deve, apenas, à influência freudiana, mas tem a ver com o casamento que ambos procuraram celebrar entre psicanálise e materialismo histórico. Isso resultou num enriquecimento recíproco, à medida em que impediu que uma parte da psicanálise naufragasse em águas pavlovianas e intimistas e permanecesse divorciada da situação político-social, ao mesmo tempo em que descortinava a importância da estrutura psíquica dos agentes políticos.

Dentre as divergências observadas entre Freud e esses seus dois intérpretes, ressaltam-se as relativas à concepção de trabalho. Para Freud, o trabalho representa a renúncia do prazer e, portanto, uma atividade desagradável, o que não deixa de ser verdade no caso dos sistemas de dominação onde o trabalho é sinônimo de exploração e alienação. Sem contestar o império do trabalho alienado na civilização mais recente, Reich admite a possibilidade de um trabalho livre (numa nova organização social), não apenas compatível com a manifestação da sexualidade, como também um dos seus canais privilegiados de manifestação. E aqui entra em cena a discussão do conceito de sublimação, que em Freud implica na metamorfose das energias libidinais. Estas, uma vez despojadas de sua carga erótica, podem manifestar-se sob a forma, por exemplo, de energias do trabalho. Já em Reich, a sublimação implica na manutenção do caráter erótico das energias libidinais, ou seja, na erotização das atividades do trabalho.

Essa questão fica mais clara na análise de Marcuse sobre o trabalho alienado. Segundo ele, na sociedade capitalista a produção não é orientada e controlada pelos trabalhadores, mas é o capital (as máquinas, os meios de produção) que desempenham essa incumbência. Portanto, se o produtor é aliado, primeiro do controle, segundo dos objetivos da produção e, finalmente, dos frutos de seu trabalho, este só pode resultar de coação ou repressão. Porém, basta devolver ao produtor o controle do processo e modificar os objetivos (do lucro para a satisfação das necessidades humanas), e teremos um trabalho que pode tornar-se uma das várias manifestações

das energias da libido. Então, Marcuse também concebe um tipo de sublimação que não implica no empobrecimento da energia libidinal, mas somente em sua canalização para uma nova esfera de prazer. Isso é possível em função da erotização maior do corpo e das várias atividades humanas, de modo a criar zonas erógenas ou atividades eróticas fora da esfera genital, que possam extravasar os limites do próprio corpo. Trata-se das manifestações erógenas “espirituais”, derivadas do poder criador de Eros (o princípio do prazer), tais como “o amor das belas ocupações” e o “amor dos belos conhecimentos”, que vêm juntar-se ao amor corporal, para formar a nova constelação de prazer de uma sociedade não repressora. Nessas atividades, a sexualidade não é desviada e nem impedida de atingir seu objetivo (o prazer sexual); pelo contrário, ao atingi-lo transcende-o em favor de outros, buscando uma gratificação mais plena.

Isso quer dizer que, tanto o trabalho livre (não fetichizado), quanto a prática de outras atividades como a fruição de uma obra de arte, ou a fecundação de novos conhecimentos, podem constituir-se numa forma de extravasamento/fruição das energias libidinais. Por seu lado, o sexo genital, apesar de poder ser intensificado, deverá abrir espaço para a erotização do restante do corpo, dando margem a novas formas de prazer corporal. Conclui-se, pois, que a liberação do princípio de Eros implica na erotização de todas as atividades, e a sublimação perde qualquer caráter repressivo e deve ser entendida como a humanização da sexualidade (transformação da sexualidade animal em sexualidade humana).

O inconsciente ou o reino da fantasia possui uma natureza distinta nas análises de Reich e Marcuse. Para o primeiro, o inconsciente espelha a deformação causada pela moral sexual repressiva sobre os impulsos sexuais. Estes, uma vez impedidos de se manifestar, refletem-se nos sonhos e outros focos de extravasamento do inconsciente sob a forma de impulsos a-sociais e anti-sociais. As energias sexuais repressadas transformam-se em feras raivosas que atacam a mente dos indivíduos, envolvendo-os em desejos mórbidos e destrutivos. Então, o inconsciente é uma espécie de termômetro das perturbações mentais provocadas pela repressão. Já para Mar-

cuse, o reino da fantasia é a fortaleza onde os desejos e impulsos do prazer se puseram a salvo do efeito desagregador e castrador da repressão. Assim, o inconsciente impede que o princípio do prazer seja corroído pelo princípio da realidade, e armazena um potencial revolucionário que ameaça subverter as coisas. Por isso, a fantasia encerra a negação da repressão, e insinua um estilo superior de vida.

Com o tempo, os aparatos ideológicos da sociedade capitalista conseguem invadir essa fortaleza outrora inexpugnável, e substituir a velha fantasia impulsiva por uma nova imaginação pré-fabricada pela sociedade repressiva, com sonhos que podem ser concretizados pela máquina do consumo. Dessa forma, o princípio do desempenho aprisiona esse último reduto de rebeldia, desfazendo a dualidade realidade/fantasia correspondente ao princípio da realidade e do prazer — submetendo tudo ao princípio do desempenho econômico, e reduzindo o homem a uma única dimensão. O “homem unidimensional” é aquele onde até a consciência foi aprisionada pelo controle social.

Nos países desenvolvidos, até mesmo os trabalhadores teriam sido despojados de seu potencial revolucionário em virtude seja do controle absoluto de todos os seus passos (inclusive sua consciência), seja pela cooptação material, dando-lhes acesso ao reino encantado do consumismo. Nessas condições, a classe operária americana e européia teriam sido definitivamente incorporadas ao sistema, e as esperanças de insurreição estariam, agora, nas mãos dos rebeldes primitivos (os trabalhadores) dos países atrasados e das mulheres, intelectuais e estudantes dos países adiantados. Os primeiros por estarem, ainda, fora do alcance das garras do condicionamento ideológico e excluídos dos padrões de consumo de seus companheiros mais desenvolvidos; enquanto as mulheres, os intelectuais e estudantes, por estarem menos integrados ao processo de trabalho e preservarem componentes rebeldes naturais. Infelizmente, não há espaço para aprofundarmos nossa divergência em relação a qual seja a classe que deverá conduzir o processo revolucionário, mas, seguramente, não será a classe média, se bem, como costuma acontecer, **alguns** de seus integrantes assumam os interesses do **proletariado e**

auxiliem estes últimos a despojar-se da ideologia dominante. Na verdade, não acredito na existência de um arsenal ideológico dominante tão abrangente e poderoso de modo a perpetuar o *status quo*.

Se bem que seja verdade que o capitalismo desenvolveu métodos muito mais refinados de dominação que as formações sociais anteriores — onde os látigos dos feitores ficavam à vista dos escravos e os senhores feudais desfilavam com as espadas à mostra — deve-se registrar uma crescente produção crítica que fustiga implacavelmente a racionalidade capitalista e lança as sementes de uma ideologia que aponta para novas relações sociais. Sem ir muito longe, basta mencionar o próprio trabalho de Marcuse.

Ao assumir a aparência de liberdade, o capitalismo teve que acionar mecanismos de controle que lançassem mão de artimanhas ideológicas e psíquicas, onde os laços de submissão foram tornados invisíveis. Daí a importância crescente da luta ideológica (ao lado da luta política) no sentido de trazer à tona esses artifícios que interferem na estrutura mental dos indivíduos.

Mesmo caminhando a passos de tartaruga, o movimento socialista europeu tem avançado no desmascaramento da lógica capitalista e vem cozinhando em fogo lento novas alternativas de organização social, a despeito do crescente acesso desses trabalhadores ao provocante mundo das mercadorias e da forte influência da ideologia social-democrata. Basta mencionar o terreno conquistado nas administrações municipais e no campo parlamentar pelos agrupamentos socialistas e comunistas na França e na Itália, e mesmo os movimentos de erradicação do fascismo em Portugal e na Espanha.

Por último, quero levantar uma questão relacionada com a duração da estrutura mental autoritária além do capitalismo. Como já foi apontado por Reich e Marcuse, os sistemas autoritários são não apenas anteriores ao capitalismo, como também têm demonstrado uma vida mais longa que este último, sobrevivendo mesmo nas sociedades que já esboçaram os primeiros passos em direção ao reino da liberdade.

Nos países socialistas, a eliminação da propriedade privada e a dissolução das classes do capitalismo têm se revelado

insuficientes para o estabelecimento de sociedades democráticas, despojadas dos grilhões autoritários. Naturalmente, isso se deve, em grande parte, ao forte assédio dos países capitalistas. O próprio Marcuse salientou que o grande poderio desenvolvido pelo capitalismo monopolista “obrigou o bloco socialista a manter-se na defensiva, o que lhe custa caro: não apenas em termos de despesas militares, mas também porque tal situação lhe impede de se desvencilhar de sua burocracia repressiva. Dessa forma, o desenvolvimento do socialismo continua sendo desviado de seus principais objetivos; a coexistência e a competição com o Oeste engendram valores e aspirações onde o modelo não é outro que o nível de vida americano” (*Vers la Liberation*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1969, pág. 7).

Então, não há como negar o cordão umbilical que prende o bloco socialista à ideologia burguesa, ou melhor, pequeno-burguesa. Porém, Marcuse exagerou em considerar essa influência tão forte a ponto de tornar esses países mais estéreis a mudanças sociais do que os próprios países capitalistas, insinuando que a sociedade americana constituiria um campo mais fértil para fermentar a dissolução do capitalismo. Afinal, em seu próprio trabalho ficou claro que o grande passo para eliminar o autoritarismo exige a dissolução do princípio do lucro ou do desempenho econômico; e, pelo menos em parte, os países socialistas já eliminaram a lógica do lucro, apesar de continuarem balizados pelo princípio do desempenho econômico.

De qualquer maneira, fica patente a dificuldade em se solapar a estrutura ideológica do autoritarismo, que já possui vida própria nos países socialistas, independentemente da existência das nações capitalistas. Então, a luta deve dirigir-se não apenas contra o inimigo externo (o imperialismo americano, alemão, etc.), como também deve centrar-se sobre o invisível alvo interno, tão perigoso quanto a **águia americana**.

O próprio Reich defrontou-se com esse aliado invisível do autoritarismo quando, após a Revolução de Outubro, foi convidado por Lênin a realizar modificações na estrutura familiar soviética. Nessa ocasião, Reich constatou as **difícil-**

dades em dissolver a família monogâmica patriarcal (segundo ele o maior veículo da ideologia autoritária), à medida que isso deixava os trabalhadores desamparados (psiquicamente) e inseguros, em face de sua estrutura mental mutilada.

Nessas condições, a constituição do homem novo e a conquista da liberdade, vai muito além da destruição do estado capitalista e deve começar muito antes que isso aconteça, numa luta sem quartel contra todas as formas de autoritarismo manifestas na vida social. Dado que o autoritarismo impregna todas as atividades humanas, mais explicitamente no trabalho e enrustidamente nas relações doméstico-familiares (marido e mulher, pais e filhos), a sua depuração não pode restringir-se à formação do partido dos trabalhadores ou à organização dos sindicatos, mas implica num combate corpo-a-corpo que começa no cotidiano de cada indivíduo.

A instauração de uma ordem política mais livre e igualitária deve ser acompanhada pela caça ao autoritarismo em todos os seus redutos. Este deve ser desmascarado enquanto racismo (discriminando negros, judeus, amarelos e outras raças “inferiores”), enquanto restrições sexuais (discriminando relações fora do “matrimônio”, o sexo das crianças, o homossexualismo, etc.), enquanto discriminação da mulher (via machismo), etc. Nesse sentido, os vários redutos democráticos surgidos ultimamente no Brasil, como os núcleos de defesa ecológica, os movimentos feministas, os movimentos pela melhoria do nível de vida da população, e outros tantos, não passam de manifestações específicas, ou melhor, das várias facetas assumidas pela luta em prol da transformação social.

2. Sauna, angústia e lanchonete

MARIA RITA KEHL

“Vontade! ... Assim se chama o libertador e o mensageiro da alegria: eis o que vos ensino, meus amigos. Mas aprendei também isto: a própria Vontade é ainda escrava. O Querer liberta; mas como se chama o que aprisiona o libertador?”

F. Nietzsche,

Assim Falou Zarathustra

†



A pretensão deste trabalho é levantar algumas pontas dos véus que encobrem as evidências do estado de repressão crônica em que vivemos. "Nós": pequena burguesia metropolitana, razoavelmente universitária, razoavelmente jovem, supostamente progressista; está dirigido para e sobre quem potencialmente o lê, onde me incluo.

As evidências do estado de repressão crônica em que vivemos não existem. A repressão é desintegradora do indivíduo. Apóia-se em dicotomias, em fragmentações. Impede a afirmação do ser indivisível ao romper sua unicidade original desde a primeira ferida narcisista até tantos outros ferimentos e tão ameaçadores que, qualquer ruptura, qualquer barreira, qualquer negação do desejo, parece trabalhar a favor do princípio do prazer. A fragmentação se torna desejável e a repressão, "natural". Se fosse evidente, seria possível que se tornasse crônica?

O caminho da reintegração talvez seja conhecido por meia dúzia de nós, se é que é possível conhecê-lo individualmente. Há quem diga que os loucos o conhecem, mas a impressão que tenho é de que os loucos deram só o primeiro passo: eles enxergam seu eu dividido enquanto os outros se pretendem íntegros. Enxergar, talvez, não implique necessariamente na loucura, mas, sem dúvida, promete momentos de pânico, desamparo e perda dos mecanismos habituais de estar no mundo mais ou menos confortavelmente. Já o não enxergar e procurar viver/sobreviver dentro desse estado de alienação implica na manutenção das dicotomias. Na restrição de possibilidades de êxtase. Na existência compulsiva; a compulsão

uma das formas da repressão mistificada, seria mesmo a forma mais eficiente sob a qual resistência e angústia, trabalhando em conjunto, mascaram-se de alegria, vitalidade, sensualidade, combatividade e tantas outras modalidades do ser sinceramente desejadas. Passa-se de uma compulsão a outra como de um modismo a outro, mas a opção por esse recurso não se confunde com a opção pela liberdade. Todo comportamento compulsivo é comportamento regrado. E regrado a partir de normas alheias ao indivíduo.

Ilusões da boa adaptação

Aliás, vivemos numa civilização normativa, inseridos numa classe “exemplar” mais realista que o rei, que assume antes das outras a necessidade da norma, pois a afirmação de sua existência está em candidatar-se a todos os esquemas de competição/ascensão/adaptação propostos pelo poder. O desconforto perante o novo, o imprevisível e, sobretudo, o irregrado, penetra até mesmo setores que buscam independência e libertação para si próprios ou para “o conjunto da sociedade”.

Vivemos numa sociedade cuja ordem se funda na culpa individual e social, inseridos numa classe ainda mais culpada por sua constante indefinição no campo das relações de produção, da distribuição de explorações e privilégios. Sociedade cuja ordem se funda não tanto na repressão brutal da força física, mas, sobretudo, na responsabilização do indivíduo. Cada um é responsável pela “sua” sobrevivência, pelo “seu” trabalho, pela “sua” felicidade, pela “sua” eficiência e bom desempenho, pelo desenvolvimento normal de “suas” faculdades. Ao indivíduo responsabilizado não resta mais que disciplinar-se. Do contrário, estará condenado (e todos os que não se conformam estão, a menos que se rebelem em conjunto) à solidão dos desajustados. Dos que não cabem em lugar nenhum até que, desesperados, se responsabilizem pelo “seu” crime ou pela “sua” loucura.

Vivemos numa cultura compulsiva. Modos de enraizamento das normas de funcionamento do sistema em nós: pela fé, pela convicção, pela moral, pelo fanatismo, pelo “dever”. Enfim, por todas as formas de alienação em relação à existência e às relações sociais que levam a que todo ato ou desejo deva ser dito justificado, explicado, idealizado, antes de ser admitido como real ou razoável. Assim, vivemos de maneira autovigilante, persecutória.

O que nos conduz a também vigiar, perseguir e culpar todos aqueles com quem possamos nos identificar. O que nos faz instaurar mecanismos “informais” de hierarquização, classificação, julgamento e punição que poupam muito trabalho às instituições formalizadas do poder. Não se trata de propor a troca do conteúdo axiológico das normas que atualmente regem a vida, mas da necessidade radical de se destruir essa outra necessidade paranóica de normas.

Não conhecemos o que sejam a liberdade plena, o prazer irrefreado. Nunca vivemos neles socialmente e a vivência individual encontra limites óbvios no meio ambiente com o qual o indivíduo precisa se comunicar — *inclusive por suas demandas de liberdade e prazer*. A regulamentação e a divisão rígida do tempo, por exemplo, consistem no primeiro aprendizado a que a criança é submetida, enquanto o prazer anseia pela intemporalidade. A adaptação (e conseqüente redução) do Princípio do Prazer ao Princípio de Realidade começa no nascimento.

Justamente por isso não adianta se estabelecer critérios para a liberdade, regras para o êxtase. Não adianta formar clubinhos. Não adianta manter a motivação para a luta, montada sobre a ilusão de que a utopia está conosco ou, o que é pior, sob nosso controle. A utopia requer desilusão em relação ao presente. Só não é balela se partir da admissão da não liberdade e, portanto, da nossa dor. Não a dor inevitável, a ser suportada com resignação como desejam as igrejas em geral, mas a dor insuportável (mesmo que suportada) de todas as violências/rupturas acumuladas por nós, em nós, contra nós. Não a dor que nega ou invalida a obtenção de qualquer prazer, mas essa dor que, no limite e a despeito de nós, está contida na própria experiência de prazer.

Se o êxtase (falo do êxtase *possível histórico e atual*, não do êxtase ideal projetado para um futuro fora do tempo) consiste em momentos de integração vital e existencial do indivíduo, então o ato mais desrepressivo é ainda um ato de prazer e dor, angústia e volúpia, Eros e Thanatos historicamente mesclados em nós de maneira dialética. O êxtase hoje está na (re)criação do ser integrado; pressupõe a destruição da culpa (e o conseqüente pânico à loucura), a desistência de todas as modalidades de boa adaptação e bom desempenho. A (re)união dos falsos opostos que nos fragmentam: amor e ódio; prazer e dor; corpo e espírito; pecado e graça; dimensão privada e dimensão social.

A desilusão é possível a partir do momento em que o homem abandona as pretensões a um ser-em-si puro, natural e biológico, assumindo o ser-para-si político. Irmanado. Projetado do aqui para o universo, do agora para a história passada e possível — o que faz do aqui e agora a cada momento uma possibilidade de êxtase: *fluir vital e social da energia inter e intra corpos já que toda “energia” humana existe sob formas culturais, formas de relação*. A concepção de um enegerticismo puramente “físico” segundo modelos das ciências exatas é outra das acrobacias ideológicas fragmentadoras da totalidade humana. Tentativa de dissociar o vital do político. Dissociação inexistente na prática — a energia corpórea encarada como “pura” pode, simplesmente, assumir as formas da ideologia da pureza — mas possível nas consciências; o que é suficiente para que as pessoas dirijam seus “atos de liberação de energia” sob formas de exercícios abstratos, alienados de qualquer relação com o mundo. Gritar ou chutar o vento num quarto fechado são atos que provavelmente dão expressão a energias e ódios (ou tensões) reprimidos, mas não possuem o mesmo *conteúdo* que outros tipos de ação liberadora, socialmente dirigidos. Agora, é possível que o “quantum” de energia liberada seja o mesmo nos dois casos. Se é que isso tem importância.

Burocracias da felicidade

Parece que a desilusão não nos interessa. Ou: parece que temos mais a perder do que ilusões. A nós, as soluções não radicais — as soluções reformistas — trazem (mais concretamente do que àqueles que oprimimos) alguma perspectiva de atenuação da miséria afetiva e existencial da vida cotidiana sem desestruturar as bases desse cotidiano, de nossa *boa adaptação*. Aí se inserem a psicologia, a psiquiatria e sua série de práticas “curativas”, inventando (com algum sucesso) possibilidades de felicidade individual compatíveis com o capitalismo e sua exigência disciplinar. Difundindo a esperança de que a história se detenha antes de penetrar a vida privada (onde se constrói, evidentemente, uma história privada, objeto da psicanálise e nunca das práticas políticas). A História deixaria de incomodar o indivíduo a partir do momento em que ele obtém a chave de algumas conquistas básicas: “seu” inconsciente, “seus” mecanismos de defesa, “seus” conflitos, “seu” orgasmo...

Este ser terapeutizado se encontraria então sob controle, sob seu próprio domínio, vacinado contra os cataclismas do tempo e/ou da sua condição social, sexual, etc., etc. Inclusive contra as ameaças do desejo e da fantasia, que — esses jamais sob controle absoluto — deveriam deixar de angustiá-lo na medida em que foram compreendidos, interpretados e tornados conscientes. O que lhe resta então é prosseguir o controle (e nesse ponto a compulsão joga um papel importante — logo mais eu chego lá) de sua felicidade, essa felicidade do desejo sempre distraído.

Eros e racionalidade

Não sei se é possível afirmar que os assuntos referentes ao sexo e aos afetos em geral sejam complicados em qualquer sociedade. Talvez sim: Freud, por exemplo, sugere que ciúme, perda, inseguranças e paixões são problemas inerentes à “psi-

cológia do amor". Certo é que em nossa cultura o amor (termo banido de muitas psicologias, mas que considero mais completo do que sexualidade e seus eufemismos) ocupa grande parte do tempo e do espaço psicológico, é responsável pela maioria das angústias e nem por isso, fonte de parcela proporcional de prazer. A vida amorosa flui mal — o que não significa que o sexo nos esteja interditado. Praticamente vivemos em função dele e, no entanto, nossa experiência é pobre: vivemos carentes.

Tendemos a viver sexo e emoções de maneira compulsiva. Mais preocupados com a potência "eretiva" (a distinção é de Reich) do que motivados pelas possibilidades de prazer. Explico: Reich distingue a potência para ereção/ejaculação da potência orgástica. E relata que em sua experiência clínica, os homens mais ostensivamente "potentes", capazes de várias ereções e relações sexuais seguidas, se revelavam impotentes orgasticamente e bloqueados afetivamente. Daí o superdesempenho, sugere Reich: esses senhores não estavam nunca sexualmente relaxados, liberados orgasticamente da energia sexual acumulada — portanto, sempre "prontos para a próxima"... Evidentemente, o problema, embora mais facilmente constatado em homens por razões inclusive culturais, não é privilégio masculino.

Então, paradoxalmente, é possível supor que mesmo o comportamento do "trepador compulsivo" — que assume todos os signos ideológicos da liberdade sexual — possa ser indicador de sua profunda repressão. Que vai mais além dos gestos, dos atos e dos teatros. O desejo profundo de deixar emergir do inconsciente as demandas da libido (a maioria, banidas desde a primeira infância) choca-se com o pavor da desestruturação, da experiência, de angústia frente ao desconhecido e frente à culpa, que essa emergência de material inconsciente, regressivo, carregado de emoções contraditórias, necessariamente acarreta.

Os momentos de emergência do reprimido assemelham-se à loucura; são experiências de perda dos referenciais conhecidos, dos *limites* conhecidos, dos esquemas de significação conhecidos. Momentos de vivenciar o que não está submetido. O que não está submisso. Daí as tentativas de manter esse

processo sob controle intelectual ou, melhor ainda, verbal — sendo a estrutura da palavra uma das mais organizadas e que fornece, portanto, maior segurança em manter a lógica e a coerência.

“A” repressão, afinal de contas, não é um peso morto, um objeto-tampão da psique que se mantém firme e estático sobre as fantasias e desejos negados ao corpo e aos sentidos desde o período narcisista. A repressão é um processo constante. Continua deformação desses desejos, tentativa permanente de “ligar a energia flutuante” (Freud) de maneira socialmente viável. Depois de vinte, trinta anos desse trabalho de constante deformação dos impulsos libidinais não se pode esperar que a emergência do reprimido se assemelhe à alegre irrupção de uma sexualidade livre e sadia. Pois a sexualidade livre e sadia não está mais “lá”, e nos deparamos com o desconhecido, com a aparente falta de lógica de todas as dicotomias que a repressão operou em nós. O ser livre, sadio e integrado, deve ser reconstruído ou, talvez, recuperado. Essa é uma tarefa existencial. E coletiva.

O trabalho da repressão aliado (ou seriam a mesma coisa?) às ideologias que justificam a fragmentação do ser em opostos irreconciliáveis, conduz a um tipo de dependência em relação aos mecanismos do pensamento e da linguagem (considerados como desejáveis em relação aos seus “opostos”, desejos e emoções), uma necessidade de raciocinar e falar *sobre* a experiência no momento exato em que ela deveria se dar. Raciocínio e verbalização (ainda que silenciosa) substituem a própria experiência. A constante interpretação das razões e significados da experiência intercepta essa vivência; transforma a entrega plena ao momento presente — entrega que pode ser sexual, criativa, poética, revolucionária, apaixonada... — num ato de liberdade condicional sob vigilância de esquemas reducionistas.

Na *Gramática da Vida*, Cooper refere-se a uma independência em relação aos mecanismos de controle e justificativa do comportamento e da experiência. *Agir sem pensar* seria viver com autonomia, dirigindo a ação a partir dos próprios desejos e não de normas alheias ao desejo. Algo semelhante ao conceito de *racionalidade* para Reich, a *razão vital das emo-*

ções e da libido em lugar da irrazão que costumamos considerar desejável e razoável. Mas a conquista dessas possibilidades estaria relacionada (em termos ligeiramente diferentes para os dois autores) à nossa disposição para “morrer e viver de novo”. Experiência radical de desestruturação/reestruturação do ser em bases mais conformes com sua orientação vital. A disposição (ou coragem, se for o caso de encarar o assunto em termos morais) para essa experiência transformadora é a mesma que predispõe à vivência da experiência orgástica plena, às experiências revolucionárias de todos os tipos — ou seja, experiências fora do controle da nossa racionalidade tal como está condicionada hoje.

A compulsão psicanalítica

Para a vigilância da razão repressiva sobre a experiência, a psicanálise forneceu um modelo atualmente muito mais difundido via-ideologia do que através da própria psicoterapia, acessível de fato a muito pouca gente. Reich menciona, em sua *Análise do Caráter*, o fato de que clientes de terapia mantêm a esperança de uma solução cerebral que não toque em suas resistências e emoções. Como se a energia que não está fluindo livremente pudesse se gastar em uma série de *atos de tornar consciente o inconsciente*; que se “gaste” através do discurso em vez de fluir na ação/emoção.

É a “compulsão à interpretação” que acompanha os psicanalisados para o resto da vida, consciência persecutória que só permite e valida a experiência devidamente “interpretada”, ou seja, enquadrada nos moldes de referência considerados razoáveis. O critério do razoável é fornecido pela própria moral psicanalítica que lhes dirá o que é sadio e o que é perverso, o que é maduro e o que é regressivo, o que é motivado por impulsos inconscientes normais ou abomináveis.

O inconsciente não é um lugar; é um construto sob o qual designamos tudo aquilo que parece fazer parte de nossa história mas não diretamente acessível à experiência imediata e/ou reflexiva. A possibilidade dessa inconsciência a respeito de

uma parte do que se passa conosco/em nós se dá justamente porque “aprendemos” a fragmentar a experiência e construir barreiras emocionais que impedem a tal emergência do reprimido, ou seja: impedem de sentir, lembrar, enxergar, perceber grande parte do que se passa aqui onde estamos. Qualquer reintegração pressupõe a destruição dessa estrutura de bloqueios emocionais (o que não significa que estruturas novas não devam ser criadas — o ser permanentemente desestruturado não tem condições de sobreviver).

A caça aos conteúdos do inconsciente sob comando do intelecto — um mecanismo de interpretação compulsiva tão defensivo quanto outros sintomas neuróticos compulsivos, com a diferença de ter um respaldo e uma legitimação social intelectual que o torna mais eficiente — pode ser compreendida com base nas especulações do próprio Freud em *Mais Além do Princípio do Prazer*. Aí, ele explica que a *compulsão de repetição* é a tendência a reincidir continuamente em ações, pensamentos, gestos, que aparentemente não trazem prazer em si mesmos a não ser em sua função de “ligar a energia flutuante” e com isso evitar a angústia (o que, em última instância, é uma função a serviço do próprio Princípio do Prazer, ainda que empobrecido em suas demandas). Por outro lado, os comportamentos típicos da compulsão de repetição também não liberam nada, pois Freud verifica que não correspondem a desejos ou necessidades reprimidas de seus clientes.

Também em situações/conflitos da vida cotidiana, Freud constata a tendência das pessoas repetirem os mesmos ciclos ou mesmos desfechos, dando a impressão de um “destino inexorável” do qual não conseguem se libertar, “o perpétuo retorno do mesmo” que corresponde à limitação de possibilidades vitais existenciais típica do neurótico. Essa tendência à repetição é o oposto da liberdade, a procura de situações conhecidas e já vividas como se aí houvesse uma espécie de equilíbrio (ainda que restritivo e sufocante) como proteção ante o medo das situações novas de uma dinâmica vital constantemente desequilibradora. Em terapia psicanalítica, o paciente se apegaria às primeiras sugestões de interpretação do analista, que não chegam a ameaçá-lo emocionalmente se a

couraça inicial de resistências não houver sido abalada, e passaria a utilizar o próprio esquema de interpretação como tábua de salvação, comportamento compulsivo para aliviá-lo a cada vez que a angústia, ligada às demandas não resolvidas da libido, ameaçar seu precário estado de equilíbrio emocional. O sintoma neurótico compulsivo socialmente incômodo ou indesejável é substituído então por uma interpretação compulsiva de seus desejos, motivações, pensamentos ante cada gesto de maneira a impedir justamente o *agir sem pensar*, atirar-se em situações novas e inovadoras pelo puro prazer da experiência para além dos limites conhecidos/admitidos, ou pela busca de satisfação de um impulso irregrado. Impulso para cujos perigos Freud também adverte: é incomparavelmente maior o prazer obtido na satisfação de um desejo irrefreado do que na satisfação de um impulso já sob controle, educado, disciplinado e devidamente socializado. Daí a grande atração exercida pelas chamadas “perversões”, colocadas fora do âmbito do Princípio de Realidade.

Mas Freud também adverte sobre as limitações da psicanálise, coisa que seus seguidores não parecem levar em consideração, ao continuarem acenando com as possibilidades de uma felicidade mantida nos limites do razoável. Ele e Breuer afirmam que o máximo que podem fazer com sua prática é “transformar vossa miséria histérica em infelicidade cotidiana”. Ou seja, a eliminação do sintoma e sua transformação em estrutura de caráter (couraça). A noção consciente da repressão vai-se apagando. Altera-se o conteúdo da felicidade e das demandas do desejo. Na civilização onde o bem maior é o consumo, aspira-se a um estado de anestesia constante do qual todas as idéias/fantasias/vontades nocivas tendem a ser excluídas. Evidentemente a fragmentação do indivíduo está mantida, e ainda com menor dispêndio de energia, para desenvolver suas inibições que se tornam cada vez mais “naturais”. “Os vínculos reais entre o indivíduo e a cultura estão soltos” (Marcuse). O homem moderno *adaptado* está liberado de seu sofrimento evidente. Pode agora tentar dia a dia matar sua sede de si mesmo (sua sede do estado de integração original) na produção e no consumo. Compulsivos, é claro. Só assim o trabalho alienado deixa de ser tão doloroso e a dico-

tomia trabalho/lazer ou trabalho/ser pode ser mantida tranqüilamente. E recompensada.

Reformismo e consumismo

Ou seja: a sociedade vem adaptando com sucesso crescente suas formas de manutenção da ordem às demandas de felicidade individual através da constante deformação de ambas e sua transformação em ideologia. Vem criando e recriando (pois a ideologia não está acima da vida, na “superestrutura”, e sim viva e dinâmica, transformando-se a cada fato social novo) formas cada vez mais sedutoras de alienação/fragmentação. Sobretudo para as chamadas classes médias, cujo tempo vem se tornando, com o desenvolvimento do capitalismo, um pouco mais disponível para atender às exigências do corpo e do espírito (o que cria, evidentemente, um novo e vastíssimo mercado de consumo), elaboram-se a cada dia novas opções para suas tentativas compulsivas de satisfação, que se assemelham à felicidade e à liberdade plenas.

A pequena burguesia (não falo das classes trabalhadoras não porque as suponho “puras” e intocadas pelas seduições da alienação, mas porque não as conheço o suficiente), parece ter associado de maneira eficiente, liberdade e consumo. Para os incultos, o consumo material dos milhares de novos bens supérfluos, dos sonhos de viagens ao exterior, das revistas para homens e das tevês coloridas. Para os cultos, aqueles que se recusam a contornar a questão sexual/existencial por vias escandalosamente substitutivas (transformar a libido em gordura acumulada...) estão disponíveis dezenas de novas técnicas terapêuticas, massagens e relaxamentos, grupos de encontro, regimes macrobióticos, seitas orientais, produtos naturais, *workshops* bioenergéticos de fim de semana que prometem liberdade sem dor em três lições fáceis a três mil cruzeiros por cabeça. E textos, manuais, sistemas novíssimos americanos, europeus, ou mesmo brasileiros (mas sobretudo americanos) que “ensinam” o sujeito a ser orgástico, descontraído, assertivo, dinâmico. A levar as tensões dessa vida numa boa.

E textos como este, que mesmo questionando os modismos são vendidos na esteira do próprio modismo. Contradição que tento compreender afirmando que todo modismo se impõe a partir de demandas reais e generalizadas, e que então trata-se de chamar a atenção para as formas vigentes de mistificação dessas demandas... E que se a questão sexual hoje se insere em qualquer programa mínimo de instituições pedagógicas disciplinares ou reivindicatórias, sejam as mais conservadoras (excetuando-se os extremos mais anacrônicos do tipo TFP), sejam as mais progressistas, é evidente que a iniciativa não partiu dos círculos do poder, mas sim das massas que exigem, em vários níveis, respostas para uma situação de tensão que já se tornou insuportável. A mistificação é só uma tentativa de resposta mais inteligente, mais conciliatória e mais eficaz do que a interdição.

Uma resposta aparentemente adequada a uma classe social que tem uma inserção menos brutal na produção e que por isso não precisou levar a fragmentação do corpo e da libido às últimas conseqüências. Adequada a uma classe que conquistou certos privilégios no campo do trabalho (mais “cerebral” e menos mecanizado), e os conquistou a partir do desenvolvimento do capitalismo e da exploração mais organizada de outra classe — por isso lhe é tão penoso negar o capitalismo radicalmente. Uma classe que atualmente se beneficia de certos privilégios espirituais como o acesso à universidade e ao consumo dos bens culturais. A pequena burguesia luta (e trabalha para isso!) por se assemelhar à burguesia também em suas conquistas de liberalismo na moral e nos costumes, que fazem do sexo e do lazer um braço/privilégio de classe a distingui-la de todas as outras. É evidente que as instituições sociais (até mesmo as religiosas) se organizam para acolher e reorientar/reorganizar essa nova exigência de uma parcela considerável das massas. E aqui estamos imersos no sistema de sedução/alienação que nós mesmos ajudamos a construir para melhor nos disciplinar e melhor extrair nossa **mais-valia** e nossa “poupança”.

Dicotomia, mutilação, controle

Um dos recursos eficazes para garantir a mutilação efetuada pela repressão é a redução das possibilidades humanas a uma ou duas vias de manifestação permitidas. A autonomização de uma parte do ser sobre o todo, bandeira comprada por todas as correntes em psicologia que pensam ter descoberto, em alguma das modalidades do ser, a chave para a compreensão da existência humana e o caminho garantido para sua libertação. A psicanálise (e não Freud propriamente) conferiu autonomia à consciência, não ao inconsciente, como parece: pois os apelos do analista dirigem-se à consciência, entidade poderosa no sentido de reconhecer/liberar e em seguida dominar os conteúdos do inconsciente que as interpretações analíticas propõem ao cliente. O behaviorismo, ostensivamente reducionista por princípio, baseia-se na autonomia do ato, do gesto/produto do mecanismo humano, tentando interferir sobre o que chama de “comportamento objetivo” e ignorando o processo — mas aqui não é o caso de se aprofundar considerações sobre o behaviorismo.

A partir de Reich, a descoberta do corpo depositário de emoções, do corpo/expressão do inconsciente, corpo/couraça muscular, corpo/exigência de prazer e instinto de vida, consistiu num instrumento precioso de conhecimento e interferência na luta contra a fragmentação do homem e as dicotomias corpo/mente. Mas na obra do Reich há momentos em que a genitalidade assume o papel redentor, ocupa o lugar da essência ou o lugar do saber sobre o homem — o Novo saber da sexualidade. Para uma série de seguidores de Reich (e mais uma vez, está na frente a escola americana), a autonomização do corpo substituiu a autonomização da mente, mantendo-se a dicotomia. A compulsão à massagem no lugar da compulsão à interpretação. O pânico individual e a ameaça social não se referem a que se toque nessa ou naquela parte isoladamente mas apontam para a totalização, a desalienação plena em relação à orientação vital do indivíduo e ao seu estar-no-mundo. Na origem da nossa compulsividade persiste o desejo (e as fantasias) da reintegração.

A despolitização do conteúdo das energias e do inconsciente remete a outra dicotomia imobilizadora: o falso antagonismo entre exterior, interior, entre a sensibilidade e a consciência, entre o ser afetivo e o ser social. O conflito dado como óbvio entre ativismo político e sensibilidade subjetiva existe na esteira de outros fracionamentos. Só uma forte repressão familiar e ideológica (aliada às já mencionadas seduições da alienação) pode conseguir que a pessoa sensível para suas emoções mais subjetivas não seja também sensível à miséria, às injustiças e à selvageria social generalizada em que vivemos. A sensibilidade mutilada do indivíduo capaz de se apaixonar, mas incapaz do “sentimento oceânico” a que se refere Freud no *Mal-Estar da Cultura* — o erotismo presente em todas as relações criando vínculos entre os componentes de uma multidão, despertando sentimentos de identificação e solidariedade entre iguais — reproduz a pobreza da existência voltada para o âmbito do *privado* e isolada do coletivo. O que empobrece, torna redundantes e monótonas as próprias relações interpessoais no tal âmbito privado. A repressão das exigências à adaptação e ao cumprimento dos rituais da banalidade, ofuscando ou tornando aparentemente absurdo todo desejo de transcendência, de irmanamento, de estar plenamente no mundo e na história.

Pois todo sentimento revolucionário só é possível em momentos de maior integridade do indivíduo em si mesmo e em seu universo de relações. Integridade que permite (e torna prazerosa) a experiência de se entrar numa situação cujo controle não está assegurado. Integridade que permite a erotização e a entrega total em todos os atos e todos os instantes. Não a ausência de dor, mas *a perda do pânico à experiência da dor*, que é a experiência do orgasmo, do parto, de todas as rupturas e todos os encontros: do êxtase. “Com o risco de parecer ridículo, permita-me dizer-vos que o verdadeiro sentimento revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor.” A frase poderia ser escrita por Reich ou David Cooper, **mas** é de Che Guevara.

Economia energética?

Essa plenitude almejada pelas utopias reprimidas do inconsciente e de alguns revolucionários vai de encontro ao conceito psicanalítico de *sublimação*. A energia precisa ser desviada da libido justamente porque é necessário seu emprego em tarefas socialmente úteis, em tarefas produtivas. A energia humana sublimada é a energia economicamente bem empregada, de distribuição mais racional. Por outro lado, o intenso dinamismo da vida estaria contrariando uma tendência que é função do princípio do prazer: a tendência a conservar baixo o teor de excitação do organismo. A tendência ao repouso e ao menor esforço. Daí a necessidade de se “economizar” energias para o trabalho.

Isso, se partimos do pressuposto que a energia humana se comporta à maneira da energia física. Que se consome no uso. Mas todos nós já passamos por alguma experiência em que o envolvimento emocional em uma situação faz dobrar a energia, faz surgir em nós uma força insuspeitada que se multiplica ao invés de se dividir. Em situações de maior integração, em situações não-depressivas em que não é necessário o emprego de uma enorme quantidade de energia para manter o eu dividido, a erotização de todas as funções psíquicas faz do homem seu próprio motor. A dessublimação a que se refere Marcuse é Eros presente em todas as instâncias da vida. A tendência a conservar baixo o teor de excitação é a tendência a manter a depressão. Talvez seja uma função do princípio do prazer, mas devemos considerar a qualidade do Prazer como dado histórico e sugerir que este seja o prazer (conhecido como) possível numa situação histórica em que todo movimento de livre descarga de energias é angustiante, culpado.

... e o gerador de energias estaria nas relações entre indivíduos, entre corpos e espíritos em contato. À maneira dos seres unicelulares que o próprio Freud reconhece, em *Mais Além do Princípio do Prazer*, se revigoram com o contato sexual: “A cópula atua sobre ambos, que se separam pouco depois, fortificados e rejuvenescidos.” Qualquer contato humano — e sobretudo se for pleno — é revitalizante. A própria

atividade sexual é uma atividade em direção à vida, não apenas no sentido da multiplicação da espécie, mas no sentido da multiplicação/renovação do fluxo de energias em cada parceiro. O prazer do repouso seria apenas um momento em meio às infinitas possibilidades de prazer contidas na dinâmica constante da vida, onde as tais “energias” se realimentam e se multiplicam na relação contínua com o meio físico e social.

Então, a economia energética seria outra e nossa aritmética tradicional, baseada num modelo quantitativo de soma e subtração, teria que ser substituída por qualquer tipo de função exponencial, espiral, dialética — o incremento da energia humana em proporção direta (e não inversa) de sua descarga. A sublimação não seria um conceito “errado”. É sim uma realidade histórica. A ser superada coletivamente, na medida em que a idéia da não regulação de nossos impulsos for deixando de parecer tão assustadora ou tão impraticável. “Existe a culpa a respeito de um ato que não foi realizado: a libertação” (Marcuse).

“Geração lanchonete”

Superar a compulsão/depressão (o eixo é comum a ambas) significa ainda superar as formas de relação ostentatórias, individualistas e auto-afirmativas encobertas sob as bandeiras ideológicas da nossa geração-lanchonete. Já não vivemos a austeridade nauseante da sala-de-jantar paterna, móveis escuros, gravata e silêncio de garfos. Já não vivemos há mais de uma década a austeridade constrangida do leito nupcial sacralizado. Mas o hamburger rápido e descartável comido no balcão. A sedução compulsiva e entediada, a trepadinha sem magia depois da festa e a relação abortada no dia seguinte. Vivemos a vigência de todos os rituais da liberdade sob vigilância constante de nossos companheiros. Agora, o que incomoda é que continuamos a não nos emocionar.

O êxtase, hoje

Quando escrevo assim parece que “sei do que estou falando”. Que detenho a verdade da libertação e conheço a viagem até “lá” — o que sugere que já a teria percorrido. Mas comecei esse ensaio afirmando que não conhecemos o que seja liberdade plena. Portanto, não se trata de invalidar ou interditar o prazer possível do nosso caminho andado. Nossas precárias tentativas de liberação correspondem às conquistas dessa época, devidamente manipuladas pelo poder e pela Indústria Cultural com ajuda de nossa angústia. Mas fazer o jogo do poder não é tentar usufruir dessas conquistas, e sim fechar os olhos para a mistificação que elas contêm. Fazer o jogo do poder é encarcerarmo-nos na ilusão da radicalização sem crise, da reestruturação sem desestruturação — ilusões típicas de uma classe que tem estruturas razoavelmente confortáveis a perder.

Ser radical neste momento é não estar satisfeito, mas não implica em se estar deprimido. É estar cético em relação à onipotência dos que pretendem viver a utopia do inconsciente atualizado e da libido não-atada a partir de meia dúzia de reformas psicoterapêuticas.

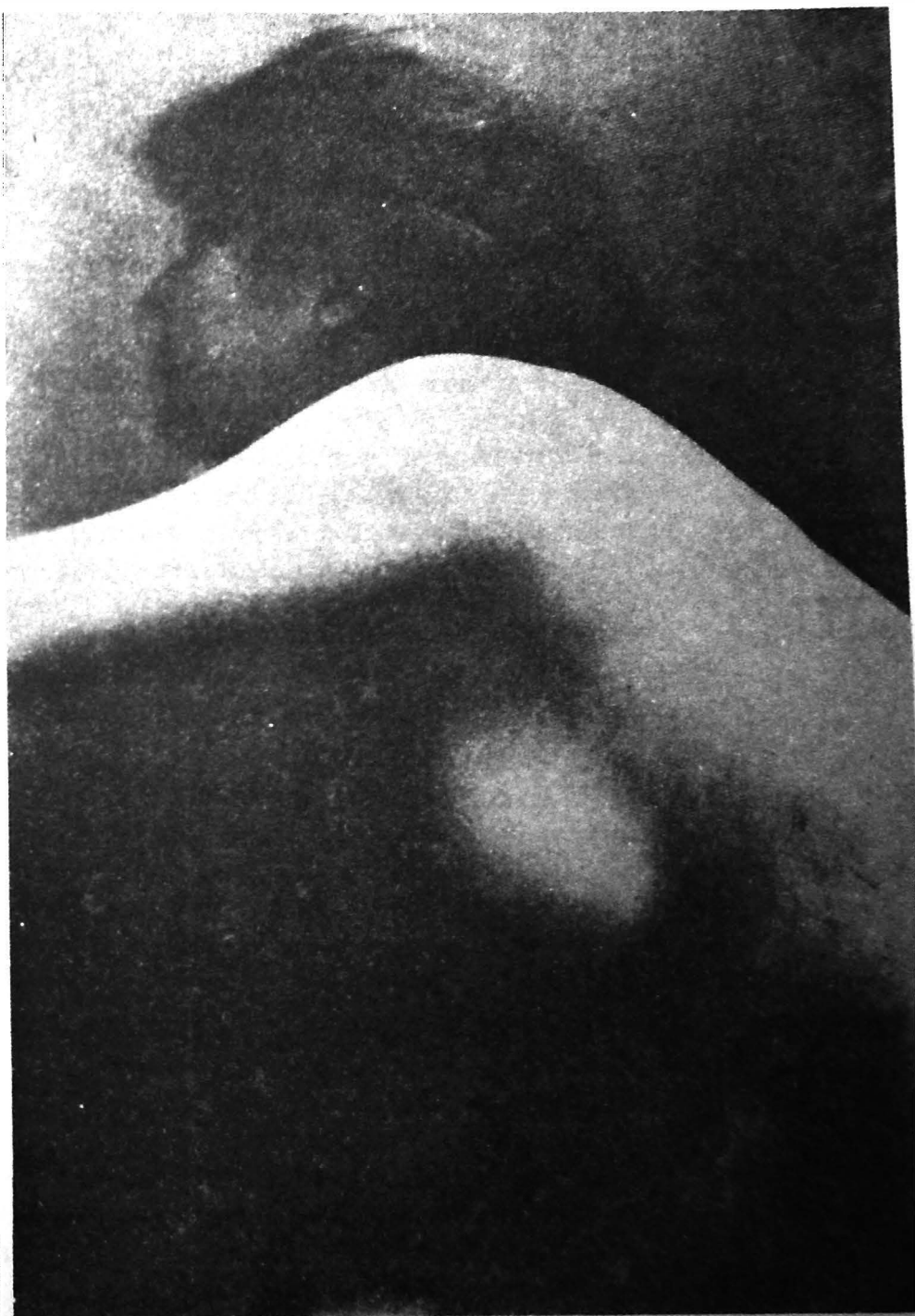
O que não implica em invalidar o êxtase possível, aqui e agora. O êxtase da busca (e não a locupletação da “chegada”) e da recuperação das fantasias mais primitivas, dos desejos mais ancestrais, do potencial amoroso, poético, lúdico e revolucionário de cada um. O êxtase hoje é a reconstrução das utopias e a criação da sua viabilização. O êxtase hoje é viver a busca do êxtase sob domínio do princípio do prazer e a recuperação das fantasias aparentemente mais absurdas ou mais anti-sociais — pois requer a negação deste social. O êxtase hoje está em não se permitir mais qualquer tipo de fragmentação: a reintegração crescente do ser em si mesmo e na história.

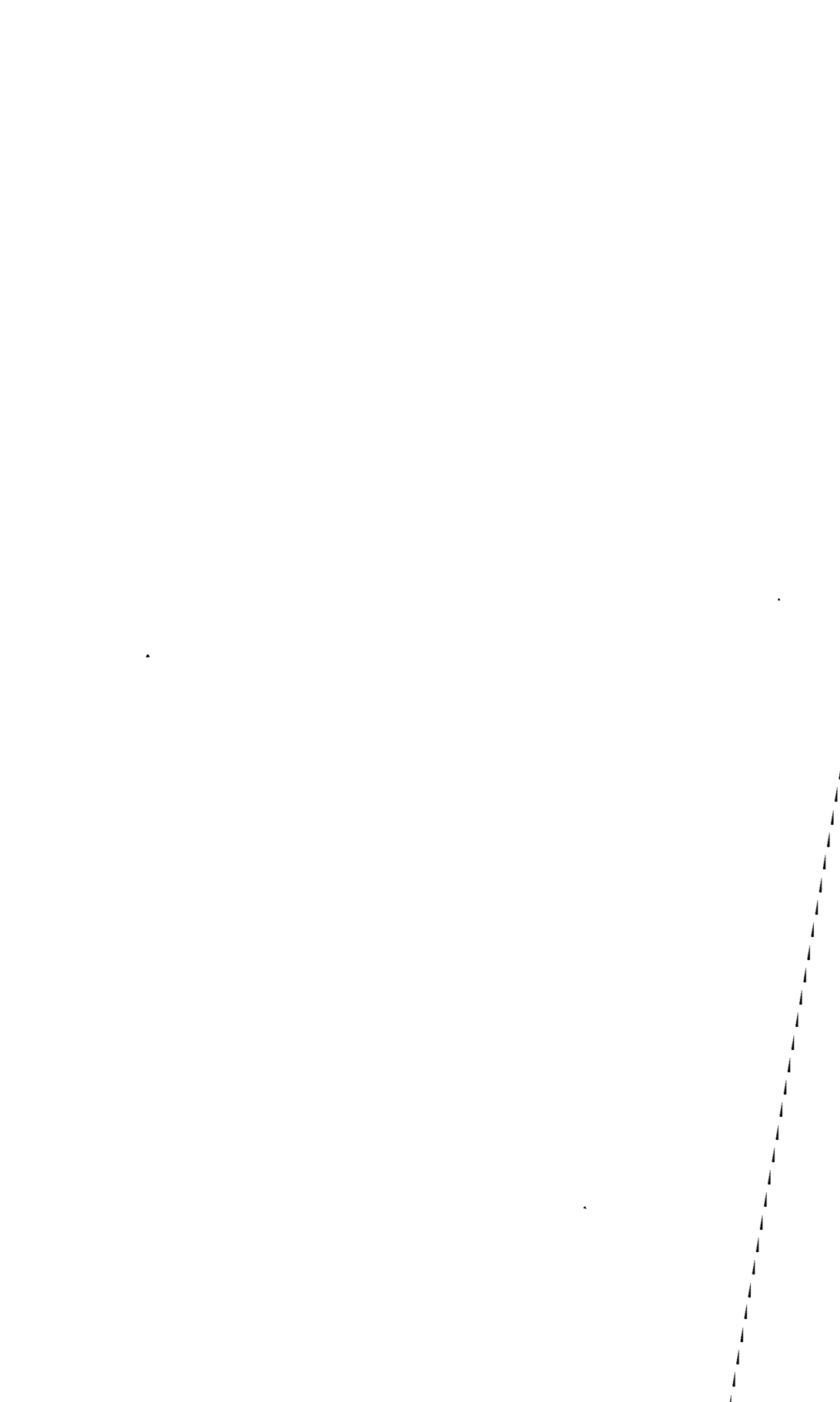
Mas, por isso mesmo, e pelas contradições e limitações de nosso momento em nós, o êxtase possível hoje contém em todo prazer algum resquício de dor e a memória que não se suprime a não ser em breves momentos de alegria — ambas tão

profundas como reservas de ar. Um estado físico de emoção, plenitude e ainda alguma ausência; um estado poético de transcendência e melancolia. A saudade e o desejo do que poderíamos ser — ou podemos. O resto, é a locupletação dos supermercados e das agências de turismo.

3. Feminismo: reforma ou revolução?

OLGÁRIA C. F. MATOS





Segundo Marx, a situação operária é a expressão mais geral da alienação humana. A prostituição é apenas uma forma mais particular da prostituição universal do operário, que vende sua força de trabalho e sua vida em troca de um salário. Nesse contexto, o movimento feminista não visa apenas conquistar a igualdade com os homens para compartilhar a sua miséria, mas sim a afirmação dos valores “femininos” como a sensibilidade, a ternura e a não-violência. A beleza da mulher e a felicidade que ela promete são fatais ao mundo das mercadorias e à civilização repressiva. Por isso, a liberação da mulher será, ao mesmo tempo, a liberação do homem.

“Façam amor e não a guerra”: esta palavra-de-order tem índole reichiana e não marcusiana. Com efeito, é Reich quem propõe a “orgasmoterapia” para a “miséria sexual”: “Somente a liberação da capacidade natural de amor nos seres humanos pode dominar sua destrutividade sádica.” Para Reich, sempre se recusou à sexualidade aquilo que não se hesitou em conceder ao dinheiro ou à preparação da guerra. Estes não passam de desvios perversos do real interesse humano, que é o interesse sexual. Assim, “façam amor e não a guerra” seria a terapia à castração psíquica que consiste em semear angústia sexual e sentimento de culpa, sentimento de pecado. As massas neuróticas tornam-se presas fáceis do fascismo, pois têm por base mental (caracterial) o recalque dos instintos sexuais. Reich coloca também a repressão da sexualidade infantil e adolescente — favorável à submissão das

crianças aos pais — como a estrutura que opera nas massas fascistas: o indivíduo se torna, pela repressão sexual, ávido de autoridade e incapaz de liberdade: sua “courage caracterial” faz com que só espere ordens e se submeta a “uma imagem paterna autoritária” — o ditador fascista.

A “volta à natureza” pode ser proposta por Reich na medida em que pressupõe uma “natureza humana harmoniosa” que, com a irrupção da moral sexual, nas origens da sociedade de classes, se degenerou. O “animal homem” deve aprender a renunciar à auto-regulação coercitiva de suas necessidades, fundada na angústia e na moral, para se abandonar ao “ritmo natural” das “pulsões biológicas”. “O orgasmo, diz Reich, não é psíquico; ao contrário, é um fenômeno que só se produz pela redução de toda a atividade psíquica à função vegetativa primitiva, isto é, precisamente pela colocação, fora de circuito, da atividade psíquica imaginativa e do trabalho psíquico da representação.” Reich encontra nos “quatro tempos do orgasmo” — tensão (meedúica), carga (bioelétrica), descarga (bioelétrica), distensão (mecânica) — função básica de todo ser vivo, a fórmula da vida: “o processo do prazer sexual é (...) o processo vital geral.” Deste ponto de vista, o homem é, antes de mais nada, um animal em si mesmo harmonioso e capaz de auto-regulação: “parece-me inscrito na natureza das coisas que o ser vivo funciona simplesmente e encontra sua completa satisfação em simplesmente funcionar; a reflexão sobre sua própria existência (...) é uma atividade imemorial do animal humano mas parece muito pouco provável que seja uma necessidade vital da mesma ordem que a vida pura e simples.” Da mesma forma, não se deve tratar a “natureza humana” sobre a base das mais simples funções energéticas. Foi com a erupção da moral sexual que se produziu a *biopatía*, pela perturbação de seu funcionamento natural: a história (da sociedade de classes) é a história de uma doença, de uma apostasia da natureza.

O objetivo da terapia é, pois, o de devolver às “estruturas humanas” o *elo imediato à natureza e à sociedade*, de “colocar o animal humano em situação de aceitar em si mesmo a natureza”. Esta concepção de uma relação imediata com a natureza e de uma natureza humana harmoniosa são estra-

nhas respectivamente a Marx quanto a Freud. Nos *Manuscritos de 1844*, Marx diz que “o homem é imediatamente um *ser natural* (...). Mas o homem não é apenas um ser natural, é também um *ser humano* (...), ele deve se conformar e se afirmar tanto em seu ser quanto em seu saber. Conseqüentemente, os objetos humanos não são os objetos naturais tais como se apresentam imediatamente”. Esses objetos têm um caráter humano em virtude da existência de uma natureza que se tornou humana.

Para Marx, a natureza não é um *fundamento normativo*; não há uma relação natural invariante da “natureza humana”. Neste sentido é que Marx diz que a relação sexual entre o homem e a mulher permite configurar um juízo a respeito de todas as etapas percorridas na formação do homem. Nesta relação “se manifesta até que ponto o comportamento *natural* do homem tornou-se humano ou até que ponto o ser *humano* se tornou ser *natural*, até que ponto sua *natureza humana* se tornou sua *natureza*”. Para Marx, não há pois uma ruptura entre natureza e cultura na história do homem.

Para Freud, a civilização se funda sobre a permanente sujeição dos instintos; pois estes, abandonados a si mesmos, destruiriam tudo. Sob o impacto da realidade exterior — o mundo sócio-histórico no qual se vive — os instintos do animal tornam-se “pulsões humanas”: *sublimação, projeção, recalque* nos informam das mutações dos instintos a partir dos quais o animal homem torna-se animal humano. Estas transformações representam, para Freud, a passagem do princípio de prazer ao princípio de realidade. Esta transformação psicossocial do homem é a historicização da sexualidade.

Freud ensina que, nas origens, o corpo todo era uma única zona erógena e no curso da civilização as pulsões parciais múltiplas, que procuravam cada uma por si o prazer de maneira anárquica, passam a se concentrar ao redor de certas *zonas principais* (boca, ânus, órgãos genitais) até o ponto em que o adulto civilizado tem seu corpo dessexualizado, instrumentalizado conforme ao *princípio* de rendimento: a *liberação* periódica das energias sexuais passa a se fazer *genitalmente*, estabelecendo-se o primado do genital sobre a *anarquia* das pulsões parciais. Trata-se de uma *solução de compromisso*

entre os desejos pulsionais (da natureza interior) e a necessidade (da natureza exterior) que não é, no entanto, definitiva: a agressividade, a destrutividade, a frustração e o recalque devem ser constantemente vigiados, pois a renúncia ao prazer faz com que “cada indivíduo seja um inimigo potencial da civilização” (Freud). O indivíduo se encontra privado de sua dimensão biológica profunda, mutilado em sua estrutura psicossomática pela repressão social, mutilação esta que se encontra nas origens do “mal-estar na civilização”. O doente é aquele que não interiorizou este traumatismo e a ele não se adaptou: ele é apenas um pouco mais doente que os indivíduos ditos normais. Para Freud, então, a terapia visa apenas reconduzir a um nível médio de doença “esta infelicidade cotidiana que é o dote comum da humanidade”.

Reich, ao contrário, procura dar uma definição clínica da *felicidade* como “capacidade de viver plenamente a sexualidade natural”, a potência orgástica: “a *energia biológica*, diz Reich, é a energia orgonótica, atmosférica (cósmica) (...). O organismo vivo, em cada uma das células de que se compõe, contém energia orgonótica e retira constantemente da atmosfera sua carga de orgone por intermédio da respiração.” Quando a troca entre o organismo e a atmosfera (o cosmos), que se efetua periodicamente por intermédio do orgasmo, sofre perturbações, é que decorrem doenças (psicossomáticas). A potência orgástica pode ser reparada pela análise caracterial e pela orgonoterapia, para a recuperação da energia biológica, porque há o suposto da existência de uma natureza humana harmoniosa.

Volta à natureza quer dizer: volta à aptidão de se soltar sem medo e sem consciência às contrações musculares involuntárias do reflexo orgástico. Só a partir disto é que os indivíduos poderão se reunir em uma “democracia do trabalho”. Essa noção de “natureza humana” levaria Reich a afirmar haver mais afinidade entre um operário e um burguês caracterialmente não-neuróticos que entre um operário são e outro neurótico.

Freud e Marcuse: natureza, dominação e repressão

Foi a necessidade da luta pela existência, segundo Freud, o determinante na organização da civilização na forma de dominação e de repressão. Foi ela que impôs o controle repressivo dos instintos sexuais, domesticando suas tendências polimorfas anárquicas para a função genital reprodutora, condenando como tabu as “perversões”, onde se esbanjaria a energia sexual: o corpo humano se torna força de trabalho. Assim, separar-se o que é “natural” na constituição atual do homem, ou seja, o natural do cultural, nos conduziria a questões epistemológicas não tratadas por Reich. O homem não se dá *imediatamente* a si mesmo, e menos ainda seu universo produzido por intermédio do trabalho social. Reich trata como “natural” aquilo que é também histórico: a sexualidade. Foi o reino da necessidade e da renúncia que limitou a sexualidade dirigindo suas energias para o trabalho.

Para Marcuse, não se trata do sexual como natural no homem. A sexualidade, no mesmo momento em que é natureza, já se encontra enraizada na cultura. A civilização não-repressiva só poderá advir com o desaparecimento dos fatores de repressão, invertendo a proposta reichiana. O que Marx afirmava nos *Fundamentos à Crítica da Economia Política* com relação à grande indústria, vale também para a automação. O principal fator da produção e da riqueza não seria o trabalho humano, nem o tempo de trabalho, mas sua potência de produção, isto é, sua capacidade tecnológica de domínio da natureza. A automação possibilita não apenas produzir *mais*, como também a passagem da quantidade à qualidade, de tal forma que a força de trabalho, separada do indivíduo, torna-se um objeto produtivo independente. E nisto reside o elemento verdadeiramente revolucionário: “se houvesse a automação completa no domínio das coisas necessárias, diz Marcuse, o homem se beneficiaria com um tempo livre tal que ele poderia finalmente dar forma à sua vida privada e social. Seria a transcendência histórica na direção de uma nova civilização.” A relação entre o *tempo livre* e *tempo de trabalho*

seria invertida, o tempo de trabalho tornar-se-ia marginal e o tempo livre, essencial: “pois, assim que se estabelece a divisão do trabalho, diz Marx, cada homem passa a ter uma esfera de atividade particular e exclusiva que lhe é imposta e à qual não pode escapar. É caçador, pescador, pastor ou crítico e tem de continuar a sê-lo caso pretenda continuar a ter um modo de vida; enquanto que, na sociedade comunista, onde ninguém tem uma esfera de atividade exclusiva, podendo realizar-se em qualquer trabalho que deseje executar, a sociedade superintende a produção geral, podendo cada um de seus membros fazer hoje uma coisa e amanhã outra, caçar de manhã, pescar depois do almoço, apascentar o gado ao fim da tarde e fazer crítica depois do jantar, segundo lhe apetece e sem que tenha para tal de se tornar caçador, pescador, pastor ou crítico.”

Assim, enquanto as condições materiais de uma sociedade comunista não estiverem realizadas ultrapassando-se o reino da necessidade no reino da liberdade, todas as relações sociais terão forma alienada, aí incluídas as relações entre os sexos. A instauração de novas relações de produção é a condição necessária de liberação do homem, mas o que se visa é a instituição de uma sociedade na qual a produção e a produtividade serão organizadas pelos indivíduos em função de “necessidades e finalidades instintivas que serão a negação determinada das que reinam na sociedade repressiva” (Marcuse). É neste sentido que Marcuse diz que enquanto a produtividade crescente da sociedade não estiver nas mãos dos próprios indivíduos, “a emancipação econômica e cultural da mulher só lhes dará parte igual no sistema de trabalho alienado”. Hoje, os homens produzem pacificamente os meios de destruição social, determinados pelos imperativos de uma “produção de rendimento” que subordina os indivíduos a um mercado cada vez mais saturado de mercadorias: trata-se, pois, de se pôr um fim à existência do homem como consumidor que se consome a si mesmo na compra e na venda. Por esta razão, segundo Marx, a situação operária é a expressão mais geral da alienação humana. A prostituição é apenas uma forma mais particular da prostituição universal do operário que vende sua força de trabalho e sua vida em troca de um

salário, o que transforma em simulacro todas as relações sociais.

Para além do princípio de igualdade

O movimento de mulheres é, neste contexto, o mais radical, embora sua maioria ainda não tenha consciência disso. Em contrapartida ao caráter masculino da cultura, o “eterno feminino” representa a receptividade, a sensibilidade, a não-violência, a ternura, etc., incompatíveis com a sociedade produtivista, agressiva e competitiva.

A igualdade entre homens e mulheres pode ser conquistada no plano econômico e político dentro do quadro do sistema capitalista. Mas a *igualdade* não é a liberdade: o enfraquecimento da base social de dominação masculina pela participação crescente das mulheres no sistema produtivo não pôs um paradeiro à dominação praticada pela classe dominante. Deste ponto de vista é que Marcuse diz: “a emancipação da mulher não deve ser concebida apenas no sentido da igualdade de direitos, mas antes de mais nada com a afirmação de novos valores, novas exigências, novas satisfações, que o homem, nos atuais meios de produção, não pode satisfazer como homem. Essas exigências, essas qualidades femininas, são aquelas que se opõem sempre mais ao sistema de produção existente. (...) A mulher foi inserida sempre mais no mundo da produção (...), sua situação piorou. As mulheres tiveram que sacrificar parte de suas qualidades ditas femininas para impor a igualdade de direito.”¹

(1) Seria interessante aqui uma referência a *La Psychologie des Femmes* de Hélène Deutsch, onde há uma análise do *instinto* materno. Este faz parte de um tipo de experiência que diz respeito a uma existência que não se define apenas pelo passado pessoal; o passado impessoal constitui o pano-de-fundo intemporal da experiência individual, em uma perspectiva de “eternidade, de imortalidade”: a função feminina da reprodução não é simplesmente um ato individual, único e repetido, situado no plano biológico. Ao contrário, tais acontecimentos biológicos podem ser considerados como manifestações individuais da oscilação universal que leva a humanidade do pólo criador ao pólo destruidor como uma vitória da vida sobre a morte.

Marcuse diz ainda que a esperança de felicidade que repousa na “feminilidade” não é mais uma maneira de preencher uma expectativa masculina, pois não é verdade que a mulher tenha sido sempre mais humilhada e ofendida que o homem. A mulher não é “a única vítima da história mundial”. Além de que, no caso particular da prostituição, esta desmoraliza mais o homem do que a mulher. “Entre as mulheres, diz Engels, a prostituição só degrada as infelizes que são suas vítimas (...). Mas degrada o mundo masculino em sua totalidade.”

“Tudo o que transcende os valores da produtividade e os põem em questão, como os mitos sociais da beleza da mulher, da felicidade improdutiva que ela promete, a sensualidade,

Uma tal compreensão destas manifestações biológicas se encontra nos sentimentos primitivos, nos cultos religiosos (...). Por outro lado, a maternidade, enquanto experiência individual, não representa apenas um processo biológico, mas também uma entidade psicológica na qual se resumem numerosas experiências individuais. A autora mostra como a psicanálise trata da história filogenética da humanidade na análise do complexo sistema afetivo que se convencionou nomear “espírito materno”, das múltiplas fontes da emoção materna, fazendo apelo a importantes pesquisas da antropologia e da biologia. Hélène Deutsch observa que entre as mulheres da Melanésia — que manifestam uma extrema ternura pelo filho — a sociedade global favorece seus sentimentos, encoraja suas inclinações e as idealiza por regras grupais; há vários cerimoniais que conferem distinção e honra à mulher grávida: “Assim, em uma tal sociedade, à adaptação biológica instintiva acrescentam-se as forças sociais de hábito, da moral que trabalham para ligar um ao outro a mãe e o filho, a lhes dar livre curso para viver a intimidade (...) da maternidade, em uma total satisfação.” A autora mostra também como as aquisições hereditárias profundas subsistem, modificadas pelas influências sócio-culturais, nas funções da reprodução da mulher, sendo o relicário de modos de comportamento há muito esquecidos e pertencentes a diversas espécies animais. No caso de deficiências mentais e em casos de psicose é curioso constatar quanto o instinto materno faltou à criança. Além disso, o instinto materno é uma manifestação altamente organizada, que se constitui através da história de toda a espécie. A autora observa que, nessa seqüência, os componentes instintivos da maternidade foram sublimados e a passagem da “sabedoria do instinto” à espiritualização foi complicada: “talvez a intuição, esta qualidade profundamente feminina, seja em parte lembrança deste poderoso instinto ao qual a mulher deveu, outrora, sua situação predominante na sociedade primitiva. Se a mulher se afasta demais deste instinto, ela perde seu caráter específico. Já que a sociedade humana mais recente não é mais edificada sobre elementos instintivos, a mulher precisou abandonar seu papel dominante. Ela tenta agora reconquistar uma posição mais favorável pelo viés da inteligência e por realizações práticas que a assimilam ao homem, o que implica necessariamente para ela o perigo de perder pouco a pouco suas características femininas específicas.”

enfim — podem se tornar explosivos se a caricatura de erotismo e sensualidade que o capitalismo oferece na forma de mercadorias eróticas (revistas, publicidade, etc.) se tornar uma exigência real.” A beleza da mulher e a felicidade que ela promete, diz Marcuse, são fatais no mundo do trabalho e da civilização.

Estamos, assim, bem distantes das afirmações do sistema soviético quando, por exemplo, Zalkind dizia à alemã Clara Zetkin: “toda alegria deve ter um fim produtivo.”

O “princípio feminino” é jogo, prazer, sensibilidade — tudo que foi subjugado pelo *princípio de realidade*, pela razão repressiva, dominadora da natureza, do homem e da natureza interior do homem.

O movimento de mulheres traz consigo não apenas a imagem de novas instituições sociais mas também a de uma mudança de consciência, de uma transformação das necessidades instintivas dos homens e das mulheres liberadas dos constrangimentos da dominação e da exploração. Neste sentido, “a liberação da mulher, diz Marcuse, será, de um só lance, a liberação do homem”. O movimento de mulheres traz consigo, virtualmente, a possibilidade da harmonia, da reconciliação, do desejo e do real, da felicidade e da razão — colocados em antagonismo pela civilização repressiva. Na sociedade produtivista, o “eterno feminino” é essencialmente a contestação da ordem estabelecida e do “princípio do rendimento”, ao qual opõe o caráter subversivo da *gratuidade* da alegria e da plena fruição, isto é, a *improdutividade econômica*. E isto porque a mecanização transformou a *libido*, pois deserotizou toda uma dimensão da atividade e da passividade humana em função das necessidades do trabalho e do rendimento. Restringiu o erótico à sexualidade. Na sociedade de consumo, a “liberdade sexual” é grande e tudo o que é “sexy” tem valor comercial, “o sexo foi integrado às relações públicas e às do trabalho”; os componentes libidinais foram sistematicamente integrados na produção e na circulação das mercadorias. O resultado desta manipulação foi a submissão do indivíduo aparentemente satisfeito e o desaparecimento da contestação. Para Marcuse, a dessublimação erótica e sua *degradação em sexual dá prazer* — mas é uma *pseudolibido-*

ração: o reino de Eros não é apenas a extensão do desfrutar erótico a todas as zonas do organismo. Eros tem uma dimensão cultural e espiritual; a própria oposição entre o físico e o espiritual é resultado da repressão. Segundo Marcuse, Eros engendrará a cultura por sublimação não-repressiva. A sexualidade não será reprimida, ela atingirá seus objetivos, mas os transcenderá logo em outros prazeres: desenvolverá a sensibilidade, abolirá o trabalho, a doença, a velhice, combaterá a penúria. “Os prazeres de Eros são concebidos não como destruição, mas como paz, não como terror, mas como beleza (...): a redenção do prazer, a paralização do tempo, a absorção da morte; silêncio, sono, noite, paraíso — o princípio do Nirvana, não como morte, mas como vida”, conclui Marcuse. E Eros tem dimensão estética, é associação íntima entre prazer, sensualidade, beleza, verdade, arte e liberdade; Eros é a reconciliação entre sensualidade e intelecto, prazer e razão.

Tal é a Utopia marcusiana — utopia bem entendida: ela é objetivamente realizável.

4. A “nova” moral sexual das revistas femininas*

MARIA QUARTIM DE MORAES



Auto-Photos/Gretta

(*) Pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas.

Orlando transformara-se em mulher — não há que negar. Mas, em tudo o mais, continuava precisamente o que tinha sido. A mudança de sexo, embora alterando o seu futuro, nada alterava de sua identidade. (...)

“Senhor”, pensou, acalmando-se, espreguiçando-se, de baixo do seu toldo, “decerto isto é um gênero de vida agradável e indolente. Mas”, pensou dando um pontapé, “estas saias em roda dos calcanhares são uma praga. No entanto, o estofa” (brocado florido) “é o mais lindo do mundo. Nunca vi minha pele”, e aqui pousou a mão no joelho, “tão favorecida como agora. Poderia, contudo, saltar do navio e nadar com roupas destas? Não. De modo que teria de confiar na proteção de um marinheiro. Tenho alguma objeção a fazer?” perguntou a si mesma, encontrando o primeiro nó na lisa meada do argumento. (...)

Recordava como tinha insistido, nos seus tempos de rapaz, em que as mulheres devem ser obedientes, castas, perfumadas e caprichosamente enfeitadas. “Agora, tenho que pagar com o meu corpo por aquelas exigências”, refletiu, “pois as mulheres não são (a julgar pela minha própria curta experiência do sexo) obedientes, castas, perfumadas e caprichosamente enfeitadas por natureza. Só podem conseguir estas graças, sem as quais não lhes é dado desfrutar nenhuma das delícias da vida, mediante a mais enfadonha disciplina.” (Virgínia Woolf, Orlando, Editora Nova Fronteira, 1978, págs. 77 e 87).

De todas as inúmeras armadilhas prontas para aprisionar nosso sexo não existe maior do que a sensação de solidão,

impotência e fracasso individual com que enfrentamos as dificuldades em nos amoldarmos aos “padrões femininos”; em vivermos nosso “destino de mulher”. A dificuldade em encontrar a própria identidade no quadro estreito das “características psicologicamente específicas da mulher” — pois, afinal, ser mulher é provocar paixões, criar filhos ou cozinhar? ou são todas estas coisas? — só é superada por esta de situar-nos socialmente, *de nos entendermos como mais uma sofrendo os mesmos problemas e vivendo as mesmas perplexidades.*

De fato, todas aspiramos às delícias do amor. Quem não quer amar e ser amada? Mas conhecemos a realidade amorosa de forma ambivalente, pois temos que nos submeter aos ritos: por que tantas exigências menores, tanta encenação e dramatização? Será impossível desfrutar do amor sem os artifícios da maquilagem, da moda, dos maneirismos dos gestos estereotipados e da voz afetada (ou “calidamente infantil”, como dizem os romances água-com-açúcar)? E sem a subordinação à lógica da dominação, obrigando-nos ao desempenho exclusivo de um tipo de sexualidade: a do corpo erótico que só existe na medida em que o Outro o valoriza?

A sexualidade feminina é prisioneira, portanto, dos estreitos limites sociais em que se desenrola a vida da mulher. A sociedade fragmenta o indivíduo tanto por causa do modo em que as condições materiais de existência são produzidas e reproduzidas (separação do produtor dos meios de produção; atividade econômica orientada pela busca do lucro e não pela satisfação das necessidades do homem), quanto pela divisão sexual das atividades e da vida social de modo geral. A esfera pública — o mundo do trabalho, da política, do poder e da autoridade — é essencialmente masculina, enquanto que a “realização pessoal” da mulher encontra-se comprometida com o espaço em que se situa a esfera privada (a casa, o lar). E se a dicotomia público/privado é vivenciada pelo homem de maneira a privilegiar a “realização” no trabalho (no público) e, secundariamente no privado (lar-mulher-e-filhos sendo sinônimos de “repouso e refúgio do guerreiro”) a mulher recebe a esfera privada como *locus* apropriado para a história de sua vida.

Se em períodos passados a unidade doméstica constituía a célula produtiva das sociedades, a separação histórica entre lar e local de trabalho processou-se concomitantemente às transformações no processo de produção, levando à perda de importância do papel econômico da família. Enquanto a produção fora de casa tornou-se sinônimo de trabalho, as atividades realizadas na esfera do lar passaram a ser consideradas como prolongamentos naturais das características específicas (biológicas) do sexo feminino. Assim como é natural (igual a fato biológico) que a mulher carregue no ventre o feto, estabeleceu-se a “naturalidade” da ligação privilegiada da mulher com a criança: a maioria dos homens consideraria ridícula (e “antinatural”) a hipótese de dedicar-se em tempo integral a seus filhos, enquanto suas mulheres fossem trabalhar. Ademais, menos envolvido no universo de relações pessoais estreitas que é a família, o homem distingue, ou melhor, diferencia sua “realização pessoal” enquanto profissional frente aos papéis de marido e/ou pai. Não parece sem cabimento escutar de um homem a clássica frase: “Casei-me e encontrei no casamento minha realização”? No entanto, muitos acreditam que uma mulher bem sucedida profissionalmente mas que não tenha filhos, por exemplo, só pode ser uma frustrada.

E este é um dos níveis em que a mulher vive a ambivalência de sua situação social: o trabalho doméstico — o “seu” trabalho como mulher — perdeu toda a aparência de atividade produtiva, pois realiza-se fora do processo capitalista de produção e circulação de mercadorias, as quais são valorizadas segundo uma escala de preços monetários. Mas as tarefas domésticas absorvem tempo e dispêndio de energia, apesar de estarem mistificadas sob a capa do “natural”, da “vocalização” feminina. E, na medida que seu trabalho não lhe garante nem mesmo a identidade de trabalhadora, a mulher defronta-se com o homem que “a sustenta” em situação de inferioridade: é ele quem trabalha e deve ser respeitado na volta do serviço. “Silêncio, o papai está cansado.”

O local socialmente indicado como próprio ao exercício das atividades femininas — o trabalho doméstico — não somente impossibilita o encontro de indivíduos sofrendo a

mesma opressão (como a empresa o faz, facilitando a tomada de consciência e a organização reivindicatória), como termina por perder toda e qualquer conotação econômica: a casa não é local de trabalho e sim o repouso tranqüilo deste mundo frio e cruel. Felizes são as mulheres, garantem alguns, que não precisam enfrentar as dificuldades do “lá fora”, pois estão “protegidas no lar”. E, de fato, para a grande maioria das pessoas a casa é o lugar no qual a afetividade, por mais deformadas que sejam as relações pessoais, existe. Trabalhando no que não gostam, levando uma vida cujos objetivos foram fixados por forças outras que os próprios indivíduos, engolindo insatisfações o dia inteiro, convivendo com o autoritarismo e acovardando-se diante das regras estabelecidas, como colocar paixão e se entregar às atividades do cotidiano? Como permitir que o desejo, que a força criadora aflorem? Tudo o que foi recalcado, engolido, não vivido, estoura exigente nas relações no interior da família. Mulheres, tentem dar sentido para a vida de vossos maridos; façam-nos sentir como reis em sua casa!

O casamento acima de tudo

“Algumas mulheres se valem de suas tarefas fora do lar como pretexto para negligenciar as ocupações domésticas. Os filhos são entregues à babá, as necessidades do marido confiadas aos caprichos das empregadas, o orçamento da casa delegado ao capricho dos fornecedores — tudo fica ao deus-dará, sem fiscalização, porque a mulher se nega a ‘aterrissar’ nas pequenas coisas. Esses casos são bastante raros, felizmente. (...) Pessoalmente, costumo desconfiar da qualidade dos êxitos externos das mulheres que descuidam suas atividades elementares com a desculpa de suas ocupações importantes.” (Carmen da Silva, “A favor... não contra os HOMENS!”, *Cláudia*, nº 30)

Alguns textos falam por si: este acima é um bom exemplo da apologia da relação mágica da mulher com as ocupações domésticas. Uma mulher que não se ocupe da casa — não importa qual seja a importância do trabalho que exerce “fora

do lar” — está sob suspeição, é a culpada de um crime. Pois ser mulher, na concepção tradicionalista de revistas do gênero *Cláudia*, é ser, antes de mais nada, dona-de-casa perfeita. Assim, se a mulher quiser garantir sua independência econômica pelo trabalho remunerado, tudo bem, desde que *também* cuide da casa. Abaixo a divisão igualitária das tarefas domésticas, que vivam os privilégios masculinos: eis *Cláudia*. E o que acontece no dia em que esta funcionária exemplar que, antes de sair ao trabalho já cuidou da casa para que seus “deveres elementares” fossem cumpridos, precisa também ser a amante ideal? Ou seja, quando não basta mais ser mãe extremada, esposa atenciosa e dona-de-casa exemplar. Esta leitora de *Cláudia* (e de suas congêneres como *Desfile*, *Mais*, *Manequim*, etc.) que, através de sua revista predileta, no começo da década dos anos 60, aprendia a temer “as experiências pré-matrimoniais”, pois “as moças muito namoradeiras raramente se tornam mulheres tranqüilas” (*Cláudia*, nº 6, 1962), hoje, recebe aulas de “como salvar seu casamento” e os conselhos de outras leitoras na difícil tarefa do “agarre o seu homem”.

Assim, Cristina C. Costok é a escolhida, no número de janeiro de 1979, para a “saúdável troca de informações” entre as leitoras de *Cláudia*, no seu objetivo comum de alcançar um “casamento feliz”. Descrita como “uma mulher de 26 anos, formada em Letras, secretária da CEMIG — Centrais Elétricas de Minas Gerais, e mineira, mora em Belo Horizonte, tem um filho de 2 anos”, esta leitora expõe suas “descobertas”, fruto “de toda a experiência da vida conjugal”, da qual selecionaremos as mais diretamente relacionadas à vida afetiva e sexual:

“A mulher deve procurar, sempre que possível, não se despir na frente do marido, pois se o fizer com muita frequência, ele se acostumará com sua nudez e passará a não valorizar seu corpo. Contudo, se não tiver outra alternativa, ela deve estar preparada, vestindo, por exemplo, um belo conjunto íntimo, com uma tanga bem insinuante. Neste caso, em se tratando de uma peça nova, precisa fazer de tudo para chamar-lhe a atenção.”

Outros conselhos sugerem camisolas novas “com decotes insinuantes” e estimulam a mulher a “estar sempre bela perto dos seus amigos, pois elogios feitos por terceiros ficarão gravados nas lembranças dele”, e assim por diante. Quanto à atitude das mulheres frente ao mundo, a perspectiva da leitora (e da revista, de modo geral) é que o ponto de referência primordial é o homem. É por sua causa que “a mulher deve ler jornais, revistas e livros para se inteirar dos acontecimentos do mundo”, pois “isso facilitará o diálogo com o marido”. Mas, cuidado para não deixá-lo “inferiorizado diante de terceiros, mesmo quando estiverem discutindo um assunto que você domina melhor: você pode expressar suas opiniões sem desmerecê-lo”.

A dona-de-casa eficiente e mãe exemplar — pois estas continuam sendo tarefas a cumprir — aprende a arte da sedução, entendida como anulamento da mulher frente ao marido ou, então, pequenas aparências que simulam um erotismo de classe média. A importância da embalagem da mercadoria — pois, ao utilizar a expressão “valorizar seu corpo”, a mercantilização da relação sexual fica subentendida — é superestimada, reduzindo-se a sexualidade feminina ao despertar da atração de outrem. É melancólico que uma universitária de 26 anos venha a público expor (e expor-se) conselhos tão banais quanto preconceituosos e, principalmente, que tenha a ilusão de encontrar neles a chave para a felicidade.

Mas as leitoras de *Cláudia* já foram previamente definidas, por suas características sociais, de idade, etc., como donas-de-casa da burguesia. Mulheres educadas na consideração de que a sexualidade é sinônimo de casamento e reprodução biológica. Mulheres que se sentem desamparadas, hoje, frente à “erotização” do casamento: elas foram traídas em sua crença de que bastava ser dona-de-casa eficiente, mãe dedicada e esposa compreensiva para ser feliz, como nos romances. E sua revista predileta diz exatamente o que elas *querem e podem* escutar sem traumas, pois o que está em questão é salvar as “instituições básicas da sociedade” (o casamento entre elas) e não proposições novas que coloquem formas alternativas e mais satisfatórias de relações entre os dois sexos, ou quaisquer transformações na sociedade em que vivemos.

Daí *Cláudia* ter-se especializado na “modernização” da família. De um lado, inaugurando uma seção de puericultura, em comemoração ao Ano Internacional da Criança, no estilo de “todo o mês você vai receber orientação de como cuidar bem do seu filho”. Do outro, tentando recuperar o casamento, criando seções do tipo “Como salvei meu Casamento”, em que a leitora conta sua experiência e a psicóloga-sexóloga tira conclusões didáticas, para consumo generalizado. “E o que apreender de Renata (professora) que descreve um angustiante e, felizmente, já superado episódio de sua vida conjugal” — como declara a “chamada” da matéria? Muita coisa. Por exemplo: “1. Não viver através do outro. Ter vida própria. Não necessariamente trabalhar fora, mas ter interesses próprios e gratificantes em si mesmos”; “2. Se surgir ‘outra’ na vida do marido, evitar pânico. Não o expulse de casa. Analise sua parcela de responsabilidade em toda a situação”; “3. Enfrente a realidade. Sem fugir”; “4. Converse bastante com o cônjuge sobre o problema conjugal. Sem paixões”; “5. Depois, esqueça o assunto”; “6. O relacionamento do casal é investimento constante. No outro; em si mesma” (*Cláudia*, nº 206, novembro de 78).

A tônica deste, como de todos os outros conselhos já publicados, é a mesma: sempre existe alguma coisa que você pode fazer para salvar seu casamento (não se questiona a validade ou oportunidade desse “salvamento”). O estilo é da “psicologia otimista para as massas”, de origem notoriamente norte-americana: misto de banalização, lugares-comuns e, fundamentalmente, a redução dos problemas pessoais a questões em que a saída termina por depender exclusivamente de um “comportamento positivo”. Na vida real, infelizmente, os estereótipos não bastam: você pode não ter nenhuma “parcela de responsabilidade” e seu marido apaixonar-se por outra. E daí? Como ter “vida própria” e ao mesmo tempo não precisar “necessariamente trabalhar fora”? Eis questões fora do interesse da revista. Pois a mensagem é esta: o casamento *tem* de ser salvo. E cabe à “orientadora” (que se apresenta respaldada pela “ciência”, pois é psicóloga ou sexóloga) explicar para a leitora que “não há porque temer o diálogo. As situações de confronto podem ser usadas para o

crescimento individual e fazer com que o vínculo matrimonial saia fortalecido da crise” (*Cláudia*, nº 203, agosto de 78). Em poucas palavras, não se trata de qualquer tipo de amadurecimento, mas sim daquele que fortalece o vínculo matrimonial. O contrário não está em cogitação.

Linda, leve e solta!

A leitora de revistas como *Carícia* (e de outras mais ou menos parecidas, como *Love Story*, *Carinho*, *Romance* e *Ciú-me*), jovem dos 15 aos 19 anos, já recebe uma “mensagem” bem mais flexível no tocante à sexualidade. Desta maneira, lhe é dito que, em matéria de sexo, “certo é o que você quer e gosta enquanto existe amor” (*Carícia*, nº 50). O namoro, a masturbação, o primeiro beijo, a perda da virgindade e o orgasmo são assuntos privilegiados e, via de regra, tratados de uma forma arejada, ou seja, sem muito moralismo e desvinculando a questão do prazer dos imperativos da reprodução biológica.

Enquanto a leitora de *Cláudia* e congêneres é, antes de mais nada, a “mãe”, colocando seu corpo ao serviço quase que exclusivo da maternidade, a *jovem-Carícia* sabe que “o orgasmo não é um privilégio: é um direito”, que a mulher é “responsável por seu próprio prazer” e a importância de “familiarizar-se com seu próprio corpo e com as maneiras com que ele recebe melhor os estímulos sexuais” (*Carícia*, nº 45).

A jovem é levada a não aceitar os preconceitos relacionados à virgindade, pois “amor de verdade não liga para detalhes de anatomia” e que “a gente é o que é, graças a tudo quanto viveu. Inclusive, graças a tudo quanto a gente já deu e recebeu de amor, não importa de que forma tenha acontecido essa troca” (*Carícia*, nº 46). Ou ainda, a não aceitar o julgamento de que “no sexo há atitudes *puras* e outras *sujas*. Que o homem só deve ‘permitir-se certas coisas’ com ‘certas mulheres’”, pois “nenhuma parte do corpo, nenhum uso do corpo é capaz de *sujar* ou diminuir quando a relação é satisfatória, espontânea, sincera de ambas as partes. E pode ser uma prova

de consideração e confiança o fato dele compartilhar com a esposa os mais profundos desejos e fantasias" (*Carícia*, nº 50).

Esta é a faceta mais progressista da *Carícia*, pois o reverso da medalha é a abstração irresponsável das condições concretas de existência das leitoras. Pois, é preciso tirar as conseqüências dos próprios conselhos dados: como a jovem pode desfrutar tranqüilamente do início de sua vida sexual adulta quando o perigo da gravidez está rondando por aí? O que propor quando os anticoncepcionais não forem corretamente empregados ou quando falharem? Dados da ONU registram mais de 2 milhões de abortos clandestinos anuais no país, com as conseqüências dramáticas de uma intervenção cirúrgica realizada fora do ambiente hospitalar. É impossível, portanto, ignorar o fato de que a sexualidade "bem transada" supõe a existência de condições que antecedem e sucedem ao ato sexual.

Se o sexo, ou melhor, a introdução à sexualidade adulta, constitui o eixo editorial de revistas para adolescentes, enquanto as mães-donas-de-casa ocupam-se com a moda, novos pratos de cozinha, como fazer uma almofada e outras delícias do gênero, as mulheres "liberadas" lêem *Nova*. Em poucas palavras: a fórmula mundialmente consagrada da *Hearst Corporation*, do como transformar-se em uma Mulher-Sexy. Aquela que assume todos os estereótipos sociais sobre a feminilidade, entendida como objeto sexual que "se assume".

A mulher *Nova* (deveríamos dizer *Cosmopolitan* que é o título mais utilizado em outros lugares do mundo) é jovem, no estilo europeu de juventude que inclui a faixa dos 30 anos, charmosa, bonita (entendendo que a beleza pode ser conquistada através de "10 cirurgias plásticas que podem fazer você mais bonita", *Nova*, nº 54, e "Dez idéias geniais para mudar — e melhorar — sua aparência", *Nova*, nº 64, etc.) e atualizada acerca das últimas novidades sobre relações sexuais.

Neste sentido, ela é estimulada a decidir sobre sua própria vida sexual, na base do "não importa o que as outras pessoas dizem, não importa nem mesmo aquilo em que, secretamente, você acredita. Porque, em sexo, nenhum ato é errado ou imoral, desde que não fira ninguém". Mais ainda, "procure descobrir as áreas sensíveis do seu corpo e o prazer que

elas podem lhe proporcionar, tocando a si mesma” e “use estas descobertas para, durante o amor, guiar seu parceiro e você mesma” (*Nova*, nº 64).

Esta abertura no tratamento da sexualidade corresponde a um evidente progresso frente à concepção dominante de que este é um assunto “sujo”, para ser tratado aos cochichos, nos cantos escuros. Mas é apenas uma das perspectivas através das quais *Nova* discute a questão sexual: as outras terminarão por reduzir bastante o alcance pretensamente inovador de sua proposta editorial. Pois a mulher *Nova* é “realista”, procurando o orgasmo ao mesmo tempo em que é aconselhada a levar em conta “quando se troca um marido por outro homem” em alguns “detalhes importantes”, como, por exemplo, “trocar um homem rico por outro homem não tão rico pode ser um desastre fatal”, pois “todo um estilo de vida não se muda de uma hora para outra” (*Nova*, nº 59).

A leitora de *Nova* é levada a acreditar, ademais, que todos os problemas podem ser resolvidos desde que se tenha a receita certa. Assim, é instruída em “como deixar de amá-lo quando o caso não tem mesmo esperança” (*Nova*, nº 67); de como “qualquer mulher (mesmo a mais feinha) pode ter um incrível poder sexual sobre os homens” (*Nova*, nº 66); de “como passar por essas fases em que tudo vai mal — o trabalho chato, o amor sem esperança, a vida sem graça: saia dessa fossa!” (*Nova*, nº 66) e o que fazer “quando você descobre que o homem que você adora (e em quem tanto confia) está tendo um caso” (*Nova*, nº 53). Em poucas palavras, todos os problemas de uma mulher terminam por se reduzirem a questiúnculas ou banalidades que podem ser resolvidas com algumas fórmulas mágicas:

Circunscrever a vida real das mulheres nos limites estreitos de figuras biônicas (as manequins que ilustram a revista parecem mais bonecas do que mulheres) que tudo conseguem resolver, que sempre são belas, jovens e vitoriosas, constitui a tônica editorial de *Nova* e similares. Revistas em que as condições de existência de uma minoria privilegiada terminam por serem apresentadas como “a” forma “natural” de viver: revistas em que a inflação, o desemprego, e os inúmeros problemas que os cidadãos — e as cidadãs, principalmente —

enfrentam cotidianamente não merecem nenhuma referência.

E esta absoluta descaracterização das próprias condições sociais em que homens e mulheres relacionam-se sexualmente, esta abstração da História, este descompromisso com a realidade cotidiana comprometem toda a possibilidade de tais revistas cumprirem efetivamente um papel informativo, crítico e esclarecedor para suas leitoras. Pois, no final das contas, a base do sucesso da mulher *Nova* reside na compreensão de que: "*Ser sexy é, primeiramente, aceitar-se como mulher, com todas as suas funções femininas.*" E, no teste que ajudará a descobrir quantos pontos você alcança na escala da mulher-sexy, as questões e alternativas corretas são as seguintes:

- "1) Você tem, ou gostaria de ter:
 - b) *um gato que vive se enroscando em suas pernas;*
- 2) Você costuma dormir:
 - a) *nua;*
- 3) Você acha que a masturbação é:
 - c) *um modo de obter prazer em qualquer idade;*
- 4) Você se veste e se penteia com cuidado:
 - c) *para agradar aos homens;*
- 5) Qual destas experiências você considera mais fascinante:
 - b) *sair com um casaco de peles, sem mais nada por baixo;*
- 6) Você conhece um homem muito atraente, mas pouco exigente em matéria de sexo. Você, então:
 - c) *desiste dele;*
- 7) Você diria que sente por seus órgãos sexuais:
 - c) *curiosidade, fascínio;*
- 8) Você fica sabendo do romance entre uma mulher de 40 anos com um homem de 25:
 - b) *morre de inveja dessa paixão arrebatadora;*
- 9) Qual a sua atitude quanto a flertes:
 - c) *flerta sempre, é um jogo que lhe agrada;*
- 10) O que mais a atrai, fisicamente, num homem, é:
 - a) *a barba ligeiramente por fazer."*

(*Nova*, n.º 53)

A “ciência” a serviço das revistas femininas

A multiplicação das ciências ditas sociais — dos sociólogos aos psicólogos, sexólogos, pedagogos, etc. —, concomitantemente com a expansão das atribuições das ciências médico-biológicas, terminaram por introduzir um especialista para cada tipo de relação humana. Em outras palavras, um ato tão simples como a amamentação, por exemplo, passa a exigir o beneplácito do pediatra; as mães educam seus filhos com a assessoria de psicólogas, pedagogas e outras; os casais buscam as terapias sexuais, enfim: a “Ciência” invadiu tudo.

Já vimos, anteriormente, a maneira pela qual a sexóloga pontifica lugares-comuns cuja importância acaba por depender exatamente do título de quem a pronuncia, isto é, a(o) “especialista” transforma-se numa espécie de tribunal de última instância, pronto a distinguir o bem do mal, o certo do errado. Neste sentido, todas estas ciências forneceram um material altamente sofisticado de mistificação social e reprodução de valores tradicionais.

Na verdade, a eficácia do discurso e práticas médicas, relativamente ao amor, sexo, educação das crianças e saúde, é enorme, comparativamente aos instrumentos mais caracteristicamente repressivos (proibições e sanções que dizem respeito ao direito, à moral e à religião, devidamente preservados e defendidos por seus respectivos “funcionários”: juízes, polícias, padres, etc.) que estão postos à disposição da ideologia e dos interesses dominantes. Assim, o discurso e a prática do “saber científico”, por exemplo, reforçam a necessidade da presença da mãe nos primeiros anos de vida: a mãe que deixa seu filho em creches é uma pessoa que se explica e justifica (ou seja, com um sentimento de culpa) muito mais do que outras cujos filhos são entregues às empregadas domésticas. A psicologia e a psicanálise vulgares, por sua vez, antes de serem críticas à estrutura autoritária da família, terminam sendo o reforço da “boa família” (não é a instituição que importa: são as pessoas...) ao descobrir atrás das perturbações e neuroses ~~razões~~ do tipo “mal relacionamento com a figura materna”,

“não-resolução adequada do complexo de Édipo” e assim por diante.

Transformar todos os problemas humanos em casos aparentemente desconectados da realidade social, assim como insinuar sua possibilidade de resolução desde que se procure “o” especialista “certo”, constituem práticas correntes das revistas femininas. E se um público mais jovem e de menor poder aquisitivo pode ser satisfeito com conselhos de pessoas (tia Margô, Joana de tal, etc.) as leitoras de *Cláudia*, *Mais*, *Desfile* e congêneres são orientadas por profissionais.

Entre esses “especialistas” destaca-se Flávio Gikovate, uma espécie de psicólogo das multidões (pequeno-burguesas) que defende concepções extremamente reacionárias sob a capa de um certo liberalismo e, principalmente, apoiando-se na “ciência”. Assim, Gikovate acredita na natureza humana imutável que impõe atribuições distintas às mulheres e aos homens. “Segundo penso, a necessidade de realização profissional para o homem está mais íntima e profundamente relacionada com a sua natureza do que na mulher. Corresponde a um elemento naturalmente mais agressivo e competitivo presente no homem, do mesmo modo que nos machos dos mamíferos em geral.” No que concerne à “mulher, a beleza e a sensualidade são fontes de auto-afirmação tão importantes quanto o trabalho (...) e isto não só no que diz respeito à avaliação dos homens, como também em relação à auto-imagem” (*Mais*, nº 66).

Reforçando os estereótipos correntes, Gikovate apela para a biologia para garantir que “o homem tem seu desejo sexual despertado pela estimulação visual; isto do ponto de vista biológico; sua atenção recai sobre uma mulher que desperte nele o interesse por ser bonita, atraente ou extravagante” (*Mais*, nº 68). Coitadas das mulheres que, em sua esmagadora maioria, não preenchem os requisitos daquilo que hoje se entende por beleza... Gikovate, perfeito porta-voz do falocratismo “científico”, reduz a sexualidade feminina a um reflexo do desejo masculino, declarando que a “mulher, apenas no seu aspecto biológico, tem seu desejo sexual despertado ao se perceber desejada pelos homens” e que “o primeiro aspecto da sexualidade feminina é passivo” (*Mais*, nº 68). E

apavora-se com a “crise de valores que atingiu um número significativo de pessoas no Ocidente”, acentuando que “a situação global me parece cada vez mais calamitosa” pois o “modo tradicional de organização familiar” foi posto em xeque e “tudo foi destruído e desqualificado como preconceito ou machismo” (*Mais*, nº 62). A culpa de quem é?

Das mulheres, é claro. Principalmente das feministas, pois “o feminismo gerou determinados textos onde se percebia um terrível ódio contra os homens e inclusive uma tendência a propor como solução, em muitos casos, a homossexualidade feminina”. Pior ainda, esta atitude das mulheres “intimidou muito certos rapazes mais sensíveis” que acabaram também por optar pelo homossexualismo. E, como se não bastassem todos estes crimes: “a própria postura feminina diante do sexo, agora mais agressiva e cheia de iniciativas, pode ser outro importante fator de intimidação” (*Mais*, dezembro de 78). Em suma e resumo: bom mesmo eram os tempos de nossos avós.

Concluindo

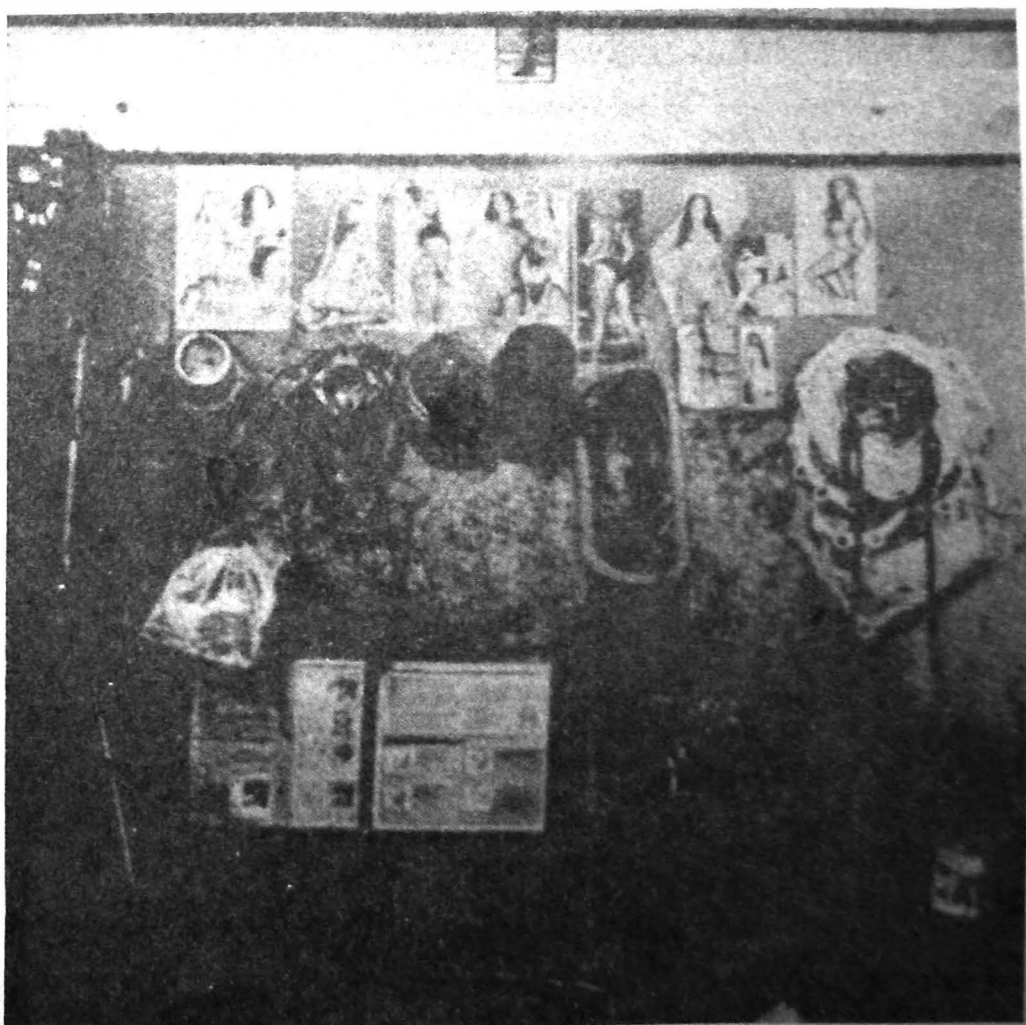
Frente à riqueza dos questionamentos e proposições do movimento de mulheres, em diversas partes do mundo, o conteúdo editorial das revistas ditas femininas continua extremamente medíocre. Pois reduz a leitora a uma consumidora deslumbrada com os últimos modismos — em sua *Carta ao Anunciante* nº 117, a Editora Abril refere-se às mulheres que lêem *Cláudia* da seguinte maneira: “*Nossa leitora não sonha. Consome.*” — ou, então, a uma aluna atenciosa e dócil diante do “saber científico”. E nada mais autoritário e impositivo do que estas “verdades”, jogadas do alto da cátedra de personagens do estilo Gikovate e companhia. De resto, técnicas de manipulação do corpo; redução do prazer sexual a algumas fórmulas “infalíveis”; ênfase na importância do casamento e, principalmente, nas verdades estabelecidas.

Muito pouco a esperar, portanto, de tais revistas. Ainda mais que a nova moral sexual, baseada na igualdade entre os

sexos, supõe uma revolução cultural que só pode ser concedida nos marcos da transformação radical da sociedade em que vivemos. E é este caráter subversivo do feminismo que assusta a todos aqueles que, por sua posição de classe ou de sexo, desfrutam dos privilégios das minorias dominantes.

5. Sou... mas quem não é? Pornochanchada: o bode expiatório do cinema brasileiro

INIMÃ SIMÕES



Um assalto! É noite na metrópole, e o homem em atitude suspeita se prepara para invadir uma casa. Inexplicavelmente, a janela estava aberta e logo ao pisar no assoalho ele tem um sobressalto: é que uma mulher, bem jovem ainda, dorme profundamente e veste apenas uma tanguinha milimétrica. A partir deste instante, a câmera muda por completo o seu comportamento e, qual um adolescente excitado e aturdido por fantasias sexuais, deixa tudo de lado e se preocupa exclusivamente com aquele corpo sobre a cama. Corre e percorre sua superfície enquanto vai registrando com rigor hierárquico e de maneira obsessiva alguns detalhes anatômicos. A trama está suspensa e o assalto — alguém se lembra dele? — já é coisa do passado e sem maior importância.

Esta passagem, do filme *O Pensionato de Mulheres*, dirigido por Clery Cunha e exibido há aproximadamente três anos em São Paulo, fornece alguns elementos para a compreensão das fórmulas consagradas pela pornochanchada.¹ Poderia ser outro o ambiente: velório, escritório de uma grande organi-

(1) É problemática a definição do que seja pornochanchada. Trata-se de um termo desgastado pelo seu uso indiscriminado e abusivo. Consideramos aqui aqueles filmes tanto de produção apressada e mal-acabada como outros de construção elaborada. O critério básico é a prioridade na exibição anatômica mesmo que em conflito com o desenvolvimento dramático, ou a existência de um roteiro para simples sustentação de piadas ou situações "eróticas" que envolvam mulheres mais ou menos despidas, "coroas" correndo atrás de virgens, senhoras enlouquecidas ante a simples visão de um garotão de Ipanema, etc.

Como se vê não se trata aqui de um critério para estabelecer o que é ou não é pornochanchada. Mais que isso, representa a aceitação das dificuldades em tratar de tão complexo assunto.

zação, reformatório feminino, casa de campo, que a priori, imutável, seria ainda o fornecimento de ângulos privilegiados do corpo feminino para o desfrute do espectador. A mulher nua, ou melhor, o corpo da mulher nua é o pólo máximo de atração, ponto básico na decupagem, ainda que isto implique em inevitável prejuízo dramático.

Não se pode esquecer que, muito antes do surgimento da pornochanchada, o cinema já havia descoberto o valor mercadológico da matéria sexual. Além disso, numa amostragem rápida e superficial, é possível se constatar — aqui no Brasil — a presença do elemento de excitação sexual nas peças publicitárias, na cobertura do carnaval carioca ou mesmo na celebração da mulata como produto sofisticado de exportação. Mas é sobre a pornochanchada que incidem as maiores críticas e olhares horrorizados dos espíritos pudicos. Sempre ouço, “mas foi assim, ... sem mais nem menos... e a mulher tirou a roupa”.² O que falta então, de acordo com esta perspectiva, é um embasamento, psicanalítico de preferência, e cenas adornadas com molduras “artísticas”, que os filmes ligeiros e apressados dispensam em favor de casuísmos, ligando piadas ou situações pretensamente excitantes.

Voltemos à moça-inocente em seu sono, à reação pavloviana da câmera e à função orientadora exercida pelo gatuno. Ela, como mulher, se destina à exposição. A câmera é a projeção voyerista, enquanto o homem, inicialmente o centro da trama, induz o público — através de seus gemidos de excitação — a uma resposta solidária. Nos filmes de encenação grosseira,³ o que não é o caso deste, as “alucinações” da câmera se manifestam inclusive em angulações deformantes, responsáveis por hipertrofias previamente determinadas — coxas enormes, nádegas inacreditáveis — ao estilo dos velhos

(2) E o que fazia a chanchada da Atlântida? O próprio Watson Macedo diretor de inúmeros musicais brasileiros estabeleceu um paralelo “Ia lá uma historinha e, de repente, parava tudo para entrar alguém cantando. Igual ao que ocorre na pornochanchada que tem uma história que é interrompida para aparecer alguém nu.”

(3) Há um artigo de J. C. Avelar, publicado no JB durante o ano de 1977 sob o título “Luxo ou Lixo” onde apresenta duas linhas de encenação: uma “bem comportada” e outra “grosseira”. Não possui referências quanto à data de publicação.

livrinhos pornográficos desenhados, de circulação extensa entre os ginasianos privados de sexo nas décadas anteriores.

O apego que a câmera demonstra pelos detalhes em detrimento do todo é favorecido pela existência da tanga, criação nacional (o nosso Chanel nº 5) que, mais que esconder, revela didaticamente, além de estabelecer prioridades para a percepção. Aquilo que está encoberto pelo tecido vira “figura” (de acordo com noções básicas de *gestalt*) e o resto, algo por volta de 95% do corpo humano se torna “fundo”, um todo indiferenciado, pelo menos ao primeiro contato visual.

Potência e competência

O universo que justifica a existência e permanência, na ordem do dia, da pornochanchada, prevê para o homem uma potência que está em estreita relação com a impotência feminina. O *exploit* sexual há de ser a conquista e nunca a compreensão recíproca, o que garante de antemão um destaque especial ao tema da sedução. Numa divisão esquemática, se determina que agressão é traço masculino enquanto a passividade é feminina. As características que se apreciam nas mulheres são as do homem castrado: timidez, languidez, delicadeza, formas arredondadas, etc.

Após essa confortável divisão, o próximo passo — que se manifesta claramente nos filmes — é apresentar personagens isentos de conflitos emocionais, o que libera o espectador de alguma eventual responsabilidade psicológica, pelo menos a nível consciente. Estando o personagem “de acordo” com sua manipulação enquanto espetáculo (uma mulher sobe a escada enquanto a câmera persegue suas calcinhas. Ela pára e sorri para o espectador...) e privado de emoções próprias, obtém-se de imediato a sua desqualificação. Por isso a mulher sempre surge como ser fútil, uma especialista em cosméticos e aplicação de técnicas para seduzir o parceiro. Dispensada de falas significativas no desenvolvimento da trama, em certas ocasiões lhe resta gargalhar repentinamente — como o fazem as crian-

ças e os loucos — o que só vai aumentar o contraste frente à racionalidade masculina.

Em *O Bem-Dotado (O Homem de Itú)*,⁴ o garanhão hospeda-se na residência de grã-finos paulistanos. O ambiente se pretende sofisticado: piscina, jardins, carros luxuosos, criação uniformizada, e um mordomo trêfego. Numa noite qualquer, enquanto o “bem-dotado” se envolve em atividades libidinosas, suas ações são testemunhadas pela filha da anfitriã. A garota, seminua, vê tudo de seu quarto enquanto acaricia os seios, revira os olhos, passa a língua nos lábios e se encaminha a um clímax sexual solitário. Isto suscita uma questão: qual a importância do ato sexual na pornochanchada? Ele parece ser significativo apenas enquanto motivador das ações que ocorrem à sua volta e na reconstituição dos pensamentos, obsessões e formas alternativas-desviantes permitidas. Tanto a virgem surpreendida pelo ladrão como a mocinha que capitula à distância, frente às demonstrações de virilidade do bem-dotado, nos remetem a uma concepção creditada a Bob Guccione de *Penthouse* e colocada em prática por todas as revistas masculinas e que implica em surpreender a mulher na sua intimidade sem que ela perceba o exame. E o que ela está fazendo? Pintando as unhas, num banho de imersão para ficar mais cheirosinha para o homem que vai chegar, se olhando no espelho, ou sugerindo masturbação. Masturbação, neste contexto, adquire o sentido de suprir uma falta. Só isso.

À primeira vista, parece incidir sobre os personagens femininos todo o espezinhamento perpetrado nas pornochanchadas. Não é bem assim. Democraticamente, ela distribui doses, maiores ou menores, a todos. É o homossexual, por exemplo, cheio de salamaleques e que, invariavelmente, exterioriza morfologia e fisiologia misteriosas. Como antítese do macho venerado pela promessa de poder que difunde, o homossexual só vai merecer escárnio. Ao deter o controle da

(4) Filme produzido pela Cinedistri, exemplo de “encenação bem comportada”. Ambientes luxuosos, gente conhecida da TV. Sucesso de bilheteria na ocasião do lançamento.

“felicidade feminina”, o macho perfeito (máchu-páca), dotado de um repertório extenso de virtudes evidentes — boa aparência, força física, riqueza, desenvoltura pessoal — é, paradoxalmente, um oprimido.⁵ Se a chave do prestígio é a potência sexual — e por isso a sexualidade nunca é livre em si mesma — a consequência imediata é a tensão permanente. Preso a um papel rígido que não lhe permite deslizes, tais como impotência ocasional (FROUXO!) ou traição conjugal (CORNO!), ele não pode falhar, tendo que demonstrar diuturnamente uma disposição ilimitada para os embates sexuais.⁶ É assim que, paradoxalmente, o machismo tradicional, pano de fundo desses filmes, não serve ao homem, ao personagem masculino.

Um bom papo de bar

Como naquele papo de boteco, com aquelas velhas piadas recicladas e relatos de conquistas ou atribulações com maridos ou pais enraivecidos, a pornochanchada exige de quem se dispõe a assisti-la, uma adesão incondicional, liberta de critérios como veracidade (para o papo de boteco) ou verossimilhança (para os filmes).

Nos cinemas populares onde a participação do público é perceptível, justamente ao contrário das salas elegantes onde a rigidez corporal e o silêncio fazem parte das regras de bom comportamento, os momentos culminantes ocorrem quando os filmes apresentam expressões de duplo sentido de consumo exclusivamente masculino. Numa cena de *O Bem-Dotado* ocorre o almoço das feministas, e uma moça parece estar

(5) Para a publicidade, o dinheiro é a chave da capacidade humana — enquanto que na pornochanchada, a potência sexual parece ser o único instrumento de afirmação.

(6) Já fomos campeões morais na Copa da Argentina. Agora, depois da exibição do filme *O Atleta Sexual*, produção paulista recente, garantimos mais um título: campeões morais do sexo. No torneio onde competiram brasileiros e americanos a vitória ficou os gringos, mas conseguida às custas de métodos ilícitos; nosso candidato era muito melhor.

passando mal (ela teve uma experiência com o bem-dotado). O mordomo solícito, imaginando alguma conseqüência do almoço, pergunta: “foi comida?”, e a resposta vem rápida: “fui.” Gargalhada geral.

A corrente de cumplicidade masculina se renova a cada filme. Em *As Massagistas Profissionais* de Carlos Mossy, um garotão cai da cama provocando imediata solidariedade feminina, incluindo a própria dona da pensão. Esta vai levar-lhe uma sopa e encontra o rapaz acamado com uma mulher. A velha, maternalmente, recomenda: “coma tudo direitinho, viu?”, e quem responde, insinuante, é a garota: “pode deixar que ele vai comer direitinho...” Ri o casal e ri a platéia.

A expressão de duplo sentido aproxima os homens que partilham um mesmo código e que utilizam este recurso para comentar as mulheres. A eficiência do mecanismo está diretamente vinculada ao potencial de excitação do tipo em questão. Virgens, por exemplo, ainda são estímulos eróticos de primeira grandeza. Para elas falta conhecer o p... As feministas vêm subindo rapidamente de cotação (elas são assim porque ninguém se interessa em suprir a falta de ...), as viúvas (são assim porque quem já experimentou não pode ficar sem ...) e daí em diante, mantendo sempre o mesmo fio condutor, “está faltando”, e o que falta, obviamente, é o pênis.

Erotismo falocêntrico

(Nosso super-homem prefere ovos de codorna à kriptonita)

O Bem-Dotado (O Homem de Itu) é o nosso super-herói. Enquanto na versão americana o homem de aço prefere voar, carregando sua namoradinha, o “bem-dotado”, malandro brasileiro, sabedor das coisas, prefere mostrar seus poderes no espaço limitado dos lençóis. Nele se manifesta uma potência ilimitada que se acompanha de configuração insólita. De caipirão ingênuo e meio bobo se transforma num “articulado homem da cidade”, vestindo roupas bem cortadas e portando uma dose de malícia que lhe assegura bom contato com as fêmeas que, por seu lado, fazem juz àquela noção bastante

difundida da intuição feminina, e correm sôfregas atrás dele. Com trajetória semelhante à dele está boa parte do público que frequenta com regularidade a pornochanchada, formando um contingente razoável de paulistanos ou cariocas de primeira geração. Muitos tomaram o mesmo sentido campocidade. Eis a identificação. O público — irônico, né? — ri da ingenuidade do caipira e curte deliciosamente as peripécias do urbanóide.

O espectador consome simbolicamente uma sexualidade que não consegue vivenciar, a não ser em seu imaginário. Além disso, os filmes mostram o sexo sob uma ótica técnica que implica na valorização do capaz contra o incapaz, com soluções ocorrendo ao nível individual. O que resolve não é o esforço ou capacidade de trabalho, algo mais de acordo com a velha fórmula do *western* americano. O que vale, aqui, é o trambique, o sonho do casamento bem sucedido, o prêmio da loteria, etc. A ascensão social — a não ser para os superdotados (mulher linda—ganhão irresistível) — está interdita. Sugere-se, subliminarmente, o acatamento à ordem estabelecida expressa, por exemplo, nas imagens do rico que bebe uísque à beira da piscina; aí do pobre ou feio que porventura pretenda furar as regras do jogo: está sujeito ao ridículo total. Melhor é ficar como está. Pobre mas com honra, porque “mulher de rico está sempre corneando” é uma das frases que se ouve de vez em quando.

Enxofre & psicanálise

A bronca generalizada sobre a pornochanchada apela para argumentos de ordem moral (?), um recurso típico de classe média que não pode evitar uma angústia desmesurada frente ao comportamento grosseiro que ameaça sua própria auto-imagem e conseqüente estabilidade. A pornochanchada aboliu de seu receituário o toque pesado e trágico dos filmes argentinos em que pontificam Isabel Sarli ou Libertad Leblanc (deusas impuras de unhas transformadas em garras vermelhas, muito laquê no cabelo e seios enormes) na inter-

pretação de personagens detonadores de tragédias familiares, daí a ligação mulher sensual com o fogo do inferno. A produção erótica brasileira dispensou o cheiro de enxôfre e os apelos ao pecado instalados em cada alcova, por uma hierarquia de valores onde o “pecado” é o fracasso social, a solidão do feio, a incompetência de ganhar dinheiro,... temas mais de acordo com a modernização da sociedade brasileira.

Destruidora da metáfora⁷ e dispensando, por incompetência inclusive, o instrumental psicanalítico que lhe garantiria atenuantes na execração pública, a pornochanchada, por outro lado, se livra, involuntariamente, da hipocrisia rançosa de alguns filmes bem acabados, com produções custosas e nomes reconhecidos nacionalmente. Um exemplo só: *A Dama do Lotação*,⁸ baseado numa crônica de Nelson Rodrigues, sob direção de Neville d’Almeida. Contornando a concepção de sexo como coisa suja e eternamente pecaminosa, que o autor do argumento nunca fez questão de esconder, o filme desfila o psicanalista e os supostos traumas de natureza psíquica que justificam o comportamento da *Dama*,... Tenta-se modernizar a idéia de sexo como pecado — como garantia São Tomás de Aquino na *Suma Teológica* — mesmo sob o beneplácito do matrimônio o sexo não deixava de ser pecado. Não era mais mortal e sim venial apenas — a partir de uma embalagem atraente. Impossível! O terapeuta apenas substitui o padre e, ao invés de distribuir penitências, ele avaliza culpas, traumas, comportamentos neuróticos, etc.

Não se justifica, então, tamanho desperdício de energia buscando na má aparência, na grosseria, na incompetência, motivos para transformar a pornochanchada em bode expiatório das mazelas nacionais. Talvez fosse mais produtivo e conseqüente procurar as imagens reais encobertas por aquelas que se projetam nas telas e talvez aí fosse surpreendente descobrir que, embora se dirigindo a esferas culturais dis-

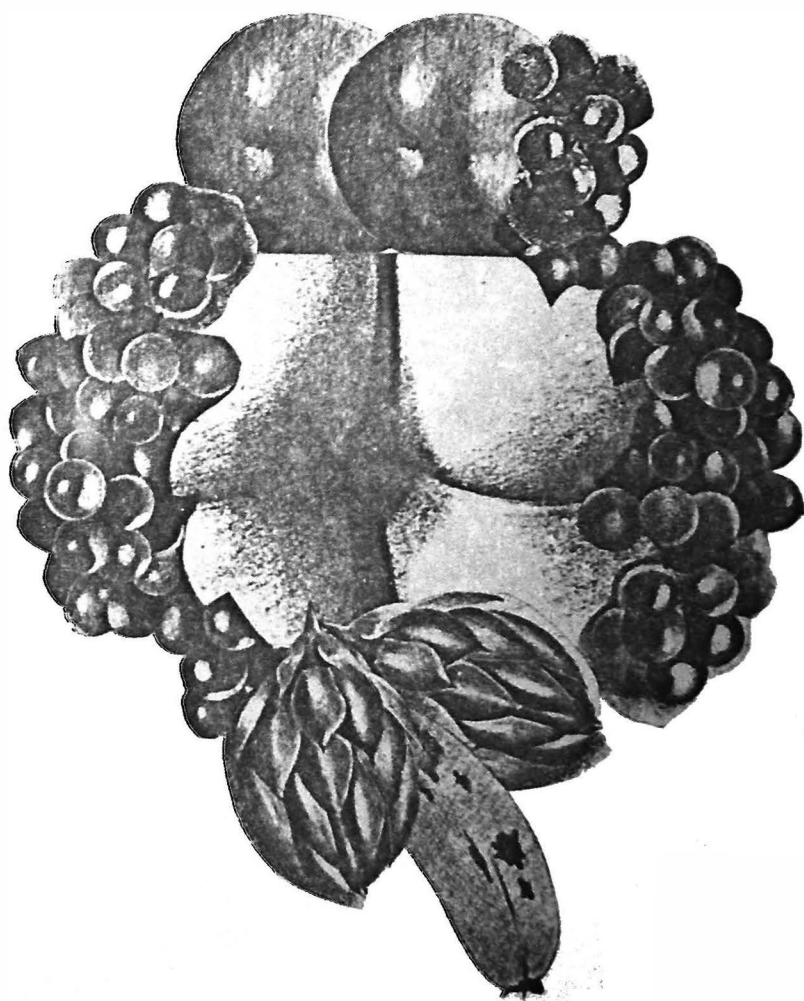
(7) Novamente *O Bem Dotado*. A potência sexual do personagem título se manifesta da maneira mais objetiva possível, dispensando qualquer figura de retórica: nas dimensões inusitadas do seu pênis.

(8) O filme já foi comentado por *Em Tempo* seguindo esta linha de raciocínio.

tintas, filmes bem elaborados ou pornochanchadas grosseiras mantêm um substrato comum determinado pela necessidade de manipular um discurso de natureza sexual. Paulo Emilio Salles Gomes disse uma vez, em entrevista a *Movimento*, que falar tanto de sexo poderia ser um sintoma de pouca vivência, de parca experiência sexual. A presença de um discurso sexualizado nos filmes dirigidos a um público popular pode também, enganosamente, reiterar que o sexo ainda permanece como prerrogativa exclusivamente individual.

6. O escândalo da melancia

JEAN CLAUDE BERNARDET



Vereda Tropical, de Joaquim Pedro de Andrade: uma pornochanchada sem culpa, sem tristeza, sem moralismo... E censurada.

Não parece, mas é. Joaquim Pedro de Andrade é, certamente, um dos autores brasileiros mais preocupados com sexo. É necessário rever seus filmes sob este aspecto, tão importante como outros que já foram levantados, a respeito de *Macunaíma* e *Os Inconfidentes* principalmente. Joaquim Pedro realizou recentemente uma obrinha desconhecida mercê da censura, tropicalisticamente intitulada *Vereda Tropical*, e que se limita a contar os amores desinibidos de Cláudio Cavalcanti com uma melancia. Tem uma conclusão moralista: quem gosta de frutas e verduras, esteja à vontade. Os que, em sessões especiais, viram este filme de uns vinte minutos, ressaltaram o fato de Joaquim Pedro ter conseguido fazer uma pornochanchada com inteligência, talento, elegância. Pornochanchada não tem que ser necessariamente burra, mal feita, nem se limitar ao exibicionismo da carne, nem ser machista. Melhorar o nível não quer dizer apenas maquiagem melhor as atrizes exibidas. A pornochanchada pode ser uma obra de arte que satisfaça gostos exigentes. A malícia pode não ser grosseira e repetitiva, etc. Joaquim Pedro teria feito da pornochanchada um objeto de consumo de luxo. Isto é, teria cumprido satisfatoriamente o projeto do produtor, Carlos Mêmolo, que queria, justamente, produzir um filme erótico livre do que julgamos ser a vulgaridade. Para isso contratou,

em 1977, quatro diretores e pediu a cada um que adaptasse um conto erótico premiado num concurso da revista *Status* (excluídos os contos proibidos). Via *Status* e via o talento reconhecido dos diretores escolhidos (além de Joaquim Pedro, Roberto Santos, Eduardo Escorel e Roberto Palmari), a pornochanchada sai da boca do lixo e atinge o mundo sofisticado dos executivos. *Vereda Tropical*, sem dúvida, funcionaria assim, não tivesse sido proibida.

Mas funciona também de modo mais complexo dentro da obra de Joaquim Pedro. Em 1965, ele realiza seu primeiro filme de longa metragem de ficção, *O Padre e a Moça*, amores perseguidos e frustrados numa pequena cidade mineira repressiva. Não me lembro do filme com precisão, mas a lembrança que guardo é a de um erotismo tenso, que não consegue desabrochar por causa da opressão da cidade, mas talvez também por causa de uma opressão interna dos personagens. Ficou-me uma imagem, discreta mas violenta, que pode traduzir o tratamento erótico do filme: Paulo José vestido de padre e Helena Ignês agarram-se apaixonadamente; a violência do abraço é tal que Helena rasga com as unhas a batina preta, deixando aparecer o recheio branco do ombro. Símbolo de esperma contido e que só sai numa situação de tensão, violência, exasperação.

Tenho impressão que as imagens eróticas mais fortes que guardo do cinema brasileiro, pelo menos daquela época e na faixa, digamos, do cinema culto, estão todas ligadas a situações de tensão, repressão, violência. Por exemplo, em filmes de Ruy Guerra. Nos *Cafajestes*, a famosa seqüência de Norma Benguel nua na praia sendo fotograficamente violentada por dois caras que giram em torno dela num carro. Nos *Fuzis*: Maria Gladys, mocinha de sertão indefesa e provocadora, acossada contra um muro rugoso por algum macho. A sensualidade assassina de Irma Alvares em *Porto dos Caixas* de Paulo Cesar Saraceni, que mata o marido impotente e viscoso num misto de repulsa e fascinação. O erotismo que não se resolve em *Bahia de Todos os Santos*, de Trigueirinho, nas relações de Jurandir Pimentel quer com sua velha amiga ou com seu amigo. Essas cenas não se limitam a descrever situações psicológicas e sociais de repressão à vida sexual e

erótica, mas traduzem também, me parece, as tensões com que os próprios cineastas enfrentam o sexo. As cenas eróticas de maior impacto estão ligadas a um erotismo contido, infeliz, sofrido, não isento de culpabilidade. Mesmo filmes que pretendem mostrar-se desinibidos acabam tendo resultados negativos. É o caso de diversos filmes que abordam temas relacionados com homossexualismo e que afirmam o valor dessa sexualidade, mas que sempre (?) se encerram com a derrota, a separação dos amantes, a morte.

Indiscutivelmente, Joaquim Pedro luta contra esse sexo infeliz e culpado. O que já é sensível no filme posterior a *O Padre e a Moça*. Para Macunaíma, as “brincadeiras” desinibidas não têm outra finalidade senão lhe proporcionar prazer. Sem outra preocupação. É bom e desejável tudo o que proporciona prazer; o prazer é um fim em si. Em *Guerra Conjugal*, a vida sexual não é tão simples assim. É atormentada. A trajetória de Carlos Gregório é uma espécie de *via crucis* sexual que o leva a um máximo de degradação que é, também, um máximo de dignidade, a sua relação com a velha, para, daí, sair como que purificado, o que Joaquim Pedro mostra com toda a ironia que lhe é habitual.

Em *Vereda Tropical*, Joaquim apresenta um sexo desinibido, uma prática do prazer sem culpa e sem justificativa. Que não tem nem a justificativa de apelar para um erotismo mais nobre, de comunicação interindividual. É até um erotismo solitário (com melancia). O prazer é desejável em si, cada um o obtém a seu modo, é válida a obtenção do prazer no imediato, e não há conceito moral, psicológico, político que permita julgar isto. O filme de Joaquim é escandaloso porque não encaixa o sexo num padrão vigente, quer seja comercial ou político. O que só pode chocar todas as correntes políticas. E, nesse sentido, *Vereda Tropical* é escandaloso e político. E, felizmente, é uma piada.

7. Pornografia, o sexo dos outros

JEAN CLAUDE BERNARDET





A atitude dos indignados diante da dita pornochanchada revela vestígios de puritanismo e a tentativa de afirmar uma pretensa superioridade cultural e sexual.

Escrever sobre sexo e cinema brasileiro, nos dias que correm, tem sido escrever sobre pornochanchada — honrosas exceções (?). Escrever sobre sexo e pornochanchada tem consistido em dizer que, sob ares de liberalidade, pedaços de seios e nádegas espalhados aqui e lá, o porno brasileiro não faz senão afirmar valores retrógrados vigentes: o sexismo, o machismo, a família, o casamento, etc. E não agüento mais repetir essas coisas, inclusive porque o que tinha-a dizer a esse respeito já foi dito no jornal *Movimento* inúmeras vezes: Maria Rita Kehl, Paulo Emilio Salles Gomes e eu já despejamos as nossas iras sobre o aviltamento da mulher reduzida a boas empregadas e secretárias que fazem de tudo, sobre os machos, sobre as bichas de plantão que estão aí para serem humilhadas e afirmar o machismo dos outros, sobre os velhos e as velhas cujos desejos sexuais são ridicularizados, etc. e tal. Não quero repetir isso tudo, inclusive porque acho que é atribuir à pornochanchada uma importância bem maior que de fato ela tem. Se as licenciosidades são recuperadas pela valorização da família ou por finais felizes com casamento, quem pode afirmar que o público vai nessa onda? Mostrar os vícios para exaltar a virtude é velho estratagema: dá-se uma vaga satisfação ao moralismo vigente para mostrar, senão o que o público quer ver, pelo menos o que o público aceita pagar. E é

muito provável que um bom par de nádegas tenha maior poder de convicção que um desenlace casamenteiro. Quanto ao sexismo e machismo, a pornochanchada não cria nada. Ela vai na onda do que está por aí, no teatro, nas revistas, nas colunas das certinhas, na publicidade, na mente e no corpo de muitos, mesmo sem querer e sem saber. Ela pode dar um reforço, quando muito.

Mas por que teremos ficado tão irados com o sexo da pornochanchada? Não será, sob os nossos ares libertários em matéria de comportamento sexual, um vestígio de puritanismo e uma afirmação de superioridade? Não o puritanismo dos nossos avós, ou pais, ou irmãos até, que defendem a decência, o decoro, ou melhor, as inibições que eles qualificam assim. O nosso papo é outro, praticamos nudismo, triângulos e outros polígonos, pregamos o sexo desinibido e rejeitamos as institucionalizações vigentes da vida sexual. Condenamos o sexo da pornochanchada é em nome de um ideal a que damos o nome de erotismo, para diferenciá-lo da rele pornografia. Conforme alguns, para sair da pornografia, basta um pouco de arte, uns desfocados, uma luz mais filtrada, uma posição de câmara mais assim ou mais assada. E quantas pornochanchadas “sofisticadas” já não se enfeitaram desse jeito? Basta uma “justificativa artística”, não a mulher que chega e, pronto, logo tira a roupa. Quantas aprendizes de vedetes não se acostumaram a repetir cacoetes acadêmicos: “filmar nua, filmo, mas só se for por razões artísticas.” Mas essa pretensa sofisticação e hipócrita justificativa artística não nos engana nem nos satisfaz. Queremos o sexo integral, integrado, o corpo inteiro ativo sexual e afetivamente num gesto só; é em nome disso que rejeitamos o sexo despedaçado, os fragmentos de carne feminina e masculina saídos dos açougues cinematográficos. Esse erotismo com que sonhamos e que é uma resposta ao massacre sexual que vitimou as gerações que nos antecederam, as quais também nos massacram sexualmente — esse erotismo duvido que, atualmente, mesmo entre as gerações mais jovens, seja uma realização, ele ainda é uma aspiração. E é essa aspiração que usamos como tribuna para condenar a pornochanchada. Ao fazer isso, nos sentimos bem. Nos sentimos superiores. Como nos julgamos cultural-

mente superiores aos fazedores e consumidores de pornochanchadas, como nos julgamos politicamente superiores diante dos fazedores e consumidores do cinema que consideramos “alienado”, também nos julgamos sexualmente superiores. Impomos o nosso ponto de vista sobre sexo e condenamos, através da pornochanchada, o sexo dos outros, o sexo que está aí, o sexo do sistema. É claro que o sistema despossui sexualmente, que o sistema fecha as comportas, que a burocracia e autoritarismo, independentemente das formas de regime, trancam os corpos e só deixam sair os humores o mínimo necessário. É claro que o sistema tem uma política sexual que avilta as potencialidades — e não só do “povo”, do proletariado ou dos consumidores de pornochanchadas, as nossas também. Mas daí a nos erguermos em juízes, a distância é enorme. Que bem encontramos em condenar o cara que se esgota numa ejaculação rápida, sem se entregar? ou que compensa o sexo mecânico com atrizes fetichizadas não menos mecânicas? A única atitude que vejo possível, não é condenar a miséria sexual, mas deixar as pessoas buscarem prazer da forma que podem. Tão perverso quanto o sexo reificado da pornochanchada, que não faz senão prolongar o sexo que anda por aí, é a condenação que lhe infligimos do alto do nosso ideal. O julgamento. O gesto, em última instância, censório. E a maior falha dessa pornochanchada não é ser porno, mas ser muito pouco porno. Preferível a todas estas sugestões, a esses lençóis medidos, é mostrar todos os órgãos sexuais masculinos e femininos fazendo o que podem fazer. Se bem não fizer, mal também não fará, e pelo menos num ponto será um bem: derrubar os múltiplos atos de censura que cerceiam esses filmes, que não são apenas os da censura federal e da burocracia, mas também os atos dos bem-pensantes retrógrados e dos bem-pensantes evoluídos. O gênero pornográfico é um gênero como outro qualquer, com suas particularidades, suas vedetes; vez ou outra, no meio de uma produção para mim medíocre e fastidiosa, uma obra-prima. Como no meio da mediocridade do bang-bang ou do filme policial, vez ou outra, também, uma obra-prima. Questionar o gênero pornográfico leva a questionar todo o cinema comercial. Pornográficos não são trepadas mostradas ou sugeridas, artisticamente

justificadas ou não, mas todos os sentimentos, as pulsões trituradas pela máquina de fazer carne moída, servidos em technicolor para espectadores que não têm o direito de resposta.

8. A moral oficial brasileira



A franca contestação de vários tabus sexuais por segmentos cada vez maiores da sociedade brasileira vem tirando o sono da moral conservadora. A família patriarcal monogâmica está em crise; o divórcio é semilegitimado no Brasil; o aborto começa a ficar na ordem do dia, assim como o sexo fora (antes e depois) do casamento; e o homossexualismo exige o direito de exercer livremente a sua sexualidade.

Nas entrevistas que seguem, o conhecido jornalista conservador Lenildo Tabosa Pessoa e o padre Alfonso Cattanco da Tradição, Família e Propriedade (TFP) mineira discutem esses problemas e explicitam as suas posições. A entrevista do jornalista Lenildo foi realizada por Roberto Brun e Luis Carlos B. Resende e a do Padre Cattanco por Ricardo Rabelo.

Pe. Alfonso Cattanco

P — O que o sr. acha da lei do divórcio? E da utilização desta lei?

R — Esta lei favorece o comodismo. Isto é, favorece não arcar com as dificuldades da vida. Favorece também o hedonismo, isto é, a busca desregrada dos prazeres sexuais. Enfim, favorece a moleza, é contra a seriedade da vida.

P — O sr. veria como necessárias algumas mudanças no Código Civil? Quais? Por quê?

R — A Igreja, em geral, não aceita esta lei. De forma que não se pode falar de modificações, é a lei em si que não pode ser aceita pela Igreja.

P — Como o sr. encara a questão da pureza e da virgindade? Admite a existência de relações sexuais antes do matrimônio?

R — É questão de valores éticos, de valores morais. Há um certo critério de moral que deve ser conservado. De forma que nós damos muito valor à questão da pureza e da virgindade. Conforme a Igreja não pode se aceitar relações pré-matrimoniais. Vão contra o direito que o casamento dá de um sobre o corpo do outro. Como não existe ainda aquele direito, não podem exercer os atos. A igreja não aceita isso.

P — Como o sr. encara a questão do homossexualismo?

R — O homossexualismo é uma doença. Porque é uma situação, digamos, inatural do indivíduo. De forma que sendo uma doença precisa ser tratada como tal. A respeito da moralidade, o indivíduo que age por doença não é responsável. De forma que nós não atribuímos, digamos, o pecado, quando a doença tira do indivíduo a liberdade, tira o conhecimento, como acontece nestes indivíduos. A Igreja condena, isto é, enquanto uma doença, uma coisa fora do natural e que, portanto, deve ser corrigida. A respeito das responsabilidades, ela não pode culpar assim de culpa grave todos os atos homossexuais. O pecado depende da “advertência normal” e do consentimento. Essas pessoas não têm a advertência e, portanto, não têm a condição necessária para a culpa grave.

P — Deve haver educação sexual? Em que nível de ensino?

R — Deve haver educação sexual, deve haver. Porque é algo que deve ser preparado, orientado. Assim como tem educação em todas as paixões do homem, deve ter educação também a respeito da sensualidade. Agora, certas noções gerais são para todos, agora, entrar nos pormenores, aí é preciso ter muita prudência. Esta questão da educação sexual entra sempre no critério geral da prudência, de forma que eu ajudo na medida em que é prudente ajudar. Conforme os casos, portanto, deve-se acompanhar o indivíduo no conhecimento dessa parte sexual. Nas escolas, como matéria de ensino, é preciso algumas noções gerais. Mas há exageros em alguns nos pormenores que, como digo eu, não considero prudente. Seria uma falta de prudência, quando se está generalizando o ensino a pessoas, crianças, que ainda não estão com a capacidade de controlar. Porque na questão da castidade não é questão só de saber, é questão de saber bem e saber controlar. No primeiro grau, por exemplo, deve-se ensinar noções gerais, no 2º grau pode já come-

çar... E aí depois se deveria acompanhar o indivíduo, não é fácil, mas se deveria acompanhar o indivíduo pessoalmente conforme as necessidades que tenha. A verdade é que o indivíduo está cheio de curiosidades, vai perguntar a um e outro, precisaria mesmo acompanhar o indivíduo com uma instrução assim, pessoal e séria. A gente vê que tudo isso é natural, não é?, na vida.

P — Como o sr. vê a difusão do erotismo no rádio, na tv e no cinema? E sua utilização na publicidade?

R — Tudo isso que se está assim apresentando publicamente tem tudo mais ou menos fins financeiros. De forma que é tudo impressionismo, aliciamento, atrativos usados para se obter dinheiro. De forma que é preciso ter uma limitação, respeitando a educação do povo, respeitando os critérios que o povo tem. Não se pode assim entrar nas casas de uma forma assim crua, só simplesmente para propaganda. As novelas já têm uma espécie de critério, são apresentadas aquelas que são mais vivas, cruas, nos horários mais adiantados. De forma que teríamos ainda que ter um controle maior a respeito dos horários. Aqueles programas que têm problemas, que podem despertar paixões precisariam ser controlados, não poderia ser nas horas em que estão as crianças, os meninos.

P — Os costumes, a moda, com uma exibição cada vez maior do corpo teriam alguma influência na religião? Como o sr. avalia essa influência?

R — É claro, enfraquecem os valores religiosos, que são o respeito às leis da natureza, que são lei de Deus. Então se perde o conceito e o domínio de leis naturais, vai-se endeusando o físico, o que é material, o que é natural. Isso prejudica a religião, porque a religião está num nível espiritual, num nível sobrenatural. Tudo isso é prejudicado por essa onda de erotismo exagerado.

P — Como o sr. encara o movimento de libertação feminina?

R — Eu considero em si positivo. Tem que existir. É preciso que nós cheguemos a nos conhecer, conhecer os valores, de forma que é bom e justo em geral o movimento feminista. É só controlar seus caminhos, orientações, conservar os valores hierárquicos e respeitar as capacidades. Não se pode dizer que um sexo é maior outro é menor, não. Tem qualidades nos dois. Mas há um conceito de hierarquia que deveria ser respeitado. Homem, homem, mulher, mulher. Mas, em si, o movimento feminista é bom, é justo. Controlá-lo.

Lenildo Tabosa Pessoa

P — Como é que o sr. vê a atual lei do divórcio e a sua utilização aqui no Brasil?

R — Em primeiro lugar, em relação ao divórcio como tal, antes mesmo da lei do divórcio, eu sou contra pelo motivo dos filhos. Eu acho que o matrimônio é uma sociedade típica porque ela dá origem a outros seres; não é somente uma sociedade que se restringe a dois que constitui o matrimônio. Então, esses que surgem depois são pessoas que ainda não têm um desenvolvimento intelectual, precisam ainda do ambiente do lar. Então os pais, a partir de quando surgem os filhos, já não podem resolver seus desentendimentos pensando apenas em si. Eu sou contra o divórcio por isso. E sendo contra o divórcio, naturalmente, sou também contra a lei do divórcio no Brasil. Quanto à maneira como ela foi redigida, acho que é uma lei que tem muitas imperfeições, tem muitas limitações. No que diz respeito, por exemplo, ao número permitido de divórcios para cada um, se uma pessoa divorciada se casa, não tem direito mais a um segundo divórcio, e isso atinge inclusive quem nunca foi casado mas se casa com um divorciado. Então eu sou contra a lei. Além disso, acho que ela tem muitas incongruências.

P' — O sr. acha então que a lei é limitada? Acha que ela deveria ser mais...?

R — Não, não acho que ela deveria ser mais... Eu sendo contra, acho que não deveria haver essa lei. Mas acho que é uma lei feita de improviso e sem a necessária maturidade.

P — Na discussão sobre o desquite também existia esse problema dos filhos.

R — Não há dúvidas que sob o ponto de vista dos filhos, o desquite também traz inconvenientes. Agora, é um mal menor. Quer dizer, não é uma solução para o caso de desentendimento do casal. Só em determinados casos, em que não há possibilidade de resolver de nenhuma maneira o desentendimento dos pais, eu acho que a separação seja melhor do que a continuação do vínculo. Mas não que seja uma solução ideal. Inclusive o argumento que se usa frequentemente de dizer que é melhor que os filhos tenham os pais separados

do que viver numa casa com os pais brigando, é um argumento meio sofista, porque há uma terceira solução: que é a dos pais resolverem os seus problemas ou pelo menos procurarem resolver, em vez de apelarem logo para a medida extrema, que seria a separação. E mais ainda, no caso do divórcio, a própria lei convida os casais, não a procurarem resolver seus desentendimentos, mas a procurarem uma nova solução, ou seja, um novo vínculo, um novo casamento.

P — O divórcio é uma questão de fé ou de moral? Parece que sua posição contrária ao divórcio reside mais num sentido prático e não tanto numa doutrina religiosa.

R — Não, eu não defendo essa posição por motivo religioso. Inclusive acho a posição da Igreja incoerente nesta matéria. Por exemplo, a Igreja ensina que o matrimônio é uma questão de direito natural, o que significa que está acima da própria doutrina da Igreja, mas ela admite o chamado “privilégio paulino”. São Paulo, numa de suas epístolas, tratando do caso de um casal de infiéis, em que um se converte ao cristianismo-catolicismo e outro não, admite como lícita a separação. Ora, se o matrimônio é uma questão de direito natural, não se justificam exceções. E isso é uma grave incoerência. E para agravar ainda mais a incoerência, a Igreja instituiu, posteriormente, o “privilégio petrino”, que vem do nome de São Pedro, pelo qual o próprio Papa tem o direito de anular, em determinados casos, um matrimônio.

P — A Igreja defende a idéia da proibição/impedimento do divórcio pelo fato de considerar o matrimônio uma questão de direito natural?

R — Exatamente; porque se trata de uma questão de direito natural. Mas com a incoerência mencionada. Tanto que quando falei no divórcio não citei nenhum motivo religioso, exatamente porque eu não concordo com a posição da Igreja nesse ponto. A minha posição em relação ao problema, como, aliás, em relação a quase tudo, hoje, depois do Concílio Vaticano II (quando houve uma ruptura de toda a ortodoxia da Igreja, que põe em dúvida a própria credibilidade da Igreja), não são as do fiel. E mesmo, como nesse caso do divórcio, em que há coincidência de posições, eu tenho meus motivos que não são os da Igreja.

P — O sr. defendeu a idéia do não-divórcio a partir do problema dos filhos, mas e quando eles não existem?

R — Mas essa é uma exceção que não se pode contemplar em lei, porque, inclusive, seria uma maneira de estimular os casais de jovens a não ter filhos, o que contrariaria a própria finalidade do matrimônio. Então, nas leis, de um modo geral, e nesse caso concreto, não se poderia estabelecer uma exceção.

P — *Parece que a lei do divórcio prevê um prazo razoavelmente grande desde a época em que as pessoas começam a pensar no divórcio até a sua concretização. Talvez seja uma maneira da lei prever que nesse prazo os desentendimentos sejam resolvidos.*

R — É, o prazo é de cinco anos. Ocorre que a lei foi estabelecida num país onde não havia divórcio. Então, a finalidade da lei foi, em primeiro lugar, regular as situações já existentes e, depois, abrir as portas, naturalmente, para as outras situações. Com o passar do tempo, daqui a dez, quinze anos, é possível que essa legislação sofra uma modificação e já não exija um prazo tão longo. De qualquer maneira, o problema fundamental não é a questão do tempo, pois, mesmo na situação de casais que se separaram há cinco anos e os filhos, por exemplo, sofreram os traumas dessa separação (o que é muito comum de se encontrar), o fato de a lei estabelecer um prazo de cinco anos não resolve esse problema.

P — *Mas, partindo da constatação de que a lei praticamente só regulariza as situações de fato, apesar disso, o sr. não acha que essa lei talvez poderia promover uma possibilidade de nova vida para as pessoas que estão separadas?*

R — Não há dúvidas que possibilita, mas, volta sempre ao problema dos filhos. E depois, um fato que se constatou, por exemplo, na Itália, quando foi feita a lei do divórcio, e inclusive aqui no Brasil, é que o número de pessoas que recorreram a essa possibilidade é muito menor do que se esperava. Isto porque, em numerosíssimos casos, as pessoas que estão nessa situação não têm nenhum interesse em regularizar a situação (servindo-se da lei) porque seria, para elas, um novo vínculo, ao passo que, com a aceitação desse estado pela sociedade, muita gente não sente interesse em utilizar a lei do divórcio. Agora, a lei deve regular não só situações de fato, como também as situações de direito, senão a gente vai terminar, se formos seguir coerentemente o raciocínio, legalizando o homicídio.

P — Como o sr. vê as relações sexuais pré-matrimoniais e fora do matrimônio?

R — Eu acho que nessa questão, como em todas as outras questões de cunho moral, há um aspecto subjetivo e outro objetivo. Eu acho que a fidelidade tem uma razão de ser. Não é um mero hábito, uma mera rotina... Mas também há o aspecto subjetivo, isto é, dado o fato de uma determinada pessoa agir de uma maneira contrária (antes ou depois do matrimônio), eu não posso, ou melhor, não me julgo com autoridade para dizer que tal pessoa errou ou que tal pessoa é ruim ou boa, por que agiu desta ou daquela maneira. Eu acho que tem um aspecto subjetivo que só a própria pessoa pode julgar diante de Deus.

P — O que o sr. acha do aborto?

R — Eu acho que o aborto é um assassinato, puro e simples. É muito mais grave do que um assassinato “normal” porque, nesse caso, em muitos casos, o adulto tem possibilidade de se defender, resistindo, ou pedindo socorro, ao passo que no caso do aborto a criança não tem um mínimo de defesa. E o que é pior, é eliminada pelos próprios pais. Então, o problema fundamental na questão do aborto é que, se os direitos da pessoa humana são direitos inalienáveis, eles começam no próprio momento em que surge a personalidade humana, ou seja, desde o momento da concepção. Se admito que a criança pode ser eliminada enquanto está no seio materno, então quando é que esses direitos surgem? Por que eu não posso eliminar, por exemplo, essa pessoa alguns anos depois que ela nasce? Ou então, por exemplo: uma família que tem 4 filhos e a mulher estivesse grávida e tentasse eliminar esse filho que está sendo gerado. E se alguém, por exemplo, dissesse: seria melhor a senhora esperar porque talvez esse seja mais inteligente do que os outros; então seria melhor que ele nascesse e depois matasse o menos favorecido, o que tivesse menos qualidades dos cinco filhos. Se a coisa fosse colocada nesses termos, certamente provocaria horror na opinião pública. Ninguém toleraria a idéia dos pais verem qual dos filhos é o menos favorecido e o eliminasse. Mas o aborto é exatamente a mesma coisa, só que você muda o nome, em vez de se chamar de assassinato, chama-se aborto.

P — Mas alega-se que uma criatura só se torna humana a partir de um certo processo de socialização, ou seja, através de todo um processo que vai ocorrer após o nascimento. Além disso, existem

peças que não têm condições de educar, de uma forma adequada, as crianças; não seria melhor eliminar esse mal pela raiz?

R — Quanto à primeira questão, acho que se a gente puser a questão nesses termos, isto é, que a personalidade humana nasce com a socialização, então, se tivermos uma pessoa que nascesse, que fosse isolada da sociedade e crescesse completamente isolada, então ela poderia ser eliminada, porque ela nunca teve uma socialização. Como também um louco que nunca se integrou numa sociedade, ele também poderia ser eliminado, por exemplo. E quanto aos filhos, não há dúvidas que o problema de famílias que não têm recursos e que têm um número de filhos muito superior ao que pode criar é um problema gravíssimo. Agora, eu acho que ele não pode ser resolvido matando um dos filhos. Além do que, matar um filho que está nascendo é o mesmo que matar um filho que já nasceu. E ninguém aceitaria a idéia de matar um filho que já nasceu. Então, a idéia seria dos pais procurarem controlar o número de filhos, não eliminando os filhos que já estão concebidos, mas evitando a concepção, ou seja, adotando o que se chama “paternidade responsável”, isto é, ter o número de filhos proporcional aos seus recursos, mas não eliminando os filhos já concebidos.

P — *Então o sr. concorda com a contracepção?*

R — Bem, a grande restrição que faço à contracepção, é quando ela é abortiva, como, por exemplo, no caso do DIU (dispositivo intra-uterino). Eu participei uma vez da cobertura de uma conferência sobre planejamento familiar no Chile, em 1977, e a maior parte de todos os médicos que estavam lá (e não era uma conferência religiosa, era científica) era contrária ao DIU por ser um método abortivo; ele elimina o óvulo já fecundado, quer dizer, não o óvulo, mas sim o ovo, isto é, o feto nos seus primeiros momentos de vida. No que diz respeito à pílula, a grande restrição que eu faço deve-se à incerteza dos efeitos colaterais. A gente encontra, freqüentemente, em revistas especializadas, referências ao fato de que a pílula facilita trombozes ou derrames cerebrais. Então, desde que se comprovasse que a pílula não tem esse efeito colateral, tendo em vista que o processo que a pílula desencadeia no organismo da mulher é o processo que a própria natureza usa... Resumindo, a minha posição é: sou inteiramente contrário aos métodos abortivos como o DIU, pelo fato de ser contrário ao aborto e, no que diz respeito à pílula, a restrição que faço se deve ao efeito muito incerto do ponto de vista dos efeitos colaterais.

P — Estima-se que no Brasil ocorrem mais de 2 milhões de abortos por ano, muitos dos quais são provocados por pessoas de baixa renda que não têm condições de dispor de médicos. Portanto, a legalização do aborto poderia evitar esse efeito nocivo a que são expostas as mães de baixa renda. Como o sr. vê essa questão?

R — Eu acho também que há um grande número de assaltantes que penetram nas casas e se arriscam a morrer. Então, seria o caso de se legalizar o assalto para que eles pudessem entrar legalmente nas casas para roubarem. É o que já falamos aqui: a gente não pode criar uma lei para legalizar uma situação que em si já é criminosa. Então, o que se deveria fazer é punir severamente esses médicos que praticam o aborto.

P — Mas, dada a extensão do fato na sociedade, será que isso não seria um costume social, que deveria ser legalizado?

*R — Mas acontece que há um determinado critério moral que é imutável. Então, não se pode legalizar uma situação que, em si, é uma violação dos direitos humanos, que é um atentado contra a personalidade humana, simplesmente porque existe esta situação. Inclusive há um livro muito interessante, que foi publicado na Inglaterra e foi traduzido aqui no Brasil: chama-se *Bebês para Queimar*. Esse livro foi escrito por um jornalista e uma jornalista que se apresentavam em clínicas de abortos e a jornalista dizia que estava grávida e queria fazer um aborto (mas na verdade não estava), e em todas as clínicas de aborto eles diziam que ela estava grávida e marcavam o dia da operação e cobravam uma soma enorme. E depois eles foram a uma outra clínica e gravaram tudo e publicaram e descobriram até clínicas de aborto, na Inglaterra, onde os fetos são vendidos a fábricas de gordura (fábricas de sabão). Quer dizer, é a mesma coisa que Hitler fazia com os judeus. Só que quando é Hitler quem faz todo mundo se scandaliza e grita e acha horrível, como de fato é. Mas quando são os pais ou os médicos que fazem isso com crianças que não nasceram ainda, todo mundo aceita ou se cala. E nos Estados Unidos, eles citam também o caso de mães que vão para a maternidade (e chegam a lhes dar uísque) e assinam declarações concordando com o aborto. Mas essas crianças (nos Estados Unidos o aborto é permitido até quase o momento do parto) são extraídas vivas e, como não foram registradas, legalmente não existem. E elas são utilizadas como cobaias para experiências com remédios, experiências científicas. E depois são mortas e enterradas legalmente. O que é qualquer coisa muito parecida com os campos de concentração de Auschwitz, Dachau ou qualquer outro.*

P — Como o sr. vê a questão do homossexualismo? Uma discussão que vem pegando fogo no mundo ocidental?

R — Acho que a discussão é uma consequência dessa onda geral de amoralidade que domina a sociedade. Agora, evidentemente que sou inteiramente contrário ao homossexualismo. Acho que não há nenhuma justificação. Acho que se deve examinar, naturalmente, caso por caso. Se é, por exemplo, uma questão de insuficiência da personalidade, uma questão de doença, então, é evidente que essa pessoa tem que ser tratada. Mas justificação não vejo nenhuma.

P — Como o sr. veria a diferença entre vício e doença nesse caso?

R — No caso de doença pode ser um distúrbio endócrino, por exemplo, um distúrbio do organismo que leva a pessoa a agir dessa maneira; já no outro caso, é uma pessoa perfeita mas que se habituou a essas práticas.

P — O sr. tem levantado desde o início a questão do direito natural, e o sr. levantou agora a vinculação entre o homossexualismo e a onda de amoralidade que vem surgindo. Então eu pergunto: pressupondo-se a existência do direito natural que remeteria a toda uma série de regras morais fixadas, como a gente poderia compreender o fato de que, em matéria de costumes, os homossexuais começam a fugir dessas regras, e como explicar essa grande expansão da amoralidade?

R — Os preceitos do direito natural são de três categorias: os de primeira categoria são aqueles mais evidentes, como, por exemplo, fazer o bem, evitar o mal; já os de segunda categoria são um pouco mais complexos. E os de terceira categoria são ainda mais complexos. É evidente que todo mundo tem os primeiros preceitos, os preceitos de primeira categoria. No caso dos outros, que são mais complexos, e que exigem um certo estudo, se não há esse estudo e além do mais há ainda um bombardeio contínuo por meio de publicidade, de meios de comunicação social, então cria-se uma mentalidade que está em contradição a esse direito natural. Por exemplo, as novelas. Uma criança que se educa, desde pequena, diante da televisão, diante de todas aquelas situações apresentadas nas novelas como situações normais, evidente que ela vai crescer achando que tudo aquilo é normal. Então, essa mentalidade que está se vendo é uma consequência, em grande parte, quase exclusivamente, desse bombardeio contínuo dos meios de comunicação social, sobretudo os meios de comunicação áudio-visuais.

P — Como o sr. explicaria que esses meios áudio-visuais divulguem determinados preceitos que vão contra o que o sr. chama de situações normais?

R — É que esses meios de comunicação social, de modo geral, estão nas mãos de pessoas que não se preocupam com o problema da moralidade nem com a educação da opinião pública, preocupam-se só com o dinheiro. Então, se isso dá dinheiro, eles o fazem. Se fosse o contrário, eles fariam o contrário.

P — Mas o sr. não acha que não deixa de ser representativo o fato de que isso dá dinheiro?

R — Se você considerar representativo do ponto de vista do número, de aceitação, sem nenhuma dúvida é. Mas, se você aceita o direito natural e determinados princípios, que são imutáveis, não faz diferença se uma pessoa aceita ou se um milhão aceita, ou se uma pessoa é contra ou se um milhão é contra. No caso de Hitler, por exemplo, ele reunia massas inteiras na praça, que aplaudiam os discursos que ele fazia, aplaudiam tudo o que ele fazia. Então, eu posso dizer, por isso, que o que ele fez é certo? Não, evidentemente. Há uma mentalidade muito difundida de que se todo mundo estiver a favor de uma determinada coisa a coisa está certa. Eu acho que não, porque há determinados princípios que são certos, quer sejam apoiados por todos ou negados por todos.

P — O exercício da sexualidade embasado no casamento monogâmico é uma coisa que não está presente em todas as sociedades humanas. Então, se a gente estabelece um padrão de sexualidade baseado numa pretensa lei natural, que deve ser estendida para todo o corpo social, no limite, a gente acaba chegando a uma coerção totalitária.

R — Não, não, na realidade é um aspecto curioso o fato de os países comunistas, apesar de professarem o materialismo, etc., serem muito mais rigorosos em questão de moral que os países cristãos. Nos países da Europa Oriental e na União Soviética, por exemplo, não se encontra uma revista pornográfica, ao passo que aqui... é só o que se encontra nas bancas de jornal, não é? E por que os comunistas agem dessa maneira? Certamente não por motivos religiosos, mas porque eles sabem, eles percebem a influência que tem o problema da moralidade na conservação da própria sociedade. Inclusive Tácito e Cícero, que eram escritores pagãos, pré-cristãos, dizem que uma das causas que provocaram a queda do

Império Romano foi a imoralidade dos teatros que depois se expandiu e chegou até as famílias e aí provocou o desmoronamento do Império. Quando as hordas bárbaras atacaram o Império Romano no século V, em 405, o Império não tinha mais resistência, não tinha mais capacidade de se defender. Essa é a razão porque, ainda hoje, os comunistas são tão rígidos em matéria de moral. Quer dizer, nos países ocidentais, eles favorecem a divulgação dessas revistas exatamente para minar a sociedade, ao passo que, ao chegarem ao poder, eles estabelecem critérios morais rigidíssimos. Quanto à outra questão, na realidade, (você citou o caso do matrimônio monogâmico) se a gente for julgar a questão do ponto de vista religioso, por exemplo, acho que encontraríamos outra incoerência na história eclesiástica. É o caso, por exemplo, do Antigo Testamento, onde os próprios patriarcas praticavam a poligamia. Então, acho que o matrimônio monogâmico corresponde, psicologicamente, mais à natureza do homem, ao passo que, historicamente, a gente encontra muitos exemplos do contrário. E não são exemplos de maioria. Então, poderiam ser explicados, talvez, como um condicionamento em matéria de educação. Mas, a meu ver, isso não colide, em relação a aqueles princípios de terceira categoria, que são os princípios mais complexos. Ao passo que se a gente colocar a questão em termos de lei natural, de um modo geral, se a gente negar a lei natural, aí não há mais motivos para condenar Hitler, Stálin, pra condenar ninguém. Porque se não houver lei natural, então não há motivo nenhum para que eu tenha que respeitar a vida do próximo, que eu tenha que respeitar os direitos dos outros. Quer dizer, ou lei natural ou simplesmente eu não posso falar de direitos humanos. Evidentemente não é por isso que a gente vai aceitar a lei natural. Acho que a lei natural deve ser aceita porque ela tem uma existência objetiva, que se pode comprovar historicamente, através da sociologia, da antropologia, da própria história. Resumindo, então, porque eu me perdi um pouco na exposição do problema, eu acho que essa questão do matrimônio monogâmico seria já uma questão mais complexa, que estaria enquadrada nesses princípios de terceira categoria, ao passo que essas outras questões, como por exemplo a do aborto, etc., essas já seriam princípios de primeira categoria, isto é, seriam princípios evidentes para todos e, se não forem respeitados, simplesmente destroem os direitos humanos.

P — Como o sr. vê a difusão do erotismo no rádio, na tevê, no cinema e na publicidade?

R — Acho que antigamente houve um exagero muito grande em matéria de sexo: tudo era tabu. Hoje tenho a impressão de que estamos caindo no tabu oposto. Quando se trata do cinema, por exemplo, eu acho que a coisa deveria ser considerada de duas maneiras diferentes. Se a gente vê, por exemplo, um filme europeu em que aparece uma jovem com os seios descobertos. Poderíamos classificar o filme como um filme erótico? A meu ver não. Eu vejo a coisa com muita naturalidade nesse ponto. Já o mesmo não diria dessas pornochanchadas nacionais, mais até que imorais, eu diria que são nojentas, são coisas de baixo nível. Então, ao invés do governo financiar e obrigar a exibição, seria obrigação dele suprimir esse tipo de coisa. Acho que esses dois exemplos citados, o filme europeu e a pornochanchada, mostra que o problema não é um problema tão simples. É um problema complexo, que tem determinada gradação e acho que é um problema que a gente não deve encarar com aquele fechamento, com aquele puritanismo que havia antes, mas com naturalidade e simplicidade. Para completar, acho que desde que seja estabelecida a distinção entre esses dois aspectos do problema, outra coisa que se poderia considerar é aquele que já falei. Do caso de Tácito e Cícero — a referência que eles fazem ao papel da difusão do erotismo na sociedade romana, para minar as suas bases. Acho que é um outro aspecto que as autoridades deveriam levar em consideração.

P — *Em outro momento aqui da entrevista, o sr. havia feito menção a uma prática dos comunistas de favorecer a difusão do erotismo enquanto eles não estão no poder e, posteriormente, após a subida ao poder, eles vedarem essa difusão. O sr. teria algum dado a esse respeito?*

R — Basta você pegar essas revistas eróticas nacionais e ver a posição política dos diretores das revistas, de um modo geral. Eles são acentuadamente de esquerda. É evidente que, em muitos casos, se trata de uma esquerda não por convicção ou por ideologia, mas por oportunismo. Há muita gente aí nas esquerdas porque a esquerda está com a cotação mais alta na bolsa. Então, tá todo mundo nas esquerdas. Amanhã, se as cotações da direita subirem, então toda essa gente passa para a direita. O Tristão de Athayde, por exemplo, na época da Guerra, ele dizia que a salvação do mundo só podia vir da Roma fascista e da Berlim nazista. Hoje ele não diria uma frase dessas, pelo contrário, hoje ele faz um jogo todo da esquerda. Evidentemente, não quero relacionar o Tristão de Athayde com o problema do erotismo. Ele é contra essa difusão do ero-

tismo. Mas os diretores dessas revistas eróticas brasileiras, basta ver as suas posições políticas: são acentuadamente de esquerda.

P — Mas o sr. vê algum plano elaborado...?

R — Não, em muitos casos eu acho que se trata de uma questão de bolsa de valores, mesmo. Agora, acho que por trás deles e dentro desses grupos que propagam isso também existem grupos que fazem com consciência ideológica, que agem dessa maneira exatamente porque é do interesse deles minar a sociedade ocidental para fazer a revolução que eles querem fazer. E depois que a revolução for feita, então, modificar a maneira de agir. E isso não acontece somente na questão da pornografia, mas em muitas outras, como, por exemplo, a arte moderna. Nos países comunistas, a arte moderna sofre as maiores restrições, ao passo que no ocidente os maiores difusores da arte moderna são pessoas que têm simpatias pela ideologia comunista, ou até na questão da língua. Hoje em dia, não constitui nenhuma novidade que a imprensa de modo geral está toda infiltrada pelas esquerdas — o próprio Cacá Diegues, que é de esquerda, inventou essa expressão que está muito em voga, que é “patrulhas ideológicas”. E se vocês observam bem os jornais, por exemplo, os jornais estão... infiltrados pela língua da esquerda. A língua, hoje, nos jornais, está inteiramente deturpada. E se a gente pegar a constituição da Coreia do Norte, que é um país comunista, diz lá que uma das funções do governo é defender a integridade da língua do país. Então, não é só pornografia nem arte, mas é tudo. É um conjunto em que determinadas forças tentam destruir tudo o que é padrão estabelecido. Então, é a subversão de todos os valores, a inversão de todos os valores, para, através disso, conseguir fazer a revolução. Vejam que todos os países comunistas, de qualquer orientação, se opõem a esse tipo de subversão dos valores artísticos dentro de seus países, enquanto a esquerda no Ocidente defende a subversão de valores por puro interesse.

P — Por que o sexo exerce um forte fascínio na opinião pública? Não seria uma demanda reprimida de alguma necessidade que talvez fosse justa?

R — Não, eu acho que em matéria de sexo, em qualquer sociedade, por mais liberal que ela seja, sempre tem que haver determinada restrição. Porque não se pode chegar a um ponto em que as pessoas sejam como cachorros, que têm a total liberdade sexual. Acho que uma determinada restrição, sempre há. E sempre que há uma restrição, há uma tendência para superar essa restrição e, tanto maior a

restrição, tanto maior a tendência a superá-la. Como se trata do instinto humano mais forte depois do instinto de conservação, então, é natural que haja esse fascínio. Então, o fascínio, em si, não é uma coisa artificial, é uma coisa que é da própria natureza, que precisa ser educada, controlada, dentro de determinados limites, que podem ser mais ou menos rígidos, mas que, de qualquer maneira, tem que ser posta dentro de determinados limites. E é na exploração dessa tendência do povo para superar esses limites aí que confluem, a meu ver, essas correntes.

P — O sr. então está dizendo que existem duas maneiras de controlar esses instintos: a educação e a repressão...?

R — Eu acho que as duas coisas não se excluem. Se combinam, porque, sem nenhuma dúvida, a proibição, pura e simples, não adianta nada. Tem que haver a educação, também. E uma educação que começa nos lares, é complementada na escola e tem que haver a ação repressiva, embora a palavra não seja muito simpática. Mas repressão no sentido de conservar dentro de certos limites, como há, por exemplo, no que diz respeito aos tóxicos, que é um caso muito parecido. Porque os tóxicos exercem um certo fascínio, em parte por serem proibidos, ou quando se trata do LSD, por exemplo, pelas reações que provocam. Então exercem um determinado fascínio. E o governo é obrigado, se ele quiser cumprir o seu dever de zelar pela sociedade, de manter a sociedade íntegra, de preservar os valores nacionais, etc. Ele é obrigado a agir com energia nesse campo dos tóxicos e também nesse campo do erotismo.

P — O sr. falou no puritanismo exagerado do passado; digamos que esse puritanismo tenha sido uma ênfase maior no lado proibitivo em vez do lado educativo, o que pode estar provocando essa onda de erotismo?

R — Não há dúvidas que isto de fato ocorreu. Hoje, se a gente pega determinado livro de moral do passado, encontra determinadas coisas que até fazem rir, né. Ainda há pouco tempo me mostraram um livro escrito por um frade que dizia que o noivo não deveria, de maneira nenhuma, tratar de assunto relacionado com sexo e jamais ir ao cinema sozinho com a noiva. Então se fechou a coisa de tal maneira, se criou uma mentalidade tão fechada nesse ponto, que não há nenhuma dúvida que provocou esse estouro da boiada. Essa visão exagerada que havia antes, que aliás é um aspecto curioso o porquê dessa mentalidade tão fechada, quando a Igreja sempre ensinou que o principal mandamento não é o mandamento relativo à

castidade, mas o relativo à caridade. Conseqüentemente, o maior pecado, do ponto de vista da Igreja, seria o pecado contra a caridade. Apesar disso, toda a moral católica sempre foi muito... fixada quase obsessivamente sobre a questão do sexo. Então, não há dúvida que isso preparou essa debandada geral que depois é explorada por essas correntes que têm interesse em explorar. Mas concordo inteiramente com a sua opinião de que essa repressão muito exagerada que havia antes preparou isso que existe hoje.

9. As minorias sexuais



A tentativa de organizar, em São Paulo, um Núcleo de Defesa dos Direitos dos Homossexuais recolocou em primeiro plano o tema dos movimentos sociais das chamadas "minorias". Já há vários grupos e associações feministas no Brasil; nas principais cidades brasileiras há grupos e jornais que debatem a situação do negro; no Rio surgiu e cresceu o chamado e discutido movimento "Black Rio"; também no Rio apareceu O Lampião, jornal voltado para a discussão dos problemas da homossexualidade. O que significam esses movimentos, qual sua relação com o conjunto da sociedade: este é o tema do debate que segue. Participam Jean Claude Bernardet, crítico de cinema; Inês Castilho, jornalista de Nós, Mulheres; Raquel Moreno, militante feminista; João Silvério Trevisan, escritor; Edélcio Mostaço, ator e diretor teatral e Cesar Augusto de Carvalho, professor de Teoria Política.

Cesar Augusto — A idéia deste debate é colocar em discussão o problema das "minorias". Para dar a saída, duas questões: o que significa movimento minoritário numa sociedade em crise; quais os limites da ação desses movimentos?

Jean Claude — Eu colocaria em questão o próprio uso da palavra "minoria". Atualmente, no Brasil, usa-se esta palavra a respeito de mulheres, de homossexuais e de negros. Em relação às mulheres a palavra é inteiramente descabida, do ponto de vista cultural e estratégico: não tem o que discutir. Em relação aos negros, tem o que discutir: é provável que esta sociedade, durante certo tempo, tenha sido majoritariamente negra. Com a miscigenação, passou a ser

majoritariamente branca. Em termos quantitativos, pode-se falar em minoria negra. Em relação aos homossexuais, se a gente considera um comportamento sexual exclusivamente homossexual, também pode-se falar quantitativamente em minoria. Embora o relatório Kinsey, que abrange desde o comportamento exclusivamente homossexual até o de pessoas que pelo menos uma vez na vida tiveram um relacionamento homossexual, chegue a mais de 50% da população americana. O caso é de se perguntar se o critério quantitativo é válido. Eu acho que, em termos dos negros, esse critério não tem o menor sentido. Se a gente considerar que esta sociedade foi majoritariamente negra e passou, devido a todo um trabalho da classe dominante, a ser majoritariamente branca, e que todo o processo cultural negro permeou o processo cultural da sociedade em geral, não se pode usar um critério quantitativo. Se é que se pode falar em “problema negro”, ele é extensivo ao conjunto da sociedade, mesmo que as pessoas de sangue exclusivamente negro sejam minoria. E me parece que sobre o homossexualismo a mesma coisa pode ser dita. Homossexualismo não diz respeito apenas a homossexuais, mas ao conjunto da sociedade. O próprio fato de se usar a palavra “minoria”, baseada num critério quantitativo e não num critério de processo social, já é uma maneira de isolar grupos estigmatizados da sociedade global. Existe a sociedade global, existem minorias, mas acontece que essas minorias dizem respeito à sociedade global.

Cesar Augusto — O movimento minoritário não se define em função da qualidade. O termo surge mais como uma comparação aos movimentos políticos de classe. Normalmente se considera esses movimentos, chamados minoritários, como movimentos sociais e não como políticos. Assim, exclui-se seu caráter combativo, negador do *status quo*. Mas acho que o conceito de minoria pode ser mantido porque nem os homossexuais, nem as mulheres, nem os negros apresentam uma perspectiva de mudança social em analogia à apresentada pela classe operária. O problema é saber em que medida esses movimentos minoritários não teriam que atuar numa perspectiva de transição tendo em vista que a classe operária no mundo ocidental e não só nos países desenvolvidos se vê constantemente integrada, alienada, cada vez mais inerte. O movimento minoritário poderia, através da sua ação política, também servir como uma força propulsora...

Mulher e sindicato

Raquel — Para ficar nos limites que você colocou: ultimamente tem havido uma série de congressos entre os operários, particularmente entre os metalúrgicos e químicos. Há outros pra estourar neste próximo ano. Nesses congressos os sindicatos ou oposições sindicais em alguns casos têm-se dado ao trabalho de tentar reunir as mulheres e levantar a situação que elas realmente vivem. Um pouco por curiosidade, um pouco talvez porque essas lideranças operárias compartilham dessa visão de um movimento que pode ser propulsor de qualquer *outra coisa*. Além disso, fazer um congresso sobre mulher não é tido como movimento “político”; assim, apresenta as vantagens da mobilização política e menos riscos do que algo diretamente classificado como “político”. Nesses congressos, as mulheres têm levantado problemas de superexploração, uma série de problemas que em geral não costumam constar ainda, infelizmente, do programa da “grande maioria” que nos interessa. Por exemplo: a dupla jornada de trabalho, a possibilidade e a necessidade da socialização dos trabalhos domésticos, sem o que o programa da classe operária — que pretende encaminhar a solução de todos os problemas da sociedade, estaria incompleto...

Inês — ... deixando uma minoria pra fora...

Raquel — ... uma minoria de 51% da humanidade! Minoria que permeia tanto a classe operária quanto o movimento negro e homossexual...

Inês — Diz-se que a classe trabalhadora constitui o único movimento político que realmente interessa...

Trevisan — ... “prioritário” é a palavra usada...

Inês — ... até muito recentemente e ainda por muita gente. Eu acho que se esquecem de que dentro de uma sociedade verdadeiramente democrática todo mundo realmente deveria ter o direito de viver sua própria sexualidade, sem estigmas. Somos empurrados culturalmente à heterossexualidade e reprimidos quando conseguimos escapar à determinação cultural — a mulher *tem que ser* passiva; o homem *tem que ser* agressivo, etc. São milhares de coisas que permeiam a vida social e não são tomadas como fatores pol-

ticos, apesar de o serem. Eu diria que aí está a essência de uma sociedade que busque ser democrática — deve incluir negros, homossexuais, mulheres.

Trevisan — Vou só complementar. Tenho a impressão de que está existindo um problema de definição do que é “política”, “ação política”. Dentro de uma velha definição de “política”, enquanto tomada do poder, por vias eleitorais ou não, existem realmente minorias. Acho que é dentro dessa conceituação de “ação política” que tem sido utilizado o termo minoria. Mas eu me pergunto se trepar também não é um ato político. Porque existem vários níveis de ação política. A mulher, o negro e o homossexual têm alguns problemas específicos, outros comuns. Mas somos todos igualmente definidos como minoria porque nossos problemas, de um ponto de vista dogmático, são, na verdade, considerados como politicamente irrelevantes.

Da porta para dentro

Raquel — É um pouco como se a revolução devesse se dar da porta pra fora. Dentro de casa não, a gente deve preservar as coisas como estão, para ter melhores condições de modificar o mundo lá fora. Pouco importa que essas “melhores condições” acabem na verdade sendo uma opressão maior das mulheres e de outros grupos. É que o caminho que pretendam levar a uma liberação da sociedade acabe na verdade palmilhado de tantos problemas quanto esses da sociedade que a gente pretende modificar.

Edélcio — Quanto ao conceito de minoria, ele em si já é um jogo que o sistema faz, tentando isolar todas as forças, os agentes possivelmente revolucionários que possam provocar alguma mudança social. Eu acho que a “minoria” não se configura mais quantitativamente, mas sim qualitativamente. Ou seja, é aquele grupo que consegue fazer certas especificações sobre sua participação, consegue criar determinadas metas e métodos de ação social. Nesse nível dá pra se falar em minoria. Do ponto de vista da quantidade, as mulheres não são minoria. Mas do ponto de vista da atuação, sim. No momento, existe uma minoria de mulheres que têm consciência dos seus problemas, da sua real situação...

Cesar Augusto — Quando coloquei que os movimentos minoritários são vistos apenas como movimentos sociais, não quis dizer que eu entenda assim esses movimentos. O movimento minoritário parece algo à margem de questões importantes, como, por exemplo, do problema da revolução política da classe operária — o que faz o movimento minoritário ficar relegado a um segundo plano. Essa perspectiva tem que ser combatida. Eu citaria por exemplo a União Soviética. Quando lá se subordinou a questão feminina às diretrizes de um partido político...

Trevisan — ... todos os partidos comunistas, em geral, fazem isso...

Cesar Augusto — Sim, e qual é o resultado? Caso a sociedade seja modificada, as minorias continuam sendo tanto ou mais reprimidas do que antes. A perspectiva de mudança social não pode apenas ser vista do enfoque da tomada do poder, mas sim no plano global. O problema do prazer não pode ser deixado pra sociedade futura. Temos que colocá-lo desde já. Colocá-lo hoje é uma perspectiva revolucionária, porque significa lutar contra o conceito do corpo como mero instrumento do trabalho... Lutar contra o próprio trabalho produtivo, ou seja, alterar a função do trabalho na sociedade. Nesse sentido, o que estamos chamando, provisoriamente, de “movimento minoritário” teria condições de colocar esse problema e de levá-lo à frente.

Edécio — A ideologia dominante cria a “minoría” a partir de determinados tabus. A mulher, por exemplo, é estigmatizada através de todo um esquema armado pra transformá-la num ser inferior, menos inteligente, passivo. A mesma coisa com os negros, os homossexuais, os esquizofrênicos, vários outros grupos. Quer dizer, a ideologia dominante cria uma série de artimanhas para manter a sociedade debaixo do tacão. Quando eu me referia a minorias que se manifestavam qualitativamente, eu me referia a componentes mais conscientes desses grupos que começavam a denunciar as fontes de opressão. Nesse nível, eu acho que política é um comportamento. Não é aquela coisa feita apenas pra fora do portão de casa. Existe uma modificação interior que deve corresponder a uma modificação exterior. Não se pode mais pensar numa reestruturação social que não leve em consideração esses aspectos. Já tivemos inúmeros exemplos de países que passaram de um modo de produção pra outro. E

no entanto, não ocorreu a mesma modificação no modo de estruturação social. Por exemplo, veja-se o problema do machismo...

Roque — Na verdade a gente não vive só numa sociedade de classes mas também numa sociedade patriarcal...

A questão do patriarcado

Trevisan — O problema todo está aí: ao se falar de minoria, me parece absolutamente necessário partir de um enfoque que ultrapasse o mero ponto de vista da luta de classes. Além disso, dentro da esquerda, em geral, a sexualidade é considerada coisa insignificante por ser vista como improdutiva economicamente. Entretanto, para uma análise das minorias, é preciso levantar o problema do patriarcado — mesmo que, em geral, não interesse às esquerdas. Acontece que o patriarcado não é apenas um privilégio da sociedade capitalista, nem de uma única classe. Acho realmente muito importante que a Raquel mencionasse isso. É verdade que o patriarcado se manifesta profundamente numa sociedade capitalista, na predominância e supermania do macho dentro da nossa sociedade. É através dele que se define a cultura, que se cria a riqueza e se perpetua a propriedade; é através dele que se definem todos os valores. Algumas análises marxistas têm que ser aproveitadas, mas acrescidas de outras que o marxismo não consegue abranger. O próprio marxismo resulta de um momento histórico determinado que foi um dos momentos culminantes do patriarcado: a revolução industrial. O capitalismo é um produto típico desse patriarcado — mas não é o único. A concorrência, um comportamento patriarcal tão importante na nossa sociedade capitalista, ainda existe no socialismo, através da luta pelo poder, também como produto cultural do patriarcado. A consagração da heterossexualidade é, sem dúvida, um outro produto típico do patriarcado. Nas análises sociais geralmente feitas por aí, as coordenadas giram em torno da luta de classes. Caiu fora disso, não se sabe mais o que dizer. Não se interpretam mais as sociedades senão até aí. Se eu for considerado pequeno-burguês e não classe operária, então não tenho nada mais a fazer senão curtir esse sentimento de culpa diante da revolução... ora, chega de sentimentos de culpa.

Edélcio — Conversei com vários homossexuais pra discutir esse tipo de problema e eles colocaram o seguinte: mas até que ponto a gente deve se unir com as mulheres? Até que ponto nós não somos competidores para as próprias mulheres? Uma colocação...

Trevisan — ... tipicamente patriarcalista...

Edélcio — ... sim, claro. Na realidade as próprias minorias que sofrem o problema acabam introjetando a sociedade de uma maneira muito mais estratificada. É muito comum a gente encontrar no meio homossexual um reacionarismo com relação a qualquer modificação social — na medida em que isto represente uma ameaça àquele pequeno *status* adquirido e àquela pequena vida agradável, a sombra que se consegue desfrutar. Isto é, da classe média pra cima.

O tema dos privilégios

Jean Claude — Pode-se tentar ampliar o que o Edélcio está colocando. É que os movimentos de emancipação das faixas estigmatizadas da sociedade não podem estar imunes aos problemas gerais da sociedade, em termos de comportamento global político, seja patriarcal, seja luta de classes, etc. Dentro desses movimentos reencontram-se, às vezes de modo até mais agudo, problemas e comportamentos da sociedade geral. Você cita que o machismo existe na faixa homossexual. O machismo existe não apenas em relação às mulheres, ele existe também nos homossexuais entre si. Ele existe entre mulheres, na faixa homossexual.

Inês — E até não homossexual.

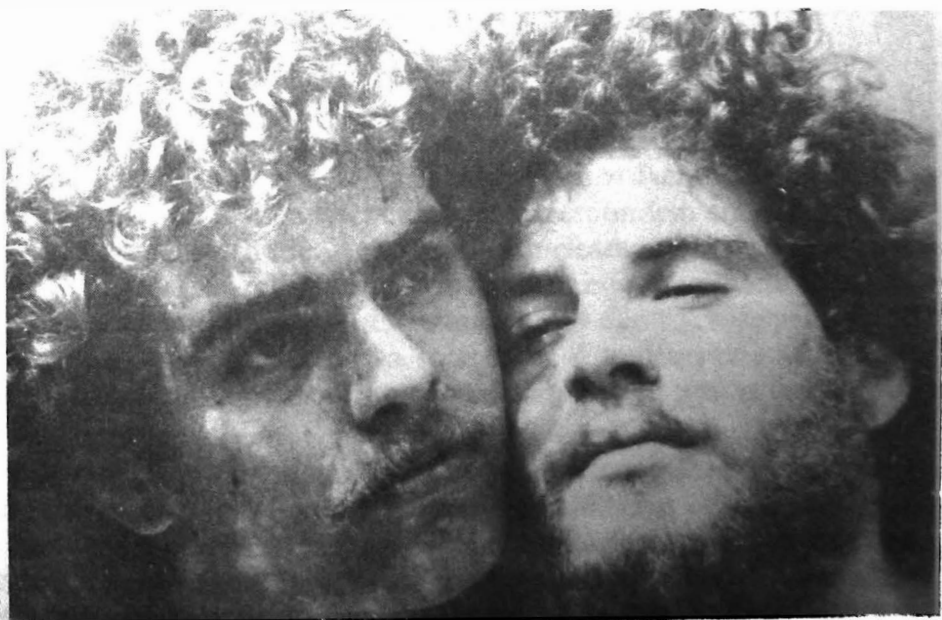
Jean Claude — Essas faixas estigmatizadas tendem a reproduzir certas características da sociedade global. Às vezes radicalizando e às vezes, como disse o Edélcio, como forma de preservação de um mínimo de conquista. Além disso, eu não acredito que haja atualmente no Brasil (em termos homossexuais eu tenho certeza, em termos de negros eu tenho dúvidas) realmente movimentos de emancipação. Tenho a impressão de que existem movimentos de emancipação da classe média...

Trevisan — Nem isso — apenas um movimento de auto-identificação: um movimento de tomada de consciência individual de um problema de grupo.

Jean Claude — Mas numa certa faixa das classes sociais. O que você pode verificar nos meios homossexuais é que é uma certa classe que começa a ter acesso a um certo tipo de consumo, um certo tipo de comportamento, até um certo tipo de liberalismo... mas que aquilo não diz respeito ao conjunto da sociedade. Um grupo desse tipo tem que defender, digamos, as suas prerrogativas, o seu lugar ao sol. Também defende os seus interesses de classe, em termos de *status*, de poder, de poder aquisitivo. Em relação aos negros me pergunto se a mesma coisa também não estaria acontecendo, através da formação de uma classe média intelectualizada negra. Hoje, eles dizem, estamos ligados aos negros da família, aos negros da favela. Inclusive porque eles têm ainda membros da família, muitas vezes os pais, que estiveram na favela, ou próximo a isso. Mas eles estão caminhando para as universidades, se encaminhando enfim para novas áreas da sociedade capitalista. Daqui a pouco é bem possível que eles esqueçam o que estão dizendo hoje e simplesmente constituam um novo segmento da classe média. As “minorias”, para realmente exercerem uma atuação política, tanto em termos de luta de classes quanto de patriarcalismo, etc., devem perceber que elementos essenciais da sociedade podem ser postos em xeque a partir da sua situação. Não se trata apenas de um lugar ao sol e da tolerância que se pode dar ao negro, à mulher, etc. Trata-se de colocar em xeque elementos básicos da sociedade.

Trevisan — Não sei em que momento a tua análise cai no lugar comum das esquerdas. Não consegui detectar onde. Você está colocando o problema de que é apenas uma classe média que está levantando essas bandeiras. Mas que alternativa temos? Fundar um departamento feminino, negro ou homossexual dentro de um partido socialista? Eu acho triste isso. Eu acho legítima a atuação de intelectuais de esquerda, de classe média. A esquerda está cheia de heterossexuais que são da classe média. Quero dar vez aos homossexuais da classe média também. Mais: também a homossexualidade na classe operária deve ser debatida. Os operários também são machistas, por que não? E isso tem que ser dito...

10. Homossexualidade e repressão



Apresentamos, a seguir, uma mesa-redonda coordenada por Flávio Aguiar, com membros do grupo Somos de São Paulo. São pessoas que se declaram homossexuais e que vêm debatendo há tempos essa condição. Não se apresentam aqui como porta-vozes do grupo, nem de qualquer outra coisa que não seja a sua experiência pessoal enquanto homossexuais. A mesa-redonda realizou-se em março de 1979. Os participantes, excetuando-se o coordenador presente, identificaram-se apenas pelo primeiro nome para evitarem possíveis represálias nos seus empregos ou contra seus direitos de cidadãos.

Flávio — Colocando em questão: primeiro a identidade e a conceitualização de homossexual.

Emanuel — Acho que não podemos falar em homossexual como um ser identificável, e que possa ser reconhecido através de um estereótipo; nós diríamos que socialmente ele é invisível, ou seja, em sua grande maioria, os homossexuais não correspondem aos estereótipos impostos pela sociedade. Acho que, historicamente, por algum processo, a heterossexualidade acabou se tornando uma instituição e os homossexuais acabaram sendo enquadrados dentro de determinados estereótipos. Dentro da nossa sociedade, é muito perigoso que as pessoas sejam homossexuais e não se enquadrem nestas categorias.

Glauco — É um tema muito delicado. Existem pilhas de tratados a respeito disso e não é agora que vamos resolver o problema. Como Emanuel disse, o homossexual não é reconhecível por um estereótipo físico exterior. Um negro é reconhecível pela cor da pele; a mulher pela sua condição biológica. No caso do homossexual não haveria

uma condição anatômica peculiar que o definisse. Por outro lado, depois do relatório Kinsey, ficou realmente difícil dizer quem é homossexual e quem não é. É um relatório que até agora não foi contestado. O estereótipo, como foi dito, é uma coisa imposta pela sociedade, criado a partir de padrões forjados como "normais". Tudo que se afasta desse padrão normal tende a ser considerado como desvio, perversão e, conseqüentemente, uma anormalidade em função de uma norma social.

Alfredo — Não sei até que ponto tua pergunta é válida; não sei até que ponto me importa saber o que é a homossexualidade, porque poderia perguntar o que é a heterossexualidade. Quanto aos estereótipos, acho que, inevitavelmente, qualquer atitude social comporta sempre uma codificação que, no caso dos homossexuais, sofreu transformações históricas. É quase inevitável que todo grupo social tenha esses códigos. Trata-se de revisar os valores que sobre eles se têm depositado e os valores que, neste momento, aqui e agora, estão depositados sobre a homossexualidade, aqui no Brasil, neste momento, em 1979.

Jorge — A definição do que é a homossexualidade tem sido um grande desafio para a ciência, que está se esforçando em demonstrar a origem química do fenômeno. Isto é perigoso na medida em que manifesta a ideologia repressiva da ciência. Tratar farmacologicamente o homossexual equivale a dar remédio para o negro virar branco.

Flávio — Mas é fato que a homossexualidade é um patrimônio comum à formação de todas as pessoas; e elas se acostumam, depois de um certo tempo, a admitir este lado da formação como "invisível", como algo que não deixou traços na sua personalidade.

Emanoel — Você levantou um outro aspecto da invisibilidade. Nós falamos da invisibilidade enquanto grupo social, ou seja, não é possível determinar quem constitui esse grupo ou não, já que as pessoas não têm um rótulo na testa escrito homossexual. O outro aspecto é que a homossexualidade está presente em qualquer indivíduo, como uma parte da própria sexualidade dele. A nossa questão é como um indivíduo chega a se descobrir como homossexual e é pressionado para assumir um estereótipo.

Glauco — Eu diria que ele se torna sempre invisível no momento em que ele não se enquadra nos estereótipos: isso, geralmente, não

acontece com a maioria dos homossexuais, principalmente se ele tem uma posição social que o obrigue a se enrustir.

Flávio — Eu vejo uma ligação entre os dois lados da questão; esse lado da invisibilidade enquanto grupo e o aspecto da formação pessoal. As pessoas reprimem um lado homossexual de sua sexualidade; parece que até agora temos um grande número que tem necessidade de reprimir esse lado da sua formação. Agora, para mim, a questão é que isto é acompanhado do fato de que esse movimento de auto-repressão, que parece necessário para a economia interna das pessoas, tenha sua eficácia numa repressão real sobre determinadas pessoas eleitas “bodes expiatórios” da homossexualidade: aqueles que se declaram como tais.

Jorge — Só o fato de todo homossexual ser fruto da relação heterossexual já condiciona muito da sua auto-repressão, pela imagem que ele tem da infância. Essa invisibilidade não vem apenas por um fator externo, mas também por um fator interno, pelo questionamento a partir da consciência da diferença entre ele e o resto do meio de onde ele provém.

Glauco — É bom acrescentar que, durante muito tempo, o indivíduo pode se considerar único na face da Terra; este é um aspecto muito importante, porque a consciência da diferença pode fazer com que o indivíduo se julgue realmente um anormal, e não apenas diferente.

Emanuel — Um homossexual é fruto de uma relação heterossexual; então, o único padrão de sexualidade a que ele vai ter acesso é o padrão heterossexual. Ele, se descobrindo homossexual, vai ter primeiro o impulso de reprimir isso, por não fazer parte do universo de valores que é transmitido a ele. Porém, talvez seja impossível reprimir essa tendência. Porém, a única imagem de homossexual que a sociedade transmite, no caso do homem, é a imagem da “bicha”. E no caso de ele não se enquadrar naquele estereótipo, vai optar, não sei, por “assumir” a homossexualidade, quer dizer, ter uma prática homossexual, mas não ter uma postura que corresponda ao estereótipo e, a partir daí, se tornar um indivíduo invisível como homossexual dentro da sociedade.

Glauco — É o que chamamos de enrustido. Ele fica hesitando entre o estereótipo da bicha pintada ou desmunhecada como chamam, e o fato de assumir a heterossexualidade que ele não tem. Se

ele não for heterossexual, não se apresentar como heterossexual e não assumir o estereótipo da bicha pintosa, ele vai ter que se enrustir, vai-se tornar invisível, é o que acontece com a grande maioria das pessoas.

Jorge — Acho que a única coisa que poderia evitar o trauma de identidade inicial e que leva a pessoa a ficar “enrustida”, seria a institucionalização da homossexualidade; que levasse o indivíduo a se identificar, sentir um reforço e não se sentir como anormal, como desvio, enfim, como ser único dentro do contexto. Só que, institucionalizar a condição homossexual dentro do sistema implica em ir contra todos os valores da sociedade capitalista burguesa que é a constituição da família, o consumo, filhos, herança...

Flávio — E em relação à bissexualidade?

Jorge — Os bissexuais são aqueles que vivem num esquema mais ou menos esquizofrênico: por um lado tratam de preservar a imagem da família bem estabelecida. Por outro, têm lateralmente as suas atividades homossexuais. Há também aqueles homossexuais com mentalidade machista; ao desempenhar um papel “ativo”, acreditam não ser contaminados pela homossexualidade. Para eles, os homossexuais são *os outros*. São preconceitos machistas dentro de uma sociedade que forjou esses mitos dentro do próprio pensamento homossexual.

Emanoel — Em relação ao problema da heterossexualidade como instituição, e da bissexualidade, vemos o seguinte: a heterossexualidade é uma instituição tão violenta que consegue através de todos os mecanismos sociais, camuflar, esconder, escamotear toda uma realidade homossexual. E para quem está por fora, é quase impossível ter uma dimensão pelo menos aproximada desse universo: a quantidade de homossexuais casados é imensa, e isso é muito significativo: o fato de ser homossexual e casado. Eu queria voltar ao tema do adultério e tentar analisar o problema da bissexualidade e do homossexual casado. Provavelmente, a atividade sexual dele com outros homens é considerada sacanagem. Por sua vez, a relação afetiva só é possível de se realizar com uma mulher; ele jamais imagina que é possível ter uma relação sexual e afetiva com outro homem, apesar de ser tão legítima quanto a relação que ele tem com uma mulher. Isto é fundamental; a gente não pode absolutamente colocar como adultério ou tentar colocar ao

mesmo nível atividades que ele teria com homens e a atividade que ele tem com a mulher, porque absolutamente não é assim.

Flávio — Vocês acham que a homossexualidade é uma conquista em relação à heterossexualidade?

Jorge — Eu acho que não se pode colocar a sexualidade em termos competitivos. Não é o problema de quem é melhor ou quem é pior.

Flávio — ... ou se é um estágio de desenvolvimento?

Emanoel — Pelo menos no meu caso específico, a homossexualidade é algo que existe dentro de mim e que de algum modo tem que aflorar e entrar em atividade. Claro, na medida em que sou reprimido e não posso me expor, no momento em que há condições sociais para eu me manifestar publicamente, evidentemente vou considerar isso uma conquista...

Glauco — É o mesmo que os operários estarem proibidos de fazer greve e de repente conseguirem fazer uma greve na prática: isso é uma conquista, independentemente de existir sempre um teórico direito de greve.

Marisa — Se os homossexuais tivessem os mesmos direitos que os heterossexuais, acredito que acabaria o homossexual “folclórico”, quero dizer, “a bicha louca”. Para mim, o comportamento da “bicha louca” não é de deboche, é muito mais uma agressão à sociedade que o reprime, por isso essa sociedade lhe impõe um papel “folclórico” (aliás muito bem explorado em peças teatrais e agora em novelas de Janete Clair, na Globo). Agora, para o caso das mulheres homossexuais, a relação é diferente. O “folclore” também existe no sentido de resposta agressiva à repressão social, pelo fato dela ser homossexual, mas o que existe é muito mais uma necessidade de, em sua maneira de vestir-se, em seus gestos, etc., se parecer com o homem, pois só ele tem e ocupa um lugar na sociedade patriarcal e machista. Pelo fato dela ser mulher e por isso discriminada e oprimida, quando ela é homossexual a sua opressão é dupla. Logo, ela assumindo um estereótipo masculino, se aproximando da imagem do homem, acredita que isso lhe dará maior identidade, mais ou maior possibilidade de existir, pois como mulher não vem sendo possível, e quando ela é homossexual, torna-se

realmente invisível; ela opta pelo gueto ou pela clandestinidade. A mulher homossexual tem duas lutas, uma para existir como mulher e ganhar seu espaço, outra por ser homossexual e conquistar o direito à sua sexualidade.

Emanuel — Em relação à questão do futuro da homossexualidade, não temos elementos para afirmar como é que vai ser, se vai existir o homossexual, se vai existir o heterossexual ou se vai existir uma bissexualidade ampla; o que reivindicamos não é uma competição para saber quem sairá vencedor; trata-se de uma questão de direitos, ou seja, cada um tem direito ao seu prazer desde que isso não vá de encontro aos direitos das outras pessoas.

Glauco — Eu só vou acrescentar uma coisa com relação a estereótipos e ao fato de a homossexualidade estar vinculada ao consumo e à estrutura familiar capitalista: é que o próprio homossexual está muito pouco esclarecido a respeito da sua homossexualidade, tanto assim que reproduz, na prática, os padrões heterossexuais, caricaturando as funções de atividade e passividade, por exemplo. Existe sempre aquela bicha “pintosa”, “desmunhecada”, à procura do seu “bofe”, isto é, aquele que vai exercer o papel masculino na relação. Isso é muito falso, pois não tem nada a ver com a homossexualidade em si.

Jorge — Acho que o problema se amplia. As minorias discriminadas podem reivindicar de duas maneiras: ou tentam uma transformação social mais profunda, ou simplesmente igualam-se àqueles que os reprimem e dominam. É o caso dos negros americanos, que conseguiram direitos iguais aos brancos, ou as feministas, tentando ocupar o lugar dominado por homens, sem modificar essencialmente o sistema.

Emanuel — Acho que agora estamos tentando estabelecer a diferença entre o que seria revolucionário e o que seria reformista, enfim, o que se pretenderia com a homossexualidade enquanto movimento. Eu acho que o homossexual, evidentemente, por ser condicionado em direção à heterossexualidade, acaba reproduzindo na sua prática sexual e afetiva padrões que nós poderíamos considerar heterossexuais, como no esquema homem-mulher; então, provavelmente alguém fará o papel do homem (macho) e o outro fará o papel da fêmea. Idem para o relacionamento de duas mulheres. Agora, o que se pretende não é que essa caricatura heterosse-

xual possa ser mostrada livremente dentro da sociedade, mas sim acabar com essa reprodução heterossexual e colocar um modelo de relação onde não exista a divisão de papéis, um dominador e um dominado; acho que os homossexuais mais conscientes pretendem que se estabeleça uma revolução dentro dos padrões sexuais, tanto do lado heterossexual, quanto do lado homossexual, que não exista um dominador e um dominado na relação heterossexual e que não exista caricatura disto na relação homossexual; uma mudança radical no plano do prazer.

Glauco — Seria realmente dupla a luta de um homossexual consciente: trata-se de mudar a mentalidade heterossexual do heterossexual com relação ao homossexual, e mudar a mentalidade heterossexual do próprio homossexual.

Emanoel — Nesse aspecto, não quero afirmar, mas talvez os homens tendam menos a reproduzir a relação heterossexual na sua prática sexual-afetiva; eu não sei, eu não quero afirmar isso, mas quero colocar em questão, talvez porque entre dois machos, um deles tenda a ceder menos no papel do dominador.

Flávio — Um acordo de conveniências?

Emanoel — Acho que não; creio que existe realmente um avanço; uma não-aceitação do padrão heterossexual de dominador/dominado.

Flávio — O que você acha disso?

Marisa — Eu não afirmaria que os homens homossexuais estão mais avançados do que as lésbicas, na não-reprodução dos papéis. Nos dois casos acho que a proporção é igual. A frequência dos papéis de dominador e dominado deveria ser maior entre os homens, pois eles são formados para serem dominadores e porque muitos acreditam que sendo sexualmente “ativos” e tendo um companheiro “passivo”, o “ativo” é menos bicha, ou melhor, ele não é bicha. Porém, no caso das mulheres isso não acontece. Uma não é menos lésbica que a outra. Quando reproduzem os papéis, uma é o “macho” e a outra, a “lady”. Parece-me tão ilógico. No entanto, é compreensível. É ilógico porque, como se já não bastasse as duas serem mulheres homossexuais e por isso duplamente oprimidas por todos, ainda uma mulher vai dominar a outra, oprimindo-a tam-

bém? Não tem sentido, não deveria nunca ser assim. Agora, digo que é compreensível pois, quando uma lésbica assume o estereótipo do homem, ela passa a ter um comportamento machista no relacionamento com outras mulheres. Nos casais lésbicos que mantêm o padrão “papai-mamãe”, “fanchona-lady”, elas acabam não se identificando como mulheres, pois uma é sempre o macho, o boy e a outra sempre é mulher, a “passiva” do “caso”.

Emanuel — Eu levantei isso porque acho que a mulher homossexual é muito mais marginalizada do que o homem. Então, se existe um processo de conscientização das “massas homossexuais”, talvez esse processo esteja um pouco mais à frente em relação aos homens; ou talvez eu esteja colocando uma coisa inteiramente absurda.

Flávio — Eu tenho uma opinião um pouco parecida com a sua; do que eu já vi, me parece um dado geral da nossa sociedade de que mesmo homossexual, ser homem é mais fácil do que ser mulher, de um modo geral.

Marisa — A mulher homossexual é muito mais oprimida que o bicha. Como já disse, por ser mulher e por ser lésbica. O machismo é constante em sua vida, não só pelo fato de ser lésbica, mas por ser mulher. Desde que nasce, a mulher sofre um processo de bloqueamento, de tolhimento de sua vida, principalmente da sua sexualidade. Sua moral começa a ser trabalhada sexualmente, começa por surgir o mito da virgindade, que ela deve preservar até o casamento; a maternidade, que é a única função que lhe atribuem, a da reprodução da espécie. Quando ela é homossexual, e por sua própria condição sexual nega tudo que lhe foi imposto, aí a coisa piora muito. Ela será encarada como o pior dos seres. Um bicha pode não ser considerado doente e sim sem-vergonha, agora uma lésbica, nunca. Ela não é acusada de ser sem-vergonha por transar com outra mulher, ela é sempre “doente”.

Flávio — Estou observando que muitas das dificuldades que vocês estão lançando como pertinentes ao homossexual na verdade são dificuldades de qualquer pessoa que queira passar por cima dos estereótipos de repressão socialmente aceitos hoje; então, uma relação afetiva com outra pessoa é chamada de relação heterossexual ou até de amizade. Acho que um homem que queira ter relação realmente satisfatória do ponto de vista afetivo com uma mulher,

tem que vencer uma repressão brutal, que vai desde o problema do sabonete, passando pelo problema do cheiro do corpo. Somos acostumados à idéia de que o corpo deve cheirar desodorante, e não o cheiro natural; em suma, me parece que existe uma briga muito grande entre as pessoas e as coisas, e o problema maior é o das pessoas não se transformarem em coisas. Sinto que a nossa conversa está caminhando um pouco nessa direção, não sei como é que vocês vêm isso.

Emanoel — Acho que voltaria no que já foi falado; o que é que os homossexuais querem enquanto movimento? Que cada um tivesse direito ao prazer do modo como sente, e isso acho que extrapola a questão do homossexual. O homossexual chama a atenção social para a questão do prazer, e esse prazer é o prazer de qualquer pessoa. Se o homem quer ter direito ao seu prazer com uma mulher, ele tem que se livrar de muitas coisas, da forma de ser machista dele, até ter condições de realmente estabelecer uma relação afetiva com essa mulher. E pra mulher que queira se satisfazer afetivamente com um homem, também; ela foi formada exatamente para corresponder a um estereótipo onde não está incluído o prazer.

Flávio — O prazer é associado sempre a uma idéia de dominação, ao mesmo tempo em que a idéia de educação, de formação social, é associada à idéia de privação.

Emanoel — A sexualidade só é permitida enquanto ela tem uma função reprodutiva; reproduzir a espécie, a família, e uma série de valores. Na medida que essa sexualidade busca o prazer, ela vai ser reprimida, tanto hétero como homossexualmente. A sociedade não vai fazer distinções, como realmente não faz, se bem que, no caso do homossexual, a questão é um pouco mais séria, quer dizer, as questões não estão no mesmo nível. São duas questões importantes, mas acho que a repressão sobre o homossexual é muito mais forte.

Glauco — O problema de atividade e passividade está diretamente ligado ao que foi dito sobre prazer e dominação. É evidente que se não houver dominação na relação sexual, desaparecem os papéis “ativo” e “passivo”.

Flávio — Na Idade Média, a posição mais comum de trepar era a da mulher por cima do homem. Isso tem uma razão óbvia: **nessa**

posição da mulher por cima do homem é mais difícil de ocorrer a fecundação.

Marisa — Eu acho que a repressão é a própria sexualidade, seja ela hétero ou homossexual. Nossa formação judaico-cristã cuida bem de nos reprimir sexualmente. Para a mulher, por exemplo, sua sexualidade só é aceita se for para a reprodução. E tem mais na proibição, a negação de que ela tenha orgasmo. Prazer sexual para a mulher? Não, ela não pode. Não é isso?

Flávio — Você levantou um aspecto fundamental, que não diz respeito só à homossexualidade; mas é um componente muito forte na vida das pessoas em todas as suas atividades e formas de prazer, que é a autopunição. Eu queria perguntar pra vocês como é que isso se coloca no caso da homossexualidade, a relação do prazer com a autopunição ou qualquer outra forma de negação da possibilidade de prazer.

Jorge — Acho que o homossexual só vai atingir uma forma total de prazer na medida em que ele eliminar seu sentimento de culpa pelo fato de ser homossexual. Uma das primeiras coisas que acontece na formação da criança, é que se ela descobrir muito cedo sua homossexualidade, pode sentir-se culpada por isso, e isto pode ser um impedimento direto para o posterior exercício do prazer. Mas pode acontecer totalmente ao contrário, e fazer do sentimento de culpa uma verdadeira fonte de prazer. Isto foi mais ou menos afirmado por Manuel Puig, numa entrevista recente à revista *Christopher Street*. Ele interpreta a indústria e proliferação sadomasoquista entre os *gays* americanos como uma resultante direta da ausência de repressão social e da necessidade de autopunição — evidentemente vinculada ao sentimento de culpa, bastante arraigado na cultura puritana americana.

Jorge — Nós vivemos numa sociedade de base cristã, que faz você se sentir culpado pelo fato de você ter prazer.

Emanuel — A gente está confundindo um pouco as coisas: não sei até que ponto o orgasmo, enquanto gozo imediato, está associado com a culpa. Acho que a culpa está mais associada ao plano afetivo. A maior parte dos homens se sentem culpados por terem relação com outros homens, e se fosse dado a eles a possibilidade de se tornarem héteros, eles imediatamente passariam para o outro lado. Não tenho a menor dúvida quanto a isso, porque se sentem profun-

damente culpados a ponto de se considerarem realmente como anormais. A pequena minoria de homossexuais que já resolveu este problema, têm uma preocupação maior com o ato sexual em si e com a relação afetiva. Isso eu considero um avanço e uma contribuição que a homossexualidade pode dar inclusive à heterossexualidade. Acho que é fato mais ou menos inquestionável que os heterossexuais em geral trepam muito mal, não por serem heterossexuais, mas por uma série de condições. Também os homossexuais, só que eles têm que reconstruir a sua sexualidade, e nesse processo de reconstrução existe uma preocupação muito grande com o prazer.

Marisa — Numa relação heterossexual, o homem não se preocupa com o prazer da mulher, se ela goza ou não, ele não se importa. O homem desconhece a sexualidade feminina e já há alguns que andam dizendo que eles têm muito o que aprender sobre sexo com as lésbicas, e acho que têm mesmo.

Emanoel — Dentro da relação sexual padronizada e alienada, o que acontece é que a sexualidade da mulher é colocada como função da sexualidade do homem, e cabe a ela satisfazer o macho que determina o término da relação, ou seja, o homem gozou, acabou a relação. Se a mulher não gozou é porque existe algum problema com ela, e não com o macho. É claro que isto é uma coisa institucionalizada e esquizofrênica; a gente não está tratando de pessoas que estão se questionando a nível sexual, heterossexuais ou não. Tem outro aspecto que eu não sei se seria o caso de levantar, que é o aspecto de serem dois corpos diferentes na cama, e talvez por isso ser mais difícil de conquistar o prazer. Não sei, me parece que sendo dois corpos iguais, tendo uma maneira de prazer talvez mais próxima por isso, as coisas sejam mais fáceis de serem resolvidas.

Alfredo — Eu acho que o assunto é interessante porque toca uma enorme quantidade de homossexuais. Certos tipos de relação boneca/bofe evidenciou um desprezo de um indivíduo pelo outro, e um forte componente de culpa.

Glauco — Eu acho que a gente deveria se centrar mais no problema da repressão e de como ela se manifesta socialmente.

Emanoel — Talvez não seja o caso de descobrir quem trepa pior. Acho que o problema é descobrir realmente o que é consequência da repressão e a gente partir para questionar a repressão.

Flávio — Esta problemática é interessante, no momento em que ela abre perspectivas pra frente. Quer dizer, vocês falaram que enquanto o heterossexual sempre esteve preocupado com a reprodução, ou então, enquanto o macho sempre está preocupado com o seu prazer, ou talvez mais do que isso, preocupado em exibir a sua potência, isso diminuía a capacidade orgástica. O homossexual tem a possibilidade de se desvincular dessa problemática, e, ao mesmo tempo, tem que se aprofundar na sua problemática. Então, isto possibilitou talvez avanços no nível do prazer. Então, isto sugere algum avanço tanto ao nível da heterossexualidade, quanto da homossexualidade, algum caminho pra que você consiga avançar no nível do prazer.

Glauco — Eu diria não só quanto ao prazer, mas quanto à relação afetiva em si mesma. O fato de o homossexual não estar ligado a um vínculo de família, e mesmo a um vínculo contratual de casamento que vai manter duas pessoas juntas compulsoriamente, isso também força a que ele investigue a própria afetividade, ou seja, o que o mantém ligado ao companheiro, não só na hora da cama. Isto é, realmente trata-se de uma questão de amor.

Flávio — O que eu queria perguntar e iniciar nesse tema, era uma discussão no sentido de pessoalizar a questão. Acho que a repressão social adquire verdadeiro significado quando a gente imagina que no fundo ela atinge a vida pessoal das pessoas, ela invade a privacidade, a intimidade das pessoas, em todos os sentidos e a todas as pessoas. Eu queria perguntar o seguinte: na medida em que nós estamos numa discussão entre pessoas que se caracterizaram como homossexuais, como a repressão social entrou nessa caracterização, como é que vocês enfrentaram essa repressão? Enfrentaram, não enfrentaram, como é que isso se colocou?

Jorge — Enquanto o homossexual não aparece na oficialidade, ele é tolerado, e acho que o Brasil se caracteriza por essa grande tolerância no nível da militância homossexual encoberta. Tanto assim que existem boates em vários estados, uma série de atividades, uma literatura homossexual, um jornal como *Lampião*, que no resto da América Latina é absolutamente inconcebível. Agora, é importante que tudo isso exista, mas é muito mais importante sua institucionalização; e aí a coisa não passa pela peneira, não passa mesmo. A gente sabe que o nosso governo está cheio de homossexuais numa série de funções de cúpula. Mas nenhum deles se assume como tal,

pelo contrário, talvez eles serão os mais repressivos, para tentar encobrir essa imagem.

Glauco — É importante lembrar que no Brasil não existe nenhuma legislação específica com relação à homossexualidade, ao contrário de muitos países (por exemplo, a Argentina), onde a repressão institucional é mais direta. No Brasil, o pretexto é enquadrar como atentado à moral, ao pudor, etc., e, conforme o caso, no art. 17 da Lei de Imprensa, como aconteceu com Celso Curi.

Marisa — Não reprime porque usa, né? Acho que não é conveniente pro atual governo reprimir a homossexualidade. Em geral, há uma grande manipulação da questão homossexual, seja dos governos capitalistas quanto dos comunistas. Para os primeiros, somos comunistas, agentes, etc. Para os outros, somos resquícios do capitalismo, representantes da decadência burguesa. Não precisamos repetir os casos dos “campos de reeducação” na Rússia e Cuba. Na França isso deu uma grande confusão. O presidente do PC é homossexual, e enquanto ele levantou o partido, ótimo, mas quando ele se assumiu como homossexual, e vai pras reuniões de calça cor-de-rosa, e camisa florida, é uma confusão enorme, porque eles não sabem o que fazer com o cara. Se mantêm na presidência, ou se depõem.

Flávio — Acho que não era bem o presidente, mas o caso do Louis Aragon.

Emanoel — A essas alturas, parece claro pra gente que o problema da repressão sobre o homossexual não é criado dentro da sociedade capitalista, e nem vai ser solucionado dentro da sociedade capitalista. Vai-se exigir uma mudança radical de estrutura social, o que não quer dizer que esse problema vá ser resolvido dentro de uma sociedade socialista. Tem também o problema das minorias em geral. É fato que não existe, de modo geral, nos países capitalistas, mulheres que comandem o poder, como tampouco nos países socialistas, o que acho bastante significativo também em relação à situação da mulher.

Glauco — É bom lembrar que essa conclusão foi o que se tirou dos debates da USP, e não só com relação à homossexualidade: o problema das minorias de maneira geral não foi resolvido, nem nas sociedades capitalistas e nem pelas esquerdas, pelo menos no que estas têm proposto até agora.

Emanuel — E uma outra coisa fundamental é que os movimentos de minoria, de modo geral, têm trazido e vão trazer durante muito tempo, uma contribuição muito importante à análise de uma mudança social, na medida em que a gente reivindica uma mudança em outro nível que não o econômico. Uma mudança muito mais geral, muito mais ampla.

Alfredo — Acho que o problema é de autoritarismo, de exercício patriarcal da autoridade, que tem acontecido nos regimes fascistas e, lamentavelmente, também nos regimes socialistas. Nesse sentido, há partidos socialistas que executavam e continuam executando “a caça às bichas”, ironicamente como em certas situações do período fascista.

Flávio — Queria explorar uma idéia que foi levantada aí pelo Jorge, de que no Brasil haveria uma tolerância com respeito ao problema, assim como haveria uma tolerância com respeito a várias outras coisas, inclusive a nível institucional. Eu me pergunto se essa chamada tolerância não seria uma forma de violência mais penetrante ainda, mais violenta, na medida em que se ela tolera a existência, no caso da homossexualidade, ela termina disfarçando a condição de violência que cerca o caso.

Glauco — Eu diria que, atualmente, o Brasil é talvez o exemplo mais perfeito de uma sociedade permissiva, com todas as consequências da permissividade, quer dizer, é uma faca de dois gumes, porque o fato de não haver uma legislação ocasiona ao mesmo tempo a permissividade e toda a arbitrariedade na repressão.

Jorge — Acho que a tolerância de que falei é mais violenta, como você disse, Flávio, na medida em que se tolera a forma alienada da existência do homossexual. Então, sabe-se, por exemplo, que o ex-secretário da Segurança estava muito consciente de todos os lugares de concentração homossexual em São Paulo, e eles estão proliferando como nunca. Como é possível que eles existam? Existem porque é preferível ter 500 pessoas dentro de um recinto, anestesiadas pela música, dançando e trepando, do que ter 500 pessoas num movimento reivindicatório. Então, evidentemente que a tolerância tem os limites. Acho que é uma tolerância seletiva e muito sofisticada, tanto assim que, quando a revista *IstoÉ* faz uma descrição do fato, e aquilo cai nas mãos do grande público, a repressão cai em cima deles; tanto é assim, que os jornalistas foram intimados

a depor; a mesma coisa com *Lampião*, com Celso Curi, com o caso do Dr. Roberto Farina (que fez a operação de um transexual). Então, eu concordo com você que pode ser uma forma maior de violência no sentido de que uma certa camada da população homossexual não vai se revoltar. Por exemplo, na Argentina, *toda* forma de homossexualidade é reprimida. Você pode ser pego na rua andando com um colega só para a polícia confirmar se você tem relação ou não com o outro. Claro que este tipo de repressão cria uma revolta maior, enquanto que a nossa tolerância cria uma espécie de anestesia coletiva. Por isso, muitas pessoas se perguntam: bom, mas eu vou fazer parte de um movimento homossexual? Pra lutar contra o que, especificamente? Porque a repressão é fantasmagórica.

Flávio — Um dos nós da questão está colocado no seguinte aspecto: através dessa tolerância, que se manifesta, como eu disse, não só com relação aos homossexuais, mas em relação aos negros, talvez até mesmo em relação às mulheres (apesar de a sociedade brasileira ser uma das mais machistas que existe), é que ela transfere o ônus da repressão para a própria comunidade que se identifica como tal. Você passa, bem ou mal, você tem um lugarzinho ao sol, você passa a perseguir, a ter como indesejáveis as pessoas que querem propor qualquer tipo de alteração nesta situação que, por pior que seja, é melhor que nada, digamos assim.

Jorge — Só pra acabar: acho que a tolerância existe na medida em que a existência do homossexualismo não seja uma ameaça ao sistema. É o caso do paradoxo da existência do PC, oficialmente, nos EUA. Isto é permitido porque o sistema consegue engolir. Agora veja, na medida em que nos EUA há uma reivindicação de ordem social legal, já há uma contra-revolução. E eu acho que o Brasil está caminhando para isso. Na medida em que essa permissividade crescer, se institucionalizar, virá repressão, porque esses pequenos grupos que estão botando as manguinhas de fora, precisam estar conscientes de que a cúpula não mudou no Brasil. Realmente, tudo permanece a mesma coisa lá em cima; então, o que é que mudará de fato embaixo?

Emanoel — Eu acho muito interessante a gente analisar o nível da consciência do homossexual de classe média. Nós temos uma experiência de conversar com diversas pessoas; em geral, o que eles colocam é o seguinte: que atualmente as coisas estão maravilhosas,

pois já houve época em que só existia uma boate *gay* em São Paulo, e atualmente não só existe um número elevado, como uma tendência a abrirem-se cada vez mais boates. Então está tudo ótimo: nós estamos lutando contra o quê? De um modo geral, o indivíduo é profundamente alienado e reacionário; por ser homossexual ele não é um revolucionário; não existe nenhuma ligação, apesar de ter um potencial de subversão, quer dizer, provavelmente ele vai se colocar contra aqueles homossexuais que estão tentando modificar alguma coisa. Porque vai abalar justamente a estrutura dele, vai abalar o lugar ao sol que ele conquistou.

Glauco — Ou que não conquistou: que lhe foi permitido.

Emanoel — Ou que ele pensa ter conquistado. E parece claro também pra gente, como o Jorge falou, que, na medida em que existe um grupo preocupado com uma mudança social e que tá pondo as manguinhas de fora, evidentemente esse grupo não vai ser visto com bons olhos. Primeiro porque está tentando sair do gueto, e está questionando a estrutura da sociedade e do gueto; quer dizer, a gente está tentando modificar as coisas como um todo, e não que se abram mais guetos, ou que o gueto cresça mais um pouco para que a gente tenha os limites maiores, mas que deixe de existir este gueto, deixe de existir a oposição entre gueto e sociedade, e que exista uma modificação radical.

Flávio — Vamos fazer uma rodada final e arrematar a discussão.

Emanoel — Ficou claro para nós, primeiro, que buscamos como reivindicação básica o prazer, e, segundo, que não existe “o homossexual”, que qualquer pessoa é homossexual na medida em que qualquer pessoa tem tendência. A sexualidade do indivíduo é um leque aberto. Não existe, portanto, o homossexual com determinadas características; existe o homossexual como adjetivo, na relação que acontece na cama.

Flávio — Como relacionar a problemática do homossexual com a problemática política, neste momento? Se a reivindicação básica é o prazer, o direito de usar o próprio corpo da forma mais livre, isso pode ser traduzido em termos políticos?

Glauco — Na nossa opinião isso é essencialmente político. Da maneira como a encaramos, a atividade política inclui também isso,

porque é algo como um “direito fundamental”. Não adianta fazer reivindicações salariais e preterir outros direitos fundamentais. O prazer é algo tão essencial como comer, trabalhar ou morar.

Jorge — O grande problema em termos políticos é que muitas pessoas estão preocupadas com direitos como salários, creches, etc., mas muito distanciadas do problema do direito ao prazer. Existe uma grande defasagem.

Emanoel — Eu acho que não existe o *específico* e o *geral*, uma luta maior e uma luta menor: existe uma luta única por uma sociedade igualitária.

Glauco — Não existem coisas mais ou menos prioritárias. As coisas vêm juntas. A gente deve fazer as reivindicações de maneira global, mas sem abrir mão das específicas.

Emanoel — A questão homossexual, ou qualquer outra, não vai ser resolvida nessa estrutura social que temos. É a forma de unir com o que foi falado: qualquer espécie de reivindicação não vai ser resolvida numa sociedade repressiva, autoritária.

Alfredo — Eu acho que a semana da USP marcou uma etapa e pôs em xeque a esquerda tradicional. Parece evidente o fato de que os simples esquemas classistas não são suficientes, principalmente num país como o Brasil, para o caso das ditas minorias: negros, mulheres, índios.

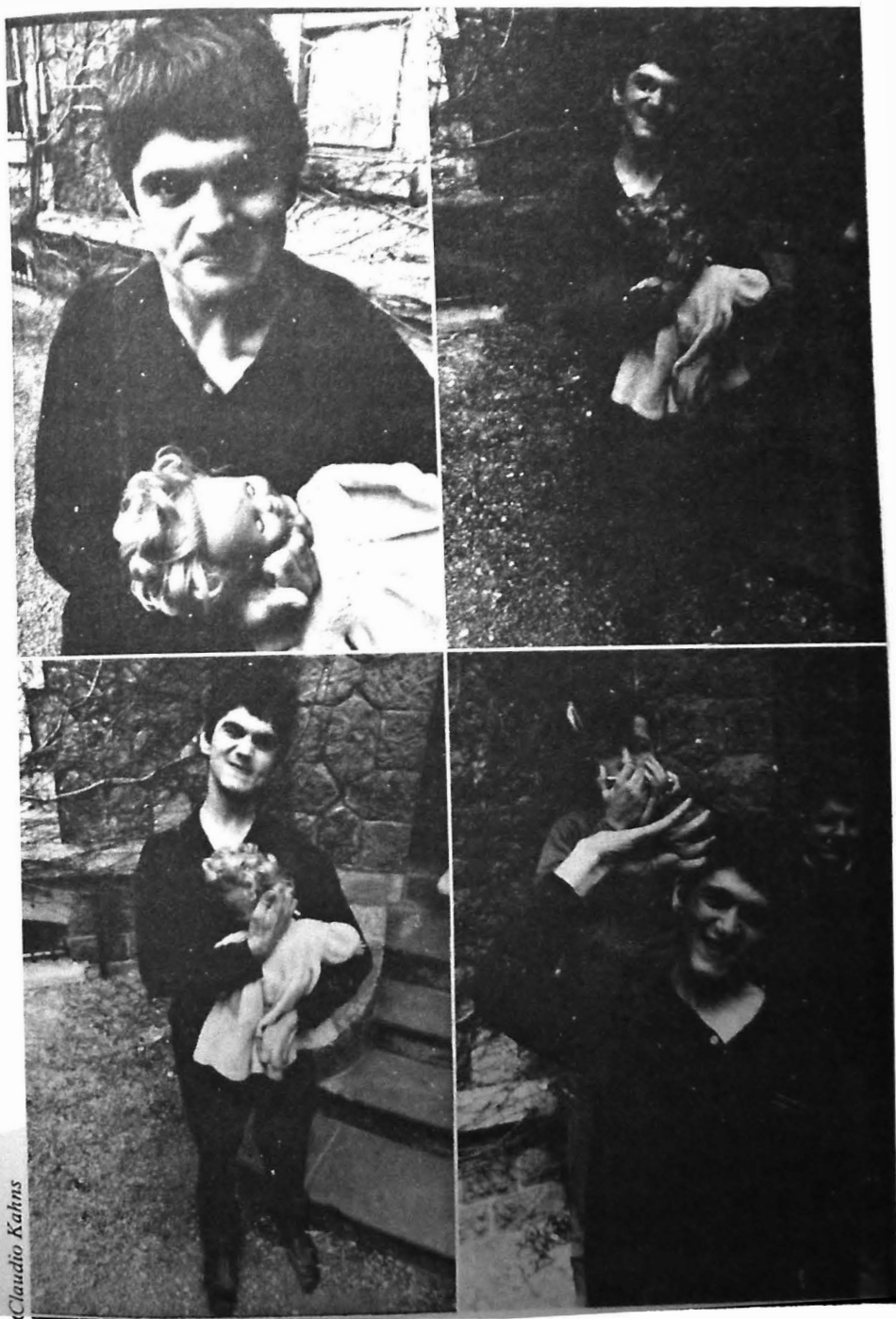
Glauco — Que, afinal, não são minorias, se somadas.

Alfredo — As considerações feitas pela esquerda classista, negligenciando uma visão dos grupos específicos, são absolutamente pobres, tanto que a ideologia só mudou, ou está mudando, a partir de fenômenos como a semana de debates da USP ou o *Lampião*. São elementos que vão mudando a estrutura ideológica dos esquemas europeus classistas, brancos, machistas, que pouco têm a ver com uma realidade como a brasileira, que é até mais complexa.

Glauco — Exato, não são os mesmos componentes de certas sociedades desenvolvidas européias. Seja como for, não se pode falar em transformação social apenas a partir da luta de classes, aquilo ficou bem evidente.

11. Violação: ato de sexo ou de poder?

AGUINALDO SILVA



— *Eles eram três e estavam armados de revólveres. Entraram em nossa casa pela varanda que dá para a encosta do morro, vieram para roubar. Estávamos todos lá: a dona da casa, uma senhora de 65 anos que nos alugava um quarto, sua empregada, uma mocinha negra, eu, meu marido e nosso filho de quatro anos. Eram nove horas da noite, e tudo foi muito rápido: eles deram ordem para que meu marido, que estava no quarto com a criança, não saísse de lá; pediram todo o dinheiro que havia na casa, nós demos. Foi quando a dona da casa começou a chorar. Um deles lhe disse: “Fique calma, titia, que não vai lhe acontecer nada”; e deu uma ordem aos outros: “Tranquem a velha no banheiro.” Depois, cochicharam entre si rapidamente e, quando se voltaram, o que parecia o chefe anunciou, em voz bastante alta para que eu e a empregada ouvíssemos: “Vocês podem ficar com a crioula. A branca é minha.” (S.S.M.)*

Os crimes de violência sexual na França aumentaram em 60% em cinco anos, entre 1969 e 1974. Hoje em dia, a média é de 1 500 violações por ano no país. O mesmo aumento vem se verificando nos Estados Unidos. Só em Nova Iorque, que funciona como uma espécie de *medidor* da sociedade norte-americana — é lá que todos os problemas atingem o extremo —, houve 2 415 casos de estupro em 1971; em 1972 o número subiu para 3 271 e em 1973 passou a 3 725, o que corresponde a mais de dez por dia. Além disso, na França como nos Estados Unidos, as autoridades ainda não chegaram a um acordo — não se sabe ao certo se o número de ataques vem aumentando, ou se o número de vítimas que *fazem queixas* é

que cresceu com relação a esse crime; por força dos movimentos de liberação da mulher, os sociólogos notaram uma ligeira modificação no comportamento das vítimas quanto à violência sexual; se, antes, elas tinham vergonha de testemunhar e levar o caso adiante, agora parecem cada vez mais decididas a conseguir que a justiça seja feita, e passaram a usar, em sua defesa, não mais o velho argumento da honra perdida, mas sim do atentado contra a sua liberdade sexual.

No Brasil, o estupro está enquadrado no artigo 213 do Código Penal e a pena imposta pela Lei é de três a oito anos, não importando a condição da vítima: maior ou menor, virgem ou não, “mulher honesta ou prostituta”. Mas as estatísticas sobre o assunto são inteiramente falhas. No Rio, a polícia informava oficiosamente, em meados de maio do ano passado, que até ali haviam sido registrados três casos em média, em cada uma das 57 delegacias policiais do Grande Rio, o que dava um total de 171 estupros em cerca de cinco meses. Os próprios policiais, no entanto, se mostravam céticos, então, em relação aos números que apresentavam: “Em cada 100 casos de violência sexual, apenas um é levado ao conhecimento da polícia.”

— *Esperei que meu marido dissesse alguma coisa, através da porta do quarto entreaberta, mas ele permaneceu calado. Um dos ladrões chegou a dizer: “Manda o marido dela vir pra sala. Ele não pode perder esse espetáculo.” Mas eu olhei para o que me escolhera e lhe pedi: “Pelo amor de Deus.” E ele respondeu: “Deixa o otário pra lá. Ele é dos que ficam quietos.” Um dos ladrões já agarrara a empregada, que choramingava. O chefe do bando me levou para o sofá, mandou que eu deitasse. De tão apavorada, eu me engasguei, e comecei a tossir, descontrolada. Impaciente, ele se debruçou sobre mim e perguntou: “Como é que é? Vai fazer bonitinho, ou vou ter que lhe dar umas coronhadas?” Aí eu fechei os olhos e fiz de conta que estava muito longe dali. (S.S.M.)*

As estatísticas sobre violação sexual no Rio estão arbitrariamente divididas em dois tipos. Primeiro, há os casos decorrentes de assaltos, que são a maioria. Depois, aqueles em que os criminosos são “desajustados do meio social”, ou pessoas que “perderam momentaneamente o controle”. Nesta

última classificação, foi incluído o caso de Mônica Strachmann, a moça que matou Leopoldo Heitor Filho ao ser atacada sexualmente por ele.

No primeiro tipo de ataque sexual, segundo os estudiosos do assunto, existem diferentes motivações, de acordo com o local onde ele foi efetuado. Em regiões mais pobres, como a Baixada Fluminense — ou mesmo nos morros, onde os agressores geralmente conhecem suas vítimas —, ele tem o objetivo de intimidar, de desmoralizar as famílias assaltadas, para evitar que estas procurem a polícia. Uma grande pesquisa feita na região da Cidade de Deus mostrou porque as jovens violentadas geralmente guardam segredo sobre o assunto: quando um caso desses é divulgado, sua vítima passa a ser considerada uma “mulher sem moral”, e, portanto, sujeita a todo tipo de assédios.

Em locais mais privilegiados como a Zona Sul, no entanto, é outro o mecanismo que faz com que os assaltos geralmente terminem em ataques sexuais: os juristas estão de acordo em que esses ataques têm a finalidade de vingar o desnível social existente entre a vítima e o agressor. “A humilhação não deixa de ser uma forma de o criminoso demonstrar sua repulsa contra esses desníveis. Este teria sido o caso de S.S.M., moradora no bairro carioca de Botafogo:

— Depois que o chefe do bando se levantou do sofá, o terceiro ladrão disse que também me queria. A empregada parara de choramingar, e o homem que a possuía estava agora comendo umas frutas que havia sobre a mesa. Do quarto entreaberto não vinha o menor ruído. Eu estava meio fora de mim, teve uma hora em que pensei que, se fizesse força, poderia ouvir o som da respiração do meu marido. Os dois homens me arranharam toda, fizeram de propósito. O segundo ficou gritando no meu ouvido: “Sua branca, sua branca”, quando ia terminar. Depois eles saíram, nós soltamos a dona da casa que estava presa no banheiro, e lhe demos remédios, pois ela estava passando mal. Meu filhinho saiu do quarto e me perguntou: “O que foi, mamãe?” Meu marido ficou lá.

Mas a verdade é que se no Brasil as estatísticas da polícia — elaboradas apenas a partir de assaltos que terminem em

ataques sexuais, ou de casos como o de Mônica Strachmann, em que sua reação violenta ao ataque resultou na morte do rapaz e na chegada do caso aos registros policiais — só permitem que se trace do estuprador um perfil bastante primário (ele é assaltante, ou desajustado social); nos países onde tais estatísticas são melhor elaboradas chegou-se a conclusões surpreendentes sobre a sua *natureza*: ele é, na maioria das vezes, o que se poderia chamar de “um homem normal”, casado, com filhos e dono de uma vida metódica e ordenada.

Uma pesquisa feita na França mostrou que, dos 289 homens condenados por violência sexual no país em 1972, 157 eram casados; destes, 90 eram pais de famílias numerosas — de quatro a nove filhos. E, embora a maioria fosse de operários, — 180 deles —, havia até mesmo dois de formação universitária e um “capitão de indústria”. Um detalhe: desses 289 casos, 246 tiveram como vítimas mulheres menores de idade, condição essencial, em qualquer país do mundo, para que a vítima possa almejar com segurança uma reação positiva da Justiça. Nos Estados Unidos, apenas jovens adolescentes, que tenham sido atacadas de preferência dentro de suas próprias casas, é que despertam a piedade da Justiça. Naquele país, os juízes absolvem sumariamente os homens acusados de violência sexual, se eles conseguirem provar que suas vítimas, na ocasião do ataque, usavam minissaia ou não estavam de sutiã. E tão subjetivos são os processos utilizados pela justiça americana nestes casos que existem naquele país advogados do sexo feminino especializados em defender estupradores: a simples presença de uma mulher a defender o acusado já predispõe o júri contra a vítima. Além disso, esta vê sua vida ser levantada durante o processo em todas as minúcias, enquanto do acusado nada se pode dizer sobre seus feitos anteriores, sob ameaça de ser anulado o processo.

Esse comportamento da Justiça, registrado em todos os países do Ocidente, quando a vítima é maior de idade, é que faz com que a maioria dos casos de violência sexual jamais chegue às delegacias e aos tribunais: as vítimas preferem quase sempre “esquecer”.

— *Ele tinha sido amigo do meu pai. Quando me formei, aceitei seu convite para trabalhar em seu escritório de advo-*

cacia. Ele tinha uma filha alguns anos mais nova que eu, e me tratava de um modo paternal, que sempre me encheu de orgulho. Quando aconteceu, foi de um modo terrível, porque ele me agarrou em pleno escritório, no final do expediente, quando todos já haviam saído. Houve luta e eu bati com a cabeça contra uma estante, cheguei até a sangrar. Mas isso não o fez desistir. Ele era um homem muito forte, e não se preocupou em ser delicado. Eu tive uma hemorragia, e só por isso ele ficou assustado. Trouxe-me algumas toalhas recolhidas no banheiro e fez apenas um comentário sobre o assunto: "Eu perdi o controle. Afinal de contas, sou um homem, de carne e osso. O melhor que a gente faz é esquecer tudo isso." (A. de R.)

Advogada, hoje com seu próprio escritório, A. de R., vítima de estupro há oito anos, tornou-se uma estudiosa do assunto, "uma verdadeira obcecada", como ela diz. Já chegou a defender algumas vítimas de ataques sexuais e, utilizando seu próprio caso como exemplo (ela seguiu o conselho do estuprador: guardou silêncio sobre o que lhe aconteceu e apenas se afastou dele), nega a validade das estatísticas policiais que apresentam o estuprador como um desajustado social.

— *Todas as pesquisas sérias feitas em outros países indicam que os violadores só raramente apresentam desequilíbrio mental, perversões ou manias. Isso significa que a maioria deles é o que se poderia chamar de "pessoas normais". Com isso, fica bem claro que eles, ao partir para a violência sexual, não fazem mais que exprimir o condicionamento sexual que lhes foi imposto pela cultura e pelos nossos costumes. Eu sempre cito o comentário feito por uma feminista francesa: "Os violadores são homens normais, que servem momentaneamente na primeira linha das tropas de choque masculinas, terroristas da mais longa batalha que o homem conheceu — a guerra dos sexos."*

Para A. de R., a violação sexual, como a Justiça, é uma coisa de homens. E estes, em relação ao estupro, reagem sempre de acordo com três regras que eles consideram típicas do comportamento feminino: 1 — Todas as mulheres adoram ser possuídas a força; 2 — Nenhuma mulher pode ser violada

contra a sua vontade; 3 — Mesmo quando dizem *não*, o que as mulheres querem é dizer *sim*.

— *Ele se mostrou muito aborrecido ante a possibilidade de eu necessitar de socorro médico naquela noite, mas felizmente a hemorragia parou. Ele me levou em casa, e foi embora sem dar uma palavra. Não o vi mais, desde então, a não ser aqui, nos corredores do Tribunal de Justiça. Durante meses eu me senti marcada, o mundo já não era o mesmo para mim, mas, ao mesmo tempo, eu devia continuar como se nada tivesse acontecido. O maior pavor era de que aquilo me acontecesse outra vez — eu fiquei com medo dos homens e os evito até hoje. Mas depois a vida tomou seu curso natural. (A. de R.)*

Há poucos meses ela defendeu na Justiça uma moça que foi vítima de ataque sexual. O juiz, no entanto, preferiu ver o caso de outro modo — considerou que se tratava de sedução e convenceu o agressor a resolver o problema casando com a vítima. A. de R. tentou demovê-la, mas M.G., a moça, moradora no subúrbio carioca de Del Castilho, pressionada pela família, aceitou.

— *Eu não gostava dele, é claro. Mas a rua inteira ficou sabendo do meu caso: minha mãe, quando viu que eu tinha sido agredida, deu escândalo, chamou os vizinhos, me levou à polícia. Eu vi como é que passaram a me olhar, até mesmo os pais de família, eu passava e eles ficavam comentando. Nós somos muito pobres, não podíamos mudar de Del Castilho. A doutora A. me disse logo: “Eles não vão perder uma única oportunidade de te humilhar.” Aí eu vi que a única saída mesmo era o casamento, por isso aceitei. (M.G.)*

O modo negligente como são tratados pela Justiça os acusados de violação sexual pode ser facilmente explicado, na opinião dos sociólogos, se lembrarmos de que maneira as responsabilidades são atribuídas a cada sexo, dentro da nossa sociedade: “Nela, o homem é o agressor nato, o soldado que sitia as fortalezas. Quanto à mulher, ela é a guardiã das portas, a defensora dos tesouros sagrados. Se o homem consuma a invasão e se apodera do tesouro, ele apenas cumpriu com o seu dever. Não existe, para ele, nenhum motivo para se sentir culpado ou com remorsos. A mulher que se deixa

possuir a força, no entanto, faltou com o seu dever. A sociedade, a família, a polícia e os tribunais a tratarão como tal. E esse tratamento parecerá à mulher mais traumatizante e terrível que a própria violação, pois ele é completamente injusto.” A. de R. lembra que este código de ética vem sendo utilizado, sem qualquer mudança, desde os tempos do Velho Testamento:

— *Basta citar uma passagem do Velho Testamento, no Êxodo, que diz: “Tu não cobiçarás a casa do teu próximo, nem sua mulher, nem seu servo, nem sua serva, nem seu boi, nem seu asno; nada do que lhe pertence.” A posição da mulher nessa lista fica bem clara: primeiro, ela pertence ao homem, como o boi e o asno; e segundo, em matéria de importância só está um pouco acima destes.*

— *É claro que eu não acredito que vá ser feliz com ele. Mas eu já estava desgraçada, não ia ser feliz mesmo, de qualquer maneira. Também sei que ele não vai me tratar bem, não vai me respeitar; mas agora eu sou dele, ele vai ter que me sustentar, senão eu cobro na Justiça.* (M.G.)

M.G. sabe que poderá se defender, desde que obedeça cegamente aos códigos que lhe foram impostos, e que servem para manter a mulher sempre numa posição inferior em relação ao homem. E as feministas estão certas de que o que faz o violador ser punido, de acordo com a interpretação dos códigos, não é o ataque contra a mulher, mas sim o fato de que ele atenta contra um direito fundamental: o direito à propriedade.

Diz A. de R.:

— *A ordem social supõe uma repartição relativamente equitativa das mulheres; neste sentido, o violador ameaça a ordem social, porque ameaça a propriedade de outro. Fora desta ameaça não existe violação. É bom lembrar que esta não existe entre esposos, e que o marido tem todo o direito de possuir sua mulher quantas vezes queira, mesmo que ela não o deseje ou lhe resista. Sintoma trágico de uma doença social chamada “virilidade”, a violação, a meu ver, é um problema cultural.*

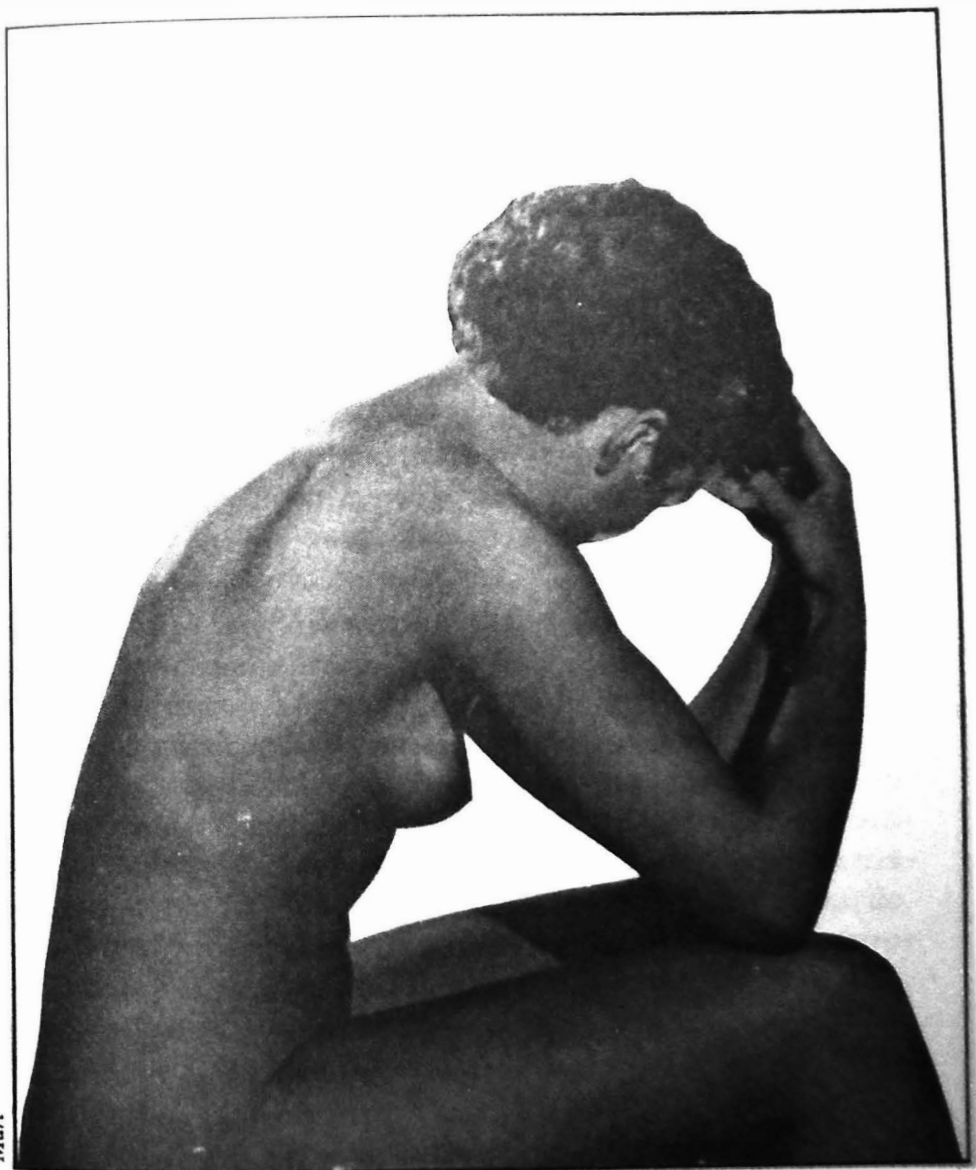
— *Não ousei tocar no meu filhinho: eu me sentia suja, acho que vou me sentir assim para o resto da vida. A dona da*

casa levou-o para o seu quarto, enquanto a empregada procurava arrumar as coisas que os ladrões haviam espalhado pela casa. Eu fui para o banheiro, fiquei muito tempo sob o chuveiro, sem pensar em nada, deixando apenas que a água escorresse. Depois, quando saí, a dona da casa me avisou: "Já chamei a polícia." Meu marido continuava no quarto, e eu não agüentei mais aquele silêncio, fui até lá. Ele estava sentado na cama, a cabeça entre as mãos, e não levantou os olhos, embora percebesse que eu tinha entrado. Acho que foi naquela hora que eu percebi que tudo havia desmoronado. Até hoje não sei porque, mas tudo o que lhe pude dizer, naquela hora, foi "desculpe". Sempre sem me olhar, ele murmurou: "Eu tinha que pensar em nosso filho." E a gente não se disse mais nada até que a polícia chegou. (S.S.M.)

M.G., perdida nos meandros de Del Castilho, cobrou — e obteve — da sociedade a posição que esta lhe reservou; S.S.M. assinou um pacto de silêncio com o marido, levando em conta que ele foi, de certa forma, cúmplice ao ataque que ela sofreu (por causa de sua omissão, não poderá humilhá-la; ele não soube defender seu "patrimônio"); A. de R. partiu para uma tomada de consciência que, segundo ela, é o único meio através do qual as mulheres podem lutar contra a opressão dos homens. Esta posição já justificou até o surgimento de organizações como a *Women Against Rape* (Mulheres Contra o Estupro), nos Estados Unidos, que defende a tese pregada por A. de R. de que o estupro é um problema cultural, ou, mais precisamente (Susan Brownmiller no livro *Against or Will: Men, Women and Rape*, EUA, 1975), de que a violação é um ato de poder, não de sexo.

12. O campo socialista e a revolução sexual

JOÃO QUARTIM



O ideal de uma nova sexualidade está presente nas primeiras teorias socialistas, dos falanstérios de Fourier ao Manifesto de Marx e Engels, que opõe ao "casamento burguês", no qual "a mulher é um simples instrumento de produção" (sendo que os burgueses "não contentes de ter à sua disposição as mulheres e as filhas dos proletários, sem falar da prostituição oficial, encontram singular prazer em cornearem-se uns aos outros"), "uma comunidade (sexual) franca e oficial", na qual a mulher estaria liberada de "sua condição atual de simples instrumento de produção (de novos indivíduos)".

A revolução sexual constitui, portanto, desde as origens do comunismo, parte integrante da concepção de uma nova sociedade, isto é, de uma nova e superior organização da produção e de uma nova cultura.

Face a este ambicioso objetivo, o balanço das grandes convulsões revolucionárias de nossa época é modesto. Sem dúvida, os países socialistas eliminaram um dos aspectos mais odiosos da organização burguesa da sexualidade, o proxenetismo, isto é, a exploração mercantil do sexo, sobretudo feminino, enquanto objeto de prazer. Os casos isolados de prostituição que se constataem nesses países não podem ser confundidos com o tráfico de mulheres destinadas à prostituição, organizado e "protegido" por poderosos interesses financeiros e políticos do respeitável mundo ocidental e cristão.

Mas a erradicação do lenocínio, por maior que seja sua significação social (e os que pensam ser fácil suprimi-lo por simples medidas administrativas deveriam se perguntar porque ele subsiste em todos os países capitalistas, avançados ou

subdesenvolvidos, com a tenacidade de uma doença endêmica), só concerne de maneira negativa o ideal de uma nova sexualidade: elimina uma tara da velha ordem, mas por si só não constitui uma nova ordem.

“A questão ético-civil mais importante ligada à questão sexual é a da formação de uma nova personalidade feminina: enquanto a mulher não tiver atingido uma real independência frente ao homem, e um novo modo de conceber-se a si própria e à sua participação nas relações sexuais, a questão sexual permanecerá plena de aspectos mórbidos...”, observou Gramsci em suas *Notas sobre Maquiavel*. Sem uma nova mulher não haverá um novo homem nem tampouco uma nova sociedade. Ainda aqui, as conquistas do socialismo aparecem sobretudo de forma negativa, como eliminação — lenta e gradual — das grandes e numerosas desigualdades entre a condição social do homem e a condição social da mulher. Não se pode, de boa-fé, negar o muito que foi feito em nome do que não foi feito. A dificuldade aqui é análoga à que encontramos ao tentar avaliar o significado histórico da experiência internacional de construção do socialismo em seu conjunto, isto é, aquilo que os soviéticos chamam o “socialismo real”. Não insistiremos numa discussão cujos argumentos centrais são arquiconhecidos: o socialismo triunfou em países atrasados, onde a massa da população era camponesa, analfabeta, secularmente oprimida pelos grandes senhores agrários e mistificada pela superstição religiosa. Donde o fosso profundo entre o Estado e a sociedade civil e a subordinação estrita das multiformes manifestações da vida social às estruturas estatais de um regime onde Partido e Estado tendem a se confundir.

Nestas condições, o progresso no rumo da emancipação da mulher foi enorme se comparado ao ponto de partida (em muitas repúblicas soviéticas da Ásia Central, a primeira tarefa consistiu em liquidar os haréns, em suprimir o véu, em alfabetizar as mulheres; na China pré-revolucionária a mulher era praticamente uma escrava, às vezes de luxo; e em Cuba, antes dos “barbudos”, uma das raras maneiras de escapar à miséria era, para as mulheres, prostituir-se aos turistas americanos),

mas a igualdade de direitos econômicos e sociais não configura por si só “uma nova personalidade feminina”.

O tratamento da “questão sexual” tem sido, de resto, extremamente variado de um país socialista para outro e é conhecida a regressão na legislação soviética da família efetuada nos anos 1930 no quadro da burocratização da vida política da URSS.

O caso chinês

Os casos extremos, neste sentido, são representados pela China e pela Iugoslávia. O puritanismo sexual que caracteriza o maoísmo em sua aplicação chinesa (porque os maoístas da Europa Ocidental, sobretudo os de maio de 1968 na França, caracterizaram-se, ao contrário, por um libertarismo sexual extremado, mas que, como freqüentemente ocorre nas “revoluções” limitadas ao meio estudantil e intelectual, queimou como fogo de palha) encontrou uma de suas expressões mais acabadas na época da chamada “Revolução Cultural”. Vivida com fervor religioso pelos “guardas vermelhos” e por todo o fã-clubes do presidente Mao, esta tão decantada revolução se traduziu, entre outras coisas, por episódios de abnegação pessoal e votos de castidade que em nada ficaram a dever às mais mórbidas pregações anti-sexuais dos jesuítas. Um exemplo, entre muitos, o da jovem estudante guarda vermelha, já com seus vinte e poucos aninhos, entrevistada num filme projetado em Paris em 1967 sob o título de *Demain la Chine*, todo ele consagrado à exaltação da “Revolução Cultural Proletária” e do “Pensamento de Mao Tsé-Tung”. Durante uma longa seqüência do filme, a jovem guarda vermelha fala de sua vida, de seus ideais e, perguntada sobre sua “vida sentimental”, disse que não pensava em se casar porque, explicou com heróico sorriso, queria consagrar todas as suas forças à Revolução. A gravidade da escolha está, evidentemente, ligada ao fato de que não se casar num país onde a sexualidade está carregada de tabus e de “aspectos mórbidos” significa fazer voto de castidade, o adultério ou mesmo as

relações não-maritais em geral sendo punidos, às vezes severamente.

Esta moral do esquecimento de si, da renúncia, do apego ao Partido erigido em Divindade tutelar é exposta de maneira tão ingênua na propaganda chinesa que o mal informado de boa-fé pensa, à primeira vista, que se trata de falsificação da CIA, a fim de deturpar caricaturalmente a imagem do comunismo maotsetunguês. Infelizmente, as imagens cinematográficas de *Demain la Chine* são da responsabilidade de maoístas ultrachinófilos franceses, com o devido “imprimatur” das então altas autoridades pequinesas.

Os mandarinescos episódios que conduziram à eliminação do chamado “Bando dos Quatro” e ao “Grande Salto pro Lado” tiveram, significativamente, rápida repercussão na vida sexual dos chineses, ou, mais exatamente, na configuração do “espaço erótico” na sociedade chinesa. Em novembro do ano passado, com efeito, a televisão chinesa passou, no quadro de uma “semana do cinema japonês” (ela própria ligada ao recente tratado sino-japonês), o filme *Nostalgia*, que conta — e sobretudo mostra — a história de Osaki, vendida ainda criança, com 12 anos, a um cafetão que a levou para a Indonésia onde ela foi forçada a se prostituir. Cenas extremamente audaciosas para o telespectador chinês habituado ao pequeno livro vermelho do presidente Mao pontilham as tristes aventuras de Osaki, espancada por seus algozes antes de ser entregue, pintada, lavada e engomada, vestida com um quimono claro, a um brutamonte que dela se apossa sem uma só palavra. O cotidiano francês *Libération*, de onde extraímos a resenha do filme, informa que uma mesa-redonda foi organizada na televisão após sua projeção, da qual participaram um jovem operário, um professor, uma polícia-feminina e alguns artistas. O tema central do debate foi de saber se a “pureza” dos jovens devia ou não ser preservada como até então, isso é, fazendo-os ignorar a crueza da vida sexual real. Fato inédito na China, nota *Libération*, “opiniões divergentes foram defendidas, às vezes apaixonadamente, diante de dezenas de milhares de telespectadores!”

Na tentativa maoísta de dessexualizar a juventude, de **reduzir a sexualidade a seu condicionamento e sua funcio-**

nalidade biológica, combinam-se o puritanismo de esquerda — cuja significação ideológica examinaremos mais adiante — e a preocupação, extremamente pragmática, de reduzir a natalidade. “À noite, mais vale matar pernilongos que fornicar!” Esta frase, atribuída a Chu-En-Lai pelo ecologista e catastrofólogo francês René Dumont, não é puritana. É a expressão do caráter “disfuncional” assumido pela sexualidade a mais legal e convencional pela simples razão de que, num país atrasado e pobre como a China, o meio mais fácil de controlar a natalidade é estimular a abstinência.

É difícil prever a evolução da política sexual dos novos dirigentes chineses. Tudo parece indicar que o clima de enquadramento monolítico das massas pertence a um passado ao qual a China Popular não mais retornará. A imagem do futuro, neste domínio, não parece ser a de oitocentos milhões de congregados marianos. Pessoalmente, achamos isto altamente positivo: o socialismo, como forma superior de organização social, como período histórico de evolução para o comunismo, nada tem a ver com um grande formigueiro e é preciso ter uma idéia muito acanhada da libertação da humanidade para achar que ela é um assunto que se reduz à planificação centralizada e à ditadura do Partido do proletariado. O perigo, neste domínio, após a aliança sino—norte-americana, é de que a geração do pequeno livro vermelho seja substituída pela geração coca-cola.

A influência cristã

Em alguns países do campo socialista, o conservadorismo sexual decorre menos de uma iniciativa do regime do que de uma ideologia tradicionalista e retrógrada com fortes bases populares. É, sobretudo, o caso do catolicismo polonês. O ambiente “social” — no sentido vulgar do termo, tal como é usado por exemplo nas crônicas “sociais” de certos jornais brasileiros — de Varsóvia (descontada a superficialidade de nossas observações, fruto de uma viagem feita há mais de uma década) lembra estranhamente o clima provinciano e filisteu

das “festinhas” do sábado à noite ou das “brincadeiras dançantes” dos Tênis-Clubes interioranos, com a diferença — a nosso ver muito importante — de que cavalheiros e damas que singram a pista trocando convencionais confidências ou números de telefones são, na Polônia, trabalhadores e não filhinhos e filhinhas de papai.

O puritanismo oficial se manifesta a cada passo naquilo que Gramsci chamou os “aspectos mórbidos” da questão sexual. Nos hotéis é praticamente impossível a um hóspede introduzir em seu quarto pessoa do sexo oposto, sempre que não se trate de casal devidamente registrado na portaria. O que, evidentemente, não impede adultérios nem enlases passageiros, nem mesmo formas discretas de prostituição. Mas a “moral” fica salva. Uma certa moral, bem entendido. Noventa por cento dos poloneses são católicos, lembra um jornal francês numa reportagem recente sobre a projetada visita do papa João Paulo II a seu país natal. “No domingo, as Igrejas ficam abarrotadas de gente. O odor de incenso provoca comichões no nariz... numa atmosfera feita para encantar as velhotas piedosas.”

Evidentemente, poder-se-ia perguntar porque trinta anos de socialismo não conseguiram abalar nem mesmo superficialmente a velha ideologia religiosa. Esta questão nos levaria muito longe. Basta aqui constatar a impossibilidade de que uma nova sexualidade surja no terreno da velha ideologia.

Os barbudos libertários

Próxima de nós por suas raízes culturais afro-americanas, pelo peso ideológico das tradições do catolicismo ibérico, Cuba é o país onde o socialismo mais elevou e dignificou a condição da mulher. É, ao que saibamos, o único país do mundo onde há para o homem a obrigação legal de partilhar com a mulher as tarefas domésticas e o correspondente direito da mulher de apelar para os Comitês de Defesa da Revolução (organização de base existente em cada bairro e localidade) no caso de o marido, prevalecendo-se do “machismo” tradicio-

nal, recusar-se a partilhá-las. Neste assunto, como nos demais, a Revolução Cubana não aprecia as meias-medidas.

Contrariamente à China, a mobilização de todas as energias sociais na batalha pelo socialismo, na defesa de suas conquistas contra um assédio permanente que só tem se abrandado nos últimos anos, não foi aqui considerada como incompatível com esta aventura eminentemente individual que é a experiência sexual. Poucos se lembram da entrevista que há vários anos atrás Fidel Castro concedeu à revista *Play Boy*, publicação de luxo com reportagens de qualidade e fotos abundantes de “call-girls” em poses estereotipadamente “eróticas” concebidas para alimentar a libido de executivos e outros burocratas habituados a pagar caro os bens de consumo duráveis e não-duráveis de sua superabundante “cesta alimentar”. Fidel não hesitou em dirigir-se também a este público — uma maneira como outra de furar o bloqueio americano imposto a Cuba — e a responder às mais variadas perguntas, inclusive uma a respeito das “posadas”, isto é, dos hotéis onde se alugam quartos para casais “irregulares”. Manter na Cuba Revolucionária esta instituição herdada da Cuba semicolonial não seria negar os próprios ideais da moral nova que se pretendia instituir? Fidel respondeu, em substância, dizendo que, embora as “posadas” não fossem um ideal, frente à alternativa de reprimir e marginalizar as ligações sexuais livremente consentidas ou de lhes assegurar as condições materiais, preferia a segunda hipótese.

Sem dúvida, o espírito libertário dos “barbudos” tem limites. Ainda que seja falso dizer que o homossexualismo seja sistematicamente perseguido em Cuba (cruza-se com muitos “desmunhecados” em Havana), os comportamentos sexuais considerados “anormais” são socialmente reprovados e politicamente condenados. O peso das tradições profundamente enraizadas na moralidade popular se reflete, neste aspecto, na consciência dos dirigentes. Mas a verdade é que não se vê, no sistema de valores da própria Revolução, o espaço através do qual o “direito à diferença” no terreno sexual possa se afirmar. É nos partidos comunistas dos países capitalistas desenvolvidos que o homossexualismo, sobretudo o masculino (ainda aqui a mulher padece das seqüelas de sua secular

opressão) tem sido encarado como uma questão séria e que os homossexuais têm obtido direito à palavra, inclusive na imprensa partidária, para lutar pelo reconhecimento de sua singularidade social.

A “via iugoslava”

Quantos indivíduos são necessários para que um comportamento grupuscular se torne um fenômeno de massa? É sempre difícil precisar o momento em que a quantidade se transforma em qualidade. Mas, sem sombra de dúvida, a década que ora finda testemunhou, entre outras mutações “ético-civis” da vida social, à “explosão nudista” na Europa Ocidental e Meridional. O fato de que a Iugoslávia tenha se tornado um dos palcos privilegiados deste fenômeno complexo, no qual se mesclam motivações e aspirações as mais diversas, desde a busca, mais ou menos consciente, de uma “liberação sexual”, até uma vontade, um tanto utópica, de “reencontro com a natureza”, ligada ao “mal-estar da civilização”, mostra que o socialismo não se acompanha necessariamente daquela “triste austeridade proletária” de que o acusam certos liberais “não-conformistas”.

É importante, de qualquer maneira, distinguir o fenômeno nudista da ideologia naturista que o envolve. Nesta se combinam elementos incontestavelmente progressistas (recusa dos tabus e hipocrisias ligadas à nudez) e elementos anti-capitalistas pequeno-burgueses, próprios ao que se designa hoje por “ecologismo”. Não se pode negar que o corpo nu é muito mais “honesto” e moral que os biquínis, monoquínis, tangas, decotes e outras formas de *provocação sexual* que escondem mostrando e mostram escondendo as partes do corpo nas quais está culturalmente investido o desejo sexual, sobretudo masculino (o que de resto confirma que a “moral sexual” dominante está baseada na opressão e na “coisificação” da mulher). Mas a convicção “naturista” de que a nudez constitui por si só uma forma superior de convivência

social, de que “aproxima” as pessoas, atenuando as diferenças de *posição social*, não passa de uma variante (sem roupa) do reformismo, o qual, como disse alguém, é utópico na teoria e reacionário na prática. E em certos ambientes nudistas controlados pelos “naturistas” o clima de repressão sexual é pesado. Neles não se vê nunca — como ocorre em qualquer praia normal — casais fazendo os mais simples gestos de enamoramento. As duas confederações nudistas mais importantes da Europa, a FKK (Alemanha Ocidental) e a FFN (França) que dispõem de centenas de clubes associados, com centenas de milhares (no caso alemão) e dezenas (no caso francês) de membros¹ professam a ideologia “naturista”, mas, como é normal em associações deste gênero, não exercem nenhuma forma de “centralismo” sobre os clubes associados. Tudo depende da organização concreta de cada centro nudista.

Traduzindo a supremacia econômica da Alemanha Federal na Europa ocidental e meridional, a FKK domina amplamente o mercado turístico nudista europeu. Sua influência é tão importante que conseguiu rapidamente a legalização do nudismo na Espanha pós-franquista, obteve tolerância prática aos banhistas sem maiô da Grécia (o país ideologicamente mais retrógrado da Europa) e controla, há mais de uma década, muitos dos centros naturistas iugoslavos. O que permite a detratores (de direita e de esquerda) do modelo titoísta apresentar o estímulo oficial do governo iugoslavo ao nudismo como uma pura e simples questão de divisas. Sem entrar neste debate (afinal, sempre é possível explicar qualquer comportamento social por motivações subalternas, o difícil é saber se estas motivações integram realmente o comportamento incriminado ou não estariam no espírito do observador), o fato é que, com um longo litoral mediterrâneo, recortado de belas praias e de centenas de ilhas, a Iugoslávia é um dos “grandes” do turismo de massa estival europeu e não parece que com os vários milhões de estrangeiros que recebe

(1) Infelizmente não pudemos obter a tempo dados numéricos exatos sobre a prática do nudismo.

anualmente, sua balança de pagamentos se desequilibraria se fosse privada do poder aquisitivo daquela parcela de visitantes que considera o tabu da nudez como um resíduo retrógrado da era do puritanismo sexual.

O que é certo é que o estímulo ao nudismo é oficialmente assumido pelos responsáveis do turismo iugoslavo como coerente com as opções ideológicas e políticas do país. E se alguns dos centros nudistas iugoslavos se integram nos colossais investimentos na infra-estrutura turística realizados nas duas últimas décadas (com um sentido de proteção do meio ambiente, das riquezas naturais e históricas de que não deram prova seus principais concorrentes: Grécia, Espanha e Portugal), há inúmeras praias reservadas aos nudistas que estão afastadas dos grandes hotéis e dos pontos de concentração dos estrangeiros e que, por conseguinte, não podem, em hipótese alguma, ser consideradas como “caça-níqueis” de banhistas sem maiô.

Nem a Itália (onde o nudismo é severamente reprimido), nem a Grécia (onde é hipocritamente tolerado nas ilhas onde o turista estrangeiro dá as cartas — Mikonos, por exemplo — mas se torna caso de polícia sempre que o nudista é minoritário), nem a Espanha (onde até data recentíssima a famigerada “Guardia Civil” organizava verdadeiras caçadas de “desnudistas”) primam pelo desinteresse monetário: na Itália, até para se servir do elevador nos prédios é preciso pingar uma moeda; em Atenas, o turista não pode dar um passo sem que se lhe ofereçam toda sorte de “serviços”, muitos dos quais perfeitamente imorais, e na Espanha, enfim, nas mais belas praias, da “Costa Brava” catalã até Cadiz e de San Sebastian até a costa galega, a especulação imobiliária a mais desenfreada e gananciosa arruinou a paisagem natural tanto quanto a social: alemães, belgas, holandeses, franceses e outros mercadocomunenses compraram, aos milhares e milhares, apartamentos e casas a baixo preço, com o beneplácito do fascismo franquista que deu assim a medida de seu caráter “nacional”.

Quaisquer que sejam pois os cálculos econômicos do regime iugoslavo, a opção nudista repousa sobre a vontade ideológica de romper um tabu milenar que, condenando como vergonhosas as partes do corpo oficialmente definidas como

consagradas exclusivamente à reprodução da espécie, foi o responsável pelo “caráter mórbido” da “questão sexual”.

Evidentemente, o nudismo não é “a” revolução sexual. Não é nem mesmo um fenômeno essencialmente sexual, se damos a esta expressão um sentido estreito. Mas é um passo na via de uma maneira nova de conceber a “socialização” do próprio corpo. É um passo na via de uma nova moral, por mais contraditórias que sejam suas manifestações e em que pese o caráter utópico pequeno-burguês do “naturismo”. De qualquer modo, a “revolução sexual” será necessariamente um longo processo de mutações múltiplas e convergentes da sociedade civil. Não será uma “revolução cultural” à la chinesa, decretada por alguns iluminados com data marcada e mobilização programada. O fato de que a Iugoslávia tenha se tornado um “paraíso nudista” mostra, neste sentido, que os países capitalistas desenvolvidos não têm o monopólio dos “costumes evoluídos”.

A esquerda e a sexualidade

De uma maneira geral, existe em nossa esquerda uma forte dose de conformismo a respeito da dimensão social da vida sexual. O regime instaurado pelo golpe de 1964, com seu cortejo de medidas policiais e coercitivas e com o clima de obscurantismo cultural que impôs ao país, veio agravar o problema, exacerbando-lhe os aspectos mórbidos.

Seria, no entanto, uma solução tão fácil quanto inócua atribuir à inegável estreiteza mental da política cultural oficial a responsabilidade por fenômenos profundamente enraizados na vida social, que obedecem à influência de fatores milenares como a da moral religiosa e da dominação da mulher pelo homem.

O princípio de que as idéias dominantes são as idéias das classes dominantes encontra, neste domínio, uma de suas mais características aplicações. Quer se trate da questão do aborto e do controle da natalidade, quer se trate da do divórcio, tem faltado à esquerda brasileira definir um ponto de

vista próprio — o ponto de vista das massas populares que ela pretende representar — que não seja a adesão à ideologia religiosa difusa das massas (isto é, a ideologia conservadora e tradicionalista, baseada nas idéias de que a função da sexualidade é a reprodução da espécie, tudo mais vindo do Diabo, e de que o matrimônio é um sacramento indissolúvel). O silêncio embaraçado das forças progressistas brasileiras no domínio do aborto (que recentemente tem sido rompido por círculos feministas, mas com mil cautelas e reservas) como no do divórcio (onde a iniciativa da questão, deixada em mãos do parlamentar liberal Nelson Carneiro, acabou caindo, por força do pacote de abril, nas do general Geisel) não poderia ser mais sintomático. A questão do controle da natalidade foi sobretudo encarada em termos extra-sexuais. Embora na prática servindo-se amplamente de pílulas e outros produtos da moderna farmacologia, nossa esquerda (tanto sua componente feminina, que diretamente se beneficiou deste avanço da ciência e da técnica, quanto sua componente masculina, que embora por via indireta, vive também a possibilidade de desvincular biologicamente o amor sexual da procriação, preferiu, via de regra, só reter da invenção da pílula, ao nível da propaganda política, a técnica de manipulação malthusiana da evolução demográfica. Sem dúvida, o malthusianismo é uma concepção burguesa que deve ser combatida, sobretudo quando, como pareceu poder ser o caso no Brasil, prenuncia uma ingerência estrangeira (do imperialismo americano) na política populacional de outra nação. Mas o combate anti-imperialista não pode servir de pretexto para se esquivar de uma questão precisa que exige uma resposta clara: a pílula e outros métodos científicos de controle da natalidade constituem ou não a condição material da livre disposição sexual do próprio corpo? A resposta só pode ser positiva. O que leva a uma contradição com as correntes natalistas — tão tradicionalistas e retrógradas quanto as malthusianas — inimigas tanto da pílula quanto do aborto e do divórcio. Ora, as teses natalistas são defendidas constantemente e encarniçadamente pela Igreja Católica, a qual, em matéria de controle da natalidade, só reconhece a abstinência, não tendo ido além, no domínio da “modernidade”, do chamado método Ogino-

Knaus, conciliação um tanto hipócrita e bastante ineficaz da concupiscência e da “moral”. Ir adiante no rumo da emancipação sexual da mulher e do homem, liberar a sexualidade de seus “aspectos mórbidos”, de sua instrumentalização como atividade exclusivamente destinada à produção de indivíduos humanos, implica em chocar-se com a ideologia cristã, e com a ideologia religiosa em geral. Que esta contradição, num país como o nosso, não seja antagônica, parece-nos evidente. Na transformação socialista da sociedade brasileira há muitos obstáculos muito mais urgentes do que este. Mas daí a abandonar o ideal de uma nova cultura — do qual é um dos aspectos essenciais uma nova sexualidade — há enorme diferença.

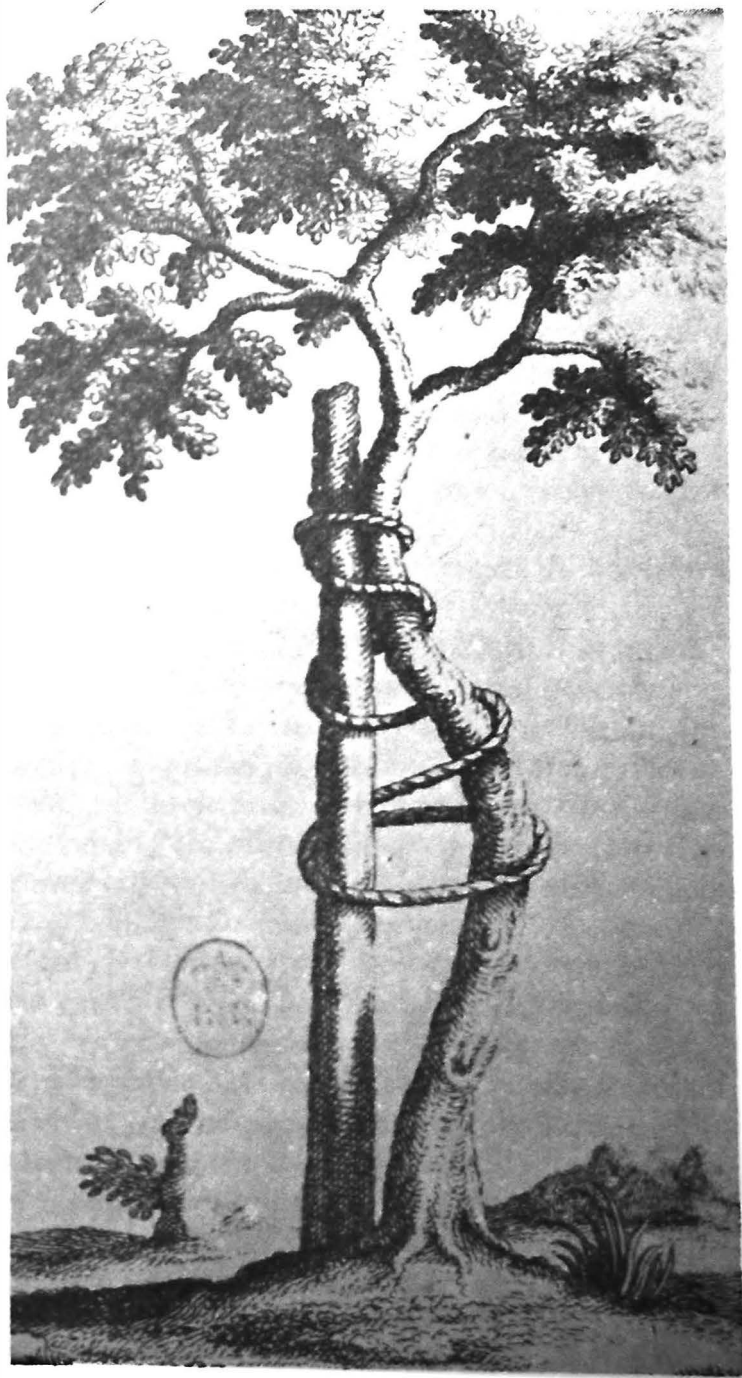
Não é só o temor de descontentar os aliados cristãos que explica a atitude retraída, desconfiada, relutante, de boa parte das forças progressistas no domínio sexual. Há uma razão mais profunda, ligada às condições sociais gerais que determinam, para cada classe, a forma como é vivida sua sexualidade. O prazer, numa sociedade de classes, é, em larga medida, privilégio das classes dominantes. Parodiando Engels, poder-se-ia dizer que não se faz o amor da mesma maneira num palácio e num casebre. E que os românticos me perdoem. Quem trabalha oito ou mais horas por dia, em condições física e mentalmente esgotantes, quem perde algumas outras horas no transporte cotidiano, quem vive sob a constante agressão de uma sociedade na qual quanto menos dinheiro se tem menos direitos se tem, não pode “gozar a vida” como os “filhinhos de papai”. A moça fina namora com o *play boy* no sofá; a empregada namora com o lavador de automóveis no portão. O “erotismo” nos dois casos não pode ser o mesmo. Alguns acharão um pouco simples os exemplos escolhidos. A realidade é muito mais dura para as dezenas de milhões de brasileiros que vivem na fronteira da miséria. Para eles, muitas outras revoluções serão necessárias antes que possa ter sentido a revolução cultural sexual.

Se o prazer aparece como privilégio de classe, lutar contra os privilégios de classe é também lutar contra os prazeres que, em larga medida, constituem um monopólio dos “de cima”. Um biógrafo conta que Lênin, certa vez, tendo

escutado com enlevo raro em sua sóbria personalidade uma sonata de Beethoven, rompeu bruscamente o esteticismo da atmosfera observando que aquela música era bela demais para um mundo tão triste. É difícil identificar-se ao mesmo tempo com a miséria do mundo e com os prazeres do mundo.

Donde a atitude, compreensível mas lamentável, dos que erigem em “moral proletária” o comportamento sexual das massas oprimidas materialmente pela exploração capitalista e culturalmente pela ideologia dominante. Quem quer mudar o mundo não pode fazer do amor sexual o ópio que alimenta paraísos artificiais falaciosos e frágeis. Neste sentido, o “puritanismo revolucionário” tem sua razão de ser. Mas ele empobrece a revolução e mutila antecipadamente a nova mulher e o novo homem se imagina que a sexualidade socialista será a sexualidade capitalista sem capitalistas...

13. As ciências do sexo e os feiticeiros da repressão



Nos Estados Unidos os psiquiatras costumam ser chamados de “encolhedores de mentes”. O termo expressa bem o papel que a psiquiatria e diversas correntes da psicologia têm desempenhado nas sociedades modernas: basicamente o de rotular, policiar, controlar, reprimir e reduzir a dimensão humana ao seu mínimo funcional. Ajustar o homem às exigências de disciplina e produção ou punir os mais renitentes com as justificativas “científicas” da loucura.

Mas, neste mesmo século em que as ciências do comportamento se aprimoraram como técnicas de controle social, algumas vertentes da psicologia (a partir da psicanálise e radicalizando-se depois de Reich) passaram a desempenhar o papel inverso. Surgem correntes teóricas que mudam os enfoques sobre neuroses e saúde mental. A constatação freudiana de que a vida em sociedade restringe as possibilidades de felicidade, a começar pela mutilação do que o homem tem de mais vital, a dimensão erótica; o postulado de Reich de que o controle da sexualidade não é um fim em si, mas é uma estratégia castradora do homem total, inibidora do ser ativo e político; toda essa linha teórica que parte ou desemboca na sexualidade, pode ser considerada uma perspectiva de trabalho em favor da libertação? As linhas psicoterapêuticas que manipulam as relações das pessoas com seu corpo e seus desejos estariam apontando para a diminuição dos efeitos da repressão ou para técnicas de controle mais sofisticadas?

Para debater essas questões, reunimos três pessoas que trabalham nessa área: Antonio Carlos M. de Godoy, psiquiatra e psicoterapeuta de linha bioenergética; Fábio Landa, psiquiatra e analista reichiano; e Gregório Barembliitt, psi-

quiatra e psicanalista argentino residente no Brasil, fundador do grupo Plataforma que renovou a psicanálise argentina e atual diretor do IBRAPSI (Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições), no Brasil. Nessa mesa-redonda, da qual participaram Guido Mantega, sociólogo e editor deste caderno e Maria Rita Kehl, psicóloga e jornalista, foi discutido o papel da sexualidade na determinação das neuroses; os conflitos do psicoterapeuta entre sua ideologia e suas opções políticas, e a liberdade do paciente. Falou-se também sobre a repressão sexual no Brasil, quando os debatedores sugeriram um quadro de subdesenvolvimento em matéria de liberação sexual.

Rita — A bioenergética trabalha com o corpo, como na terapia reichiana. Até que ponto uma é herdeira da outra e qual a diferença entre elas?

Godoy — Em primeiro lugar, temos que distinguir várias correntes bioenergéticas, cada uma com as suas peculiaridades. Mas, simplificando, a bioenergética é um desenvolvimento da técnica de Reich. Reich iniciou o caminho, aproveitou a base freudiana e abriu novas frentes, deixando para os seus seguidores a tarefa de desenvolver a sua técnica. Reich trabalhava com toque (corporal), respiração e uns poucos movimentos. Então, os neo-reichianos desenvolveram muito mais movimentos e novas posições corporais. O Loan, por exemplo (uma das figuras de destaque da bioenergética), quando fazia terapia com o próprio Reich descobriu que mudando as posições utilizadas pelo mestre, surgiam novos sons e novas emoções. Cada nova posição despertava uma nova coisa. Então ele foi ampliando aquele conhecimento reichiano, assim como o fizeram outros seguidores. Porém, uma coisa importante se perdeu na maioria dos trabalhos bioenergéticos: a visão social e a participação política de Reich. Voltaram-se muito mais para o refinamento da técnica, perdendo o caráter social, o caráter político, a capacidade de atingir a massa que Reich tinha. Os trabalhos de Reich mostram a importância do meio social na terapia, na problemática neurótica ou psicótica; ele foi a única pessoa que realmente fez um trabalho de massas, com o trabalhador, primeiro com os centros de higiene sexual em Viena e mais tarde (pouco antes da guerra) com a Sexpol junto com o PC, onde chegou a ter quase 50 mil membros. Era

atendimento sexual para o proletariado mesmo. Na história da psicologia e psiquiatria foi a única pessoa, pelo menos que eu saiba, que atendeu a massa. Então, os maiores expoentes da bioenergética foram perdendo justamente esse lado importantíssimo. Naturalmente, isso não exclui a possibilidade de um trabalho, desde que haja condições, meios de comunicação e governos que se proponham a dar força para o atendimento da massa. O refinamento da técnica possibilita um trabalho nesse sentido.

Guido — Pegando esse ponto, a gente observa que a técnica psicanalítica tradicional é um método extremamente elitista, pois exige que os terapeutizados deem no divã de 4 a 5 vezes numa mesma semana, pagando em torno de 1 mil cada vez (cerca de 20 mil por mês) e durante anos a fio. Parece que Reich iniciou um método que simplifica toda essa cerimônia, usando recursos corporais que fazem as emoções e o inconsciente virem à tona muito mais rapidamente. Então, essa nova técnica possui um caráter revolucionário, mesmo que ainda não explorado, no sentido de permitir a socialização da terapia?

Godoy — Exatamente. Reich acreditava que, mexendo na couraça caracteriológica, o material mais profundo viria mais rapidamente, mais fluentemente para a superfície.

Rita — Inclusive mais garantidamente, pois pela psicanálise não se pode garantir que esse material venha à tona.

Godoy — Isso mesmo. A princípio, Reich ficou mais restrito à teoria freudiana. Mas depois, ele foi desenvolvendo a análise do corpo, da couraça muscular, e foi procurando um método cada vez mais direto, que abreviasse o tempo de terapia, e analisando também a situação social em volta. No caso de uma pessoa com uma problemática sexual mostrava que se esta vivia, por exemplo, num quatinho com mais dez pessoas, numa situação miserável, trabalhando dez horas por dia num trabalho supercansativo e encontrando em casa um monte de crianças, só podia ter uma relação sexual superangustiante. É ridículo querer analisar a situação como se o paciente estivesse isolado do seu contexto.

Gregório — Eu concordo cem por cento com Godoy de que Reich foi uma figura central de toda uma revolução teórico-técnica, ao lado de outros pilares importantes do pensamento psicológico oci-

dental tais como Moreno, os culturalistas, a psicologia institucional e social que começa nos EUA, as correntes analíticas assistenciais, etc. Enfim, as técnicas terapêuticas surgem de uma espécie de encruzilhada de muitas correntes e determinações. Reich merece destaque como o personagem que estabeleceu a integração entre a teoria do psiquismo e inconsciente de Freud, com a valorização da participação do corpo além da integração dessa articulação conforme o contexto sócio-político-econômico e ideológico. Mas, depois de Reich, ocorreu a perda dessa integração, como assinalou Godoy, no sentido de que muitas correntes atuais privilegiam o corpo e o abordam com distintas técnicas, mas esquecem da articulação sócio-político-econômica. E também, em muitas ocasiões, elas esquecem do trabalho de interpretação analítica propriamente dita. Muitas dessas correntes tiveram um desenvolvimento empírico-técnico às expensas de uma espécie de atrofia teórica, no sentido de que elas não somente esqueceram o tratamento teórico como até mesmo o proscreveram. Consideram-no um obstáculo para o desenvolvimento e aprofundamento técnico. Essa ruptura com a teoria produziu um efeito interessante e permitiu realmente um desenvolvimento técnico muito imaginativo, porque começou a utilizar todos os recursos possíveis da convivência cotidiana, como o esporte, a música, o desenho, artes, expressões corporais, pedagogia sexual, drogas, dramatizações, exercícios, etc. Essas possíveis vias estavam como que obturadas, constrangidas pela teoria psicanalítica que havia se desenvolvido com base em uma técnica de terapia individual centrada na livre associação. Acontece que, nesse desenvolvimento que tiveram as técnicas, esqueceram os fundamentos da teoria do psíquico e do social, além da ação política. Talvez não houvesse outro jeito, porque a teoria (psicanalítica) se academiza, e, depois de ser revolucionária, acaba reprimindo certos desenvolvimentos posteriores. Acho que chegou o momento de fazer uma reintegração de tais técnicas reformuladas desde a teoria do psíquico e do social e integradas à ação política. Parece que a história do conhecimento e a práxis humana têm períodos de análises, de dissociações, e períodos de síntese. Eu acho que talvez tenha chegado o momento de síntese. E nessa síntese eu valorizo o papel da teoria, porque sem teoria não há ciência, e sem ciência não há ação terapêutica e sócio-política eficaz. Então, não se pode permitir que a teoria caia numa espécie de imperialismo teórico, assim como não se pode aceitar o espontaneísmo técnico que acaba derivando para um sensualismo, um pragmatismo e mesmo um adaptacionismo, uma vez que não há uma vigilância teórico-epistemológica que o esclarea. Nessas circunstâncias, cabe a integração, aproveitando-se os

conhecimentos que se têm atualmente sobre a estrutura do psiquismo, da estrutura social, da estrutura inconsciente do desejo, etc. Se essa teoria fosse aliada às técnicas que foram desenvolvidas possibilitaria não somente um atendimento massivo (feito em termos totalmente diferentes da análise ortodoxa) como também a integração do conhecimento psicológico e das técnicas psicoterapêuticas na constituição de instituições com os movimentos e correntes de transformação social. A militância política deve integrar esse saber teórico e técnico. E esse saber pode integrar um certo tipo de prática política no seio mesmo do exercício psicoterapêutico. Acontece que a prática psicoterapêutica, seja ela qual for, é, simultaneamente, um exercício de poder, uma prestação de serviços remunerada e uma produtora/transmissora de ideologias. Quer dizer, toda a prática terapêutica é uma prática social, mesmo que geralmente se ignorem essas suas determinações sociais. São bastante conhecidas as críticas dos movimentos e partidos políticos tradicionais, de esquerda e de direita, à ciência do psiquismo e determinadas estratégias terapêuticas. Acho que chegou o momento de refletir em torno da participação das determinações sociais na terapia, como também usar os conhecimentos desenvolvidos na psicoterapia nos movimentos de transformação social. Só que isso não deve ser resolvido num nível tático empírico, mas pensado profundamente a partir da articulação dos corpos teóricos das diferentes disciplinas que tratam do psíquico, do social, do antropológico, do comunicacional, etc. Acho que o perigo principal nesse propósito é o imediatismo assistencial que rejeita os conhecimentos da ciência do psiquismo e dos movimentos psicoterapêuticos, alguns dos quais se constituíram em verdadeiros movimentos de massa, como os de Reich, ou como os de Rogers, por exemplo, que opera com uma doutrina e uma psicoterapia predominantemente reacionária e perigosa no meu modo de ver. Acho que mesmo Reich era um pouco ingênuo, mas sem dúvida é a figura mais valente neste caso.

Rita — O trabalho de massa de Reich foi dentro do Partido Comunista?

Godoy — Dentro e fora. Ele tinha os centros de higiene sexual em Viena, onde ele mandava ver mesmo. Naquela época ele defendia coisas como o ensino de técnicas abortivas, lutando contra as proibições a práticas sexuais mais abertas, como o homossexualismo. Isso, naquela época, era um Deus me livre; além de toda a participação política no sentido de fazer reformas sociais, melhorar as

terapias, ainda tinha ligação com o PC. Tudo isso fez ele sair às pressas da Alemanha, pois ele estava na lista negra dos nazistas. O próprio Freud, por exemplo, desaconselhava aos seus alunos irem assistir as aulas de Reich porque ele era comunista... e coisas desse nível. Quer dizer, ele pegou uma época tão efervescente e se estrepou com isso. Ele criou uma coisa que aos poucos foi sendo mutilada. Atualmente, a gente trabalha de uma forma muito elitizada, fechado num consultório. Mesmo se a gente vai fazer um trabalho num centro de saúde numa periferia, é para aliviar um pouco o sentimento de culpa. Mas em termos de solução de massas isso não resolve. Eu acho que havendo umas mudanças você pode criar novas formas de atendimento global. Na China, por exemplo, todo o mundo acorda às 5 horas da manhã, liga os rádios, sai na rua e começa a fazer exercícios. Isso aqui pra gente é loucura. Imagina o brasileiro acordar às 5 da manhã para fazer exercícios? Mas, na medida em que você faz determinados exercícios (na linha oriental, bioenergética, etc.) diariamente, isso representa uma verdadeira medicina preventiva. Ela cria uma saúde corporal e uma saúde mental.

Guido — Mesmo esses exercícios da China?

Godoy — Sim. Se a gente analisá-los sem o conhecimento dos proventos que se pode ter disso, a gente acha que é uma loucura colocar as pessoas na rua às 5 da manhã. E, na verdade, isso pode ter um sentido muito diferente, um sentido terapêutico e curativo.

Rita — Ou também disciplinativo?

Godoy — Vamos dizer assim, pode servir para tudo. Mas são idéias que poderiam ser exploradas. Por exemplo até que ponto você poderia trabalhar com isso em fábricas? ou em escolas? Poderíamos trabalhar com medicina preventiva e também com mais informação, com a discussão mais aberta de toda a temática sexual, a situação do aborto e um milhão de outras coisas que, se puderem ser aclaradas desde o início, são mais fáceis de solucionar.

Guido — O Gregório disse que as psicoterapias propagam determinadas ideologias. Então há um posicionamento político-ideológico por trás de uma prática analítica qualquer, mesmo que o analista ignore que está fazendo tal coisa. Daí eu faço a seguinte pergunta: o terapeuta se depara com uma série de juízos de valor

como os conceitos de sanidade e insanidade, adaptação e desadaptação, neurose e normalidade, e até mesmo o de sexualidade, a respeito dos quais deve se posicionar. Como vocês lidam com esses critérios que, em última instância, determinam o fim ou a continuidade da terapia, o internamento ou não do paciente em crise, a necessidade de utilização de drogas, etc.?

Gregório — O problema dos valores que norteiam a psicoterapia é bem complexo. Pessoalmente, eu acho que atualmente temos acesso a uma série de dados teóricos e críticas epistemológicas e ideológicas que dão a possibilidade de se analisar os sistemas psicoterapêuticos, os diagnósticos, prognósticos, etc., enquanto sistemas ideológicos. Acho que a gente já parte de um sistema de valores existente na ciência constituída. Por exemplo, eu vi que vocês têm aí uma pergunta sobre sexualidade. A primeira coisa que o terapeuta pode fazer para definir uma posição quanto à sexualidade é saber do que está falando, ou seja, definir sexualidade. A definição de sexualidade não pode ser procurada nos sistemas ideológicos vigentes. Temos de saber o que é a sexualidade na teoria do psíquico, na teoria do histórico, nas relações de parentesco. Então, se a gente tem uma posição científica em torno de uma definição em termos teóricos, podemos adotar uma posição ética particular que conduza a ação terapêutica. Neste campo existe o preconceito da neutralidade, isto é, o terapeuta pensa que pode operar neutralmente em torno da definição de certos valores como saúde, enfermidade, doença, sexualidade, disfunção, etc. Os argumentos são de que a gente deveria operar sem perguntar-se demasiado a respeito dos supostos fundamentais. Simplesmente a gente deveria operar porque senão não operaria. Com isso, caímos num certo tipo de operacionalismo. A posição que eu subscrevo me diz que eu não sou neutro em meu trabalho, mas que eu posso alcançar um certo grau de controle sobre o sentido em que estou direcionando meu trabalho. Não posso ser neutro, mas, pelo menos, posso explicitar as coordenadas pelas quais proponho uma orientação teórico-técnica. Nesse sentido, operarei com uma orientação político-técnica estratégica. Não serei neutro. A única diferença é que terei clara consciência da direção em que opero.

Rita — E também o seu paciente?

Gregório — Geralmente sim. Às vezes, não é preciso que o saiba, pelo menos de cara. Porém, eu tenho explicitado minha posição.

Godoy — Acho que atualmente ninguém mais acredita na neutralidade do terapeuta. Então, a operacionalidade terapêutica tem que se fundamentar em valores. Se não há neutralidade, temos que ver em que linha se vai. Acho que quanto mais claro isso estiver para o paciente melhor. Ele tem de saber com quem ele está fazendo a terapia, onde ele se localiza politicamente ou socialmente. Pelo menos isso pode ser aberto em discussão. E quanto antes a pessoa saiba disso melhor. Dependendo do contexto ideológico, os conceitos variam enormemente. O conceito de normalidade, ou mesmo os de sanidade ou insanidade requerem uma séria elaboração. Há coisas que anos atrás eram, para mim, sinônimo de insanidade ou doença e hoje não são mais. Por isso os psiquiatras são chamados nos Estados Unidos de encolhedores de mente (*head shrinkers*), dada a prática repressiva que podem exercer ao considerar certas coisas anormais ou insanas. Esse apelido dado aos psiquiatras tem muito a ver com o que aconteceu na Califórnia. Aí houve profundas transformações decorrentes da liberação dos costumes, da droga, da aceitação do homossexualismo, os movimentos feministas mostrando uma série de problemas, etc. A mulher, por exemplo, descobre que, se mudar de vida, se sair da estrutura do casamento, se desvencilhar de toda uma repressão em cima dela, se libertar de toda uma angústia causada pelo casamento, uma série de sintomas tidos como quadros psiquiátricos e psicológicos desaparecem milagrosamente. Assim como uma pessoa com tendências homossexuais que vive num contexto mais repressivo tem problemas muito grandes que diminuiriam de intensidade num contexto mais permissivo. Também o uso de drogas levando ao aumento da sensibilidade e de percepção, mostrando uma série de quadros psiquiátricos de vozes, visões, etc. Esse tipo de desenvolvimento extra-sensorial que, às vezes, era encaixado dentro de quadros psiquiátricos ou psicóticos, passa a ser percebido de uma nova forma. Tudo isso é checado. Toda a posição psiquiátrica e psicológica é checada. Checada também em função de novas técnicas. Mesmo de técnicas que se recusam à teorização, porém bastante poderosas. A técnica de Pearl, por exemplo, é uma técnica simplista, mas poderosa. Ela funciona. As pessoas entram no processo emocional desde que o terapeuta seja bom.

Guido — Poderosas no sentido da macumba, do espiritismo, ou algo que hipnotize o indivíduo?

Godoy — Vamos dizer assim, num trabalho só verbal, você poderia passar muito tempo sem ter uma vivência emocional na sessão.

Então, há uma mobilização no sentido da pessoa viver uma situação emocional forte durante a sessão. E a terapia mobilizando uma série de coisas para a pessoa desenvolver fora da terapia, coisas que não vivia antigamente no cotidiano. Então, esse tipo de desenvolvimento que traz à tona mais rapidamente as emoções, passou a checar a posição ideológica e teórica de todas as técnicas terapêuticas. Então, atualmente eu fico num processo de checagem. Na minha trajetória pessoal eu vejo claramente que já fui um encolhedor de mentes, quando fui trabalhar no hospital, logo que me formei. Atualmente, eu procuro deixar de lado uma pretensão maior, uma postura de sabedoria, de importância ou qualquer coisa mais pretensiosa mesmo, de querer mudar uma pessoa globalmente, mas no sentido de uma posição mais simples de realmente ajudar a pessoa no desenvolvimento dela. Poder fazer com que ela mesma se desenvolva. Pelo menos não atrapalhar, porque eu acho que a psiquiatria atrapalhou muito mesmo, com todos os seus conceitos de sanidade e insanidade, provocou inúmeros processos de deterioração mental através de internações e tratamentos químicos e de choque.

Fábio Landa — Quanto a essa questão dos pressupostos do trabalho terapêutico, eu acho que uma série de conceitos com os quais a gente lida, não têm a ver diretamente com o trabalho entre eu e o paciente, e sim com um trabalho de *reflexão*, descoberta da minha localização enquanto terapeuta, a função terapêutica, dentro de uma estrutura sistemática — e aquilo que vai me reservando essa função, como o *script* de uma peça não escrita por mim. Aos poucos vou sendo empurrado e arrastado para aquele papel, e vou sendo punido quando desempenho mal ou gratificado quando desempenho bem. Se cumpro bem, como no grupo escolar, tenho nota dez, muitos pacientes, posso cobrar caro, etc. Se tiro nota baixa, sou tido como charlatão e vou sendo abandonado. Se sou muito rebelde e me recuso ao papel que me reservam, posso “repetir de ano” ou mesmo “ser expulso da escola”.

Então, para mim, a questão é anterior à chegada do paciente, quase prescinde dele; eu tenho essa questão e a resposta a ela antes de receber pacientes, e ela pode me revelar um pouco do caminho pelo qual me tornei profissional nessa área — define minha relação com o sistema, com o que é esperado de mim. Então, existe uma certa expectativa de que o psicólogo, o psiquiatra ou o terapeuta, nos diferentes estratos sociais, seja o indivíduo ao qual está reservado, muito especificamente, cuidar de uma faixa de indivíduos que são aqueles que ou incomodam ou são incomodados. É preciso

pensar muito para saber se nós, terapeutas, somos cientistas, médicos, ou que tipo de atividade nós temos. Quando fazemos um diagnóstico, precisamos saber se estamos fazendo um diagnóstico médico ou se, sob a capa de diagnóstico médico/clínico, estamos fazendo um diagnóstico político no seu pior sentido, ou seja, obedecendo e repetindo vozes e pensamentos que não sabemos o que querem dizer, mas sabemos que devem ser ditos. Quem são as pessoas mais próximas, os primeiros que atendem o louco? Primeiro a polícia, depois o psiquiatra.

No nosso momento, devemos pensar coisas que são difíceis de serem pensadas; quando a gente fala em drogas, por exemplo, pode-se pensar ao mesmo tempo nas drogas consumidas e nas drogas psiquiátricas, e aparentemente as primeiras são reprimidas mas, na verdade, além de toleradas, são propagandeadas. As drogas psiquiátricas e seu uso estão a serviço de um controle muito refinado e — digamos ironicamente — esteticamente limpo, de situações que antes eram um trabalho sujo e braçal.

De tal maneira que talvez o psiquiatra se depare com duas questões: ele é um profissional, digamos, liberal, ou é um empregado altamente bem remunerado do sistema de repressão? O cara que cuida do louco e do marginal. E, nisso, seria apenas mais um guarda-cadeias. De tal maneira que a questão teórica se impõe antes de se referir diretamente à prática psicoterapêutica e para a descoberta de novas modalidades de atuação, para fornecer um golpe à ingenuidade da posição do psicoterapeuta. A posição reflexiva do terapeuta teria que ser tomada nesse sentido muito estrito da palavra: *que o seu pensamento tente pensar a si mesmo*. Esse pensar se refere a não atuar intempestivamente *como se estivesse liberando seja lá o que for*, mas no sentido de saber se não estaria liberando, em si ou no outro, forças que serão imediatamente capturadas a partir do momento de sua mobilização como uma fonte energética que vai produzir não para o indivíduo mas para o sistema que, ao mesmo tempo, gera psiquiabras e pacientes, os engloba e os manipula. De um lado, vemos hoje as tentativas honestas mas ingênuas das correntes psiquiátricas se debatendo contra esse aprisionamento, mas numa rebeldia, digamos, juvenil. Como é o caso, por exemplo, das novas técnicas já citadas pelos companheiros. E, de outro lado, a já utilização sistemática, sem disfarces, do diagnóstico psiquiátrico como diagnóstico político imediato.

Há pouco tempo saiu um artigo numa revista de divulgação americana decretando o fim da psicanálise nos EUA e a ascensão e aumento da credibilidade das técnicas mais intempestivas através de

drogas. A gente poderia pensar que se encurta muito o caminho que nos separa do momento em que teremos um supermercado bem fornido de todo material necessário para produzir em nós mesmos aquilo que fazemos atualmente com a TV: se não gostamos de um programa, mudamos de canal. Se não gostamos de uma emoção ou de um momento de nossa vida, mudamos de canal. Isso horizontaliza, em última análise, a posição ereta do homem, quando, a título de dar-lhe conforto, lhe damos a impossibilidade de estruturar-se como ser ereto e social.

O papel do psiquiatra, enfim, e do psicoterapeuta, tem que passar por esse momento reflexivo. E se, de um lado, ao terapeuta está reservado o papel de técnico de laboratório, servil e necessário não para os homens mas para os sistemas vigentes, do outro lado o terapeuta pode colocar-se nos confins do sistema, onde possa observar o que se tenta fazer dele e portanto também da população a ele encaminhada pelo sistema.

Dessa maneira, os conceitos de neurose/normalidade, adaptação/desadaptação, etc., conduzem-nos ao tema da sexualidade, bem como ao tema do trabalho, não em termos daquilo que podemos fazer com eles, mas antes como aquilo que esses temas (fatos), como estão estruturados, *já fazem conosco*. Aí Reich surge como pioneiro de uma visão, não ingênua, mas dolorosa: é quando se pode aplicar a crítica e a suspeita de que ele ficou louco, que é quando ele começa a se indagar nas suas observações empíricas sobre o que acontecia, da metamorfose extraordinária que ocorria nas pessoas a partir daquilo que elas viviam.

Gregório — Na fase mais desenvolvida do capitalismo monopolista tem-se permitido uma série de transformações que acabam questionando os códigos morais, os códigos médicos ou psicológicos do século passado. Recentemente acaba de sair um livro de Robert Castel chamado *Sociedade Psiquiátrica Avançada*, onde ele enfoca a aparição de movimentos críticos questionadores oriundos da chamada marginalidade do sistema. Ele explica como aqueles movimentos são recuperados pelo sistema através de vários mecanismos e são utilizados a serviço da repressão. Isso, sem dúvida, é uma realidade. Ou seja, o sistema está procurando formas de controle social menos militares ou menos policiais, e transformando-as em processos de controle mínimos, microssistemas, sistemas de controle internalizados. Assumidos pelos indivíduos e transmitidos pelos meios de comunicação, da pedagogia, e pelo que Castel chamou de os meios “psi”. Porém, apesar do controle do sistema, os avanços

não podem ser desprezados, mesmo que seja em termos de um movimento pendular com três passos à frente e dois para trás. Sempre fica um passo adiante. Como foi assinalado, a aceitação dos protestos de uma série de minorias oprimidas como, por exemplo, a mulher, as peculiaridades sexuais (como a homossexualidade), as diferenças raciais, etc., acaba questionando as categorias que o sistema utiliza. A necessidade de assimilação desses protestos por parte do sistema traz como consequência a recuperação de todas as ideologias que regulam essa assimilação.

Isso diz respeito também à psicanálise. A ideologia da psicanálise não é homogênea, mas contraditória, com aspectos progressistas e aspectos conservadores. A psicanálise tem uma vertente repressiva, reacionária, como, por exemplo, o privilégio da palavra falada (logos grego como fone), e um desprezo pelos códigos não-verbais, ou o privilégio da genitalidade como forma ótima de realização da sexualidade corpórea (que, na verdade é infinita), etc. Mas, a psicanálise tem também aspectos progressistas, como o descentramento da consciência e o reconhecimento do-*psiquismo* e do inconsciente, a aceitação de uma continuidade entre perversão e normalidade e a aceitação da condição perversa de todos os desejos, a idéia de que a infância é sexuada e que isso deve ser levado em conta pela pedagogia, a crítica à família nuclear, etc. Do mesmo jeito, os citados movimentos psicoterapêuticos hedonistas, simplistas, também são contraditórios. Por um lado, eles abrem um território de liberação, por outro lado, o banalizam ao fechá-lo a uma consideração teórica. Então, eu acho importante assinalar que em cada conjuntura sócio-político-econômica os diferentes sistemas de nomeação e de operação sobre saúde e doença devem ser utilizados com critérios político-estratégicos. Operando com aqueles aspectos progressistas de cada uma das correntes e criticando ou descartando os aspectos regressivos e reacionários. Isso significa construir uma posição epistemológico-político-ideológica e técnica própria. Não aderir aos corpos teórico-técnicos constituídos, mas selecionar diferentes aspectos em função da experiência pessoal, para conseguir operar de maneira produtiva em cada conjuntura. Nesse sentido, respeitando as outras posições, eu tenho uma bastante definida que é diferente da crítica que fazem os antipsiquiatras. Por exemplo, pelo pouco que eu entendo da América Latina eu acho que ela possui uma conjuntura diferente dos EUA e da Europa que lhe atribui um *timing* diferente para a politização da saúde mental. Aqui no Brasil, por exemplo, a psicanálise está completamente dominada pelas associações psicanalíticas. Elas praticam uma psicanálise retrógrada, com uma teoria desvirtuada e uma

técnica exclusivamente individual e excessivamente verbalista, no contexto de corporações beneméritas, crescentemente caras e rígidas. Por outro lado, as distintas técnicas grupais, institucionais, corporais, pedagógicas, etc., estão sendo manejadas por um pessoal sem formação teórica nenhuma; que não tem inquietude ideológica; que não tem parâmetros epistemológicos, sem uma formação tradicional que, em alguma medida, é necessária, não para ser cegamente aceita, mas para ter elementos para pensar uma prática. Então fica a divisão: a psicanálise mal entendida nas mãos das associações psicanalíticas, e as técnicas corporais, expressivas, multitudinais nas mãos de um pessoal que as usa com critérios bem empíricos, espontâneos, acríticos (com raras exceções como o Godoy), que acabam sendo facilmente utilizados a serviço do sistema. Acho que a nossa tarefa é a de reivindicar a teoria psicanalítica em seus aspectos revolucionários, para o movimento maciço da saúde mental, e recuperar as diversas técnicas, tão engenhosas, tão imaginativas, surgidas justamente de movimentos sociais e fundamentá-las com a teoria psicanalítica fundida a uma teoria da sociedade. Assim, eu acho muito importante destacar as técnicas grupais que aqui não são corretamente valorizadas. Por quê? Porque os psicanalistas ortodoxos fabricam o estereótipo de que uma análise boa é individual, freqüente, cara e prolongada. As outras coisas, mais espontâneas, rápidas, e grupais, são consideradas "quebragallo". Mas, a gente que tem experiência nisso sabe que não é bem assim. Pelo contrário, novas técnicas têm uma capacidade econômica de mobilização libidinal e de transformação estrutural bem mais rápida que a psicanálise tradicional. Os psicanalistas mais ortodoxos apóiam-se no fato de que as pessoas que trabalham com essas técnicas são empiristas, pragmatistas, e em muitas ocasiões viram charlatães, curandeiros ou adivinhos, coisa que no Brasil tem uma tradição muito importante. Eu conheço o caso de um psicólogo formado aqui em São Paulo que resolveu operar como adivinho. Conseguiu uma clientela imensa. Ele trabalhava bem. Fazia interpretações sob o rótulo de adivinho. Assim, ficamos na oposição entre burocratas e picaretas. Felizmente, essa oposição não é generalizada porque há pessoas valiosas com inquietudes sociais e políticas, com alguma formação teórica e com conhecimento das técnicas, especialmente as grupais. Então, eu acho que existe para nós, aqui na América Latina e especialmente no Brasil, uma linha estratégica a seguir na saúde mental. Mas aí chega Basaglia, Castel, Guattari ou Foucault e condenam a psicanálise maciçamente, como uma teoria e uma técnica inteiramente reacionária. Ou, por exemplo, Castel assinala que todas essas técnicas americanas surgidas de

lutas populares são inteiramente absorvidas pelo sistema. Isso produz uma espécie de terrorismo crítico que não deixa nada inteiro. E a gente sabe que a doença mental existe. Que o sofrimento psíquico existe, embora seja historicamente qualificado de um jeito ou de outro e que precisa ser atendido. Toda essa sociedade de anti-terapeutas, as correntes norte-americanas, por exemplo, estão produzindo um efeito muito interessante que é a desprofissionalização. Os terapeutas deixam de chamar-se terapeutas e começam a fazer coisas que os aproximam a um misto de líder carismático, *showman* de televisão, pedagogo, guru, etc. A desprofissionalização é um processo muito importante porque levanta algumas determinações do tipo corporacional. Fugir à vigilância do corpo médico é muito libertador porque as corporações médicas são predominantemente reacionárias. Os ortodoxos vêm isso como algo perigosíssimo. Com a desprofissionalização, as entidades do aparato ideológico do Estado perdem o controle sobre esse trabalho. Lamentavelmente, recuperam o controle de outro jeito, por exemplo, assegurando que as ideologias teóricas que conduzem seus movimentos sejam predominantemente ecumênicas. No caso de Rogers, o transacionalismo tem ajuda do Departamento de Estado e de certas empresas norte-americanas. Esse é o jeito de recuperar. Não tanto controlar (impedir) mas, ao contrário, propiciar. Mas propiciar neutralizando os aspectos críticos, revolucionários. De qualquer jeito, não adianta condenar isso em bloco, senão aproveitar esses processos de desprofissionalização para imbuí-los de uma ideologia revolucionária, porque eles têm um caráter revolucionário espontâneo. Acho que em tudo isso as posições ultracríticas são tão perigosas quanto as conformistas, porque elas jogam fora a criança com a água do banho e não deixam uma alternativa para uma política específica de saúde mental.

Guido — Eu queria descer um pouco mais a fundo nessa questão ideológica, e pergunto: que papel deve desempenhar o terapeuta quanto à questão da adaptação/desadaptação? Por exemplo, se a gente chega à conclusão de que estamos diante de um sistema repressivo, conservador, etc., o que deve fazer o terapeuta? Ele deve **desadaptar** ou adaptar? Como ele deve canalizar essas angústias e conflitos que o paciente possui perante essa situação?

Godoy — A manutenção de uma ciência do psíquico desvinculada dos fatores políticos e sociais cada vez mais cai por terra. Toda a tentativa de Freud manter a psicanálise dissociada da política cai

por terra. Nessa situação, acho imprescindível relacionar a angústia pessoal com o sistema. O trabalho terapêutico deve abrir para *essa* visão de como a angústia pessoal se correlaciona com o sistema. A checagem disso leva a uma reflexão. Não obrigatoriamente à imposição de uma ideologia. Senão se cai no outro extremo de um terapeuta que vai querer que todos os seus pacientes tenham a mesma ideologia. Agora, isso não impede uma reflexão em torno do tema. De uma discussão disso. Porque, muitas vezes, as conexões são muito diretas. Há, por exemplo, a constatação de uma angústia, de uma solidão no plano pessoal, e quando você vai abrindo isso, saindo do microcosmo familiar, você vai cair num tipo de sistema que só estimula isso. No sistema em que a gente vive o importante é você vencer na vida, ganhar dinheiro, não pensar em termos sociais, só em termos individuais. Nesse sentido, se você não faz uma análise mais global disso, você fica entrando, porque você pode ficar anos trabalhando com um material em cima desse tema com um paciente e sempre vai encontrar um conteúdo na história familiar dele, na história pessoal dele. Se você desvincula isso de todo um processo social muito mais amplo, você fica extremamente limitado. A mesma limitação pode ocorrer num outro tipo de sistema onde só se valoriza o aspecto político. Neste caso, caímos numa psicologia, num teatro, num jornalismo, enfim numa arte politizada, sob uma determinada bandeira. Cria-se a necessidade do trabalho seguir uma bandeira. É uma nova forma de restrição. Temos de sair disso e ampliar a discussão. Isso não implica num processo reacionário. Pode levar a posições realmente revolucionárias.

Gregório — Ter uma leitura da realidade e do lugar do paciente nessa realidade não implica necessariamente num adoutrinamento ativo, e menos ainda, na imposição de uma posição. Realmente toda a leitura que a gente faz da conjuntura e do lugar do paciente na conjuntura é francamente ideológica e política. Eu concordo plenamente com a linha de não imposição de uma direção mas sim de fornecer elementos para a reflexão sobre uma posição e a escolha do próprio caminho. Mas quero destacar que pessoalmente não me iludo com respeito a que isso mesmo não seja uma política. Quer dizer, eu acho que o terapeuta tem um lugar de luta. Ele luta como terapeuta, aproveitando-se das prerrogativas que o sistema lhe dá para fazer esse trabalho. Além do que, o terapeuta não se restringe à sua função de terapeuta senão que ele é também um trabalhador social. Ele pode agremiar-se, sindicalizar-se, ele é um produtor teórico e ideológico. Ele pode escrever, ele pode assessorar um movi-

mento social e político, etc. Hoje a imagem do terapeuta puro praticamente não existe. O terapeuta é um agente social múltiplo. Mesmo quando ele opera como terapeuta através de uma não-imposição ativa, ele está sendo político. Ele está utilizando uma política científica, ou está utilizando uma retórica para convencer de outro jeito. Não podemos nos enganar quanto ao fato de que ele está sempre operando politicamente. Deleuze tem uma frase que diz “eu vislumbro um mundo em que todos seremos clandestinos”. O terapeuta também é um clandestino. Também pode ser um marginal. Sua prática tem aspectos de marginalidade e aspectos de oficialismo. Ele simplesmente tem que aproveitar sua posição no sentido de dar maior ênfase aos aspectos transformadores de sua prática e à crítica de sua posição social. Ele nunca estará fora do sistema. A idéia de um terapeuta que possa fazer trabalho político não específico de sua posição é absurda. Ele tem uma posição, quer a assuma conscientemente ou não. Mas se a escolhe, tem meios específicos para operar que não podem ser esquecidos. Naturalmente, ele não pode fugir inteiramente às determinações do sistema, mas mantém uma margem de crítica, uma margem de transformação. Nesse sentido, a posição que faz uma crítica radical romântica do papel do terapeuta está destinada a ser ouvida e esquecida. É o que acontece quase sempre com essas críticas demasiado radicais. O terapeuta tem de acompanhar certas regras do jogo que a sociedade lhe impõe. Só que devia analisar os furos do sistema e aproveitá-los.

- Guido* — Se eu entendi bem, o Godoy falou que um tipo de sistema como o nosso tende a criar angústias. Tentando traduzir isso para aquela terminologia da adaptação/desadaptação, nesse caso a atitude do terapeuta para diminuir a angústia seria a de desajustar o paciente a essas regras do jogo impostas pelo sistema, para assim diminuir a angústia. Mas a minha pergunta tinha um pressuposto diferente, ou seja, ela partia do pressuposto de que quando o indivíduo não age segundo as regras que lhe impõe o sistema, se desadapta, isso lhe traz angústia. É uma angústia criada de forma diferente de como o Godoy falou.

Godoy — Eu acho essa pergunta muito boa. Realmente, a pessoa que não se molda a esse sistema vai ter uma série de angústias, e que se você não tiver uma visão mais ampla de como funciona o sistema, você passa a encontrar uma série de explicações no nível pessoal para aquela angústia. O que acontece freqüentemente em terapia é assim: a pessoa começa com uma determinada angústia, depois ela

passa a sofrer um processo de soltura maior em termos de corpo, em termos de uma liberação, de uma evolução pessoal. Então ela começa a entrar em conflito primeiro com o meio social circundante mais próximo. Porque, normalmente, ela vive num meio mais restrito, com normas mais rigorosas, com pessoas mais rigorosas. Então ela vai entrar em conflito nesse grupo. Então, a terapia é importante no sentido de dar as condições de reflexão e de checagem desse meio. Senão, se a pessoa continua a viver num meio muito rígido, chega uma hora que ela pode pirar. A terapia funciona como um fermento crítico em relação ao meio. Daí ela começa a mudar: ou muda as pessoas em volta dela ou ela começa a mudar de meio. Ela começa a procurar meios menos repressores. O que eu tenho visto em termos de terapia é um processo evolutivo no qual, no começo, a pessoa passa por uma fase egocêntrica, só se preocupando com os seus problemas, se mobilizando por dentro. E depois, aos poucos, uma volta para fora. E daí uma maior checagem social. De qualquer maneira, acho que há a possibilidade de se criar a checagem de qualquer sistema. Acho que isso seria uma linha ideal de trabalho.

Rita — Eu queria dar um palpite em termos dessa angústia mais atual, causada pelo conflito com o meio. Eu tenho a impressão que o Reich falava que todas as neuroses são uma restrição de possibilidades. Isso significa que quebrar as couraças não é exatamente quebrar a estrutura básica do indivíduo, mas sim ampliar o leque de possibilidades de trocas com o seu meio. Então, eu tenho a impressão que à medida em que o indivíduo se desadapta nesse bom sentido mencionado por Godoy, se o processo de trocas com o meio se dinamizar, aí ele começa a desbloquear as respostas, as insatisfações, a manifestar o que ele quer e o que ele não quer, passa a escolher melhor o ambiente dele, etc. A angústia que possa inevitavelmente vir a pintar numa situação de conflito (afinal, ninguém quer pôr um pano quente em cima da vida), fica restrita àquela situação. Não é uma angústia que se acumula e se torna uma angústia neurótica. Daí a vantagem dessa adaptação sadia.

Godoy — Em relação a esse negócio de desadaptação que você (Rita) estava falando, outro dia eu estava lendo uma reportagem nos *Cadernos de Opinião* falando das mulheres que trabalham no beneficiamento de castanhas no Nordeste. Elas trabalhavam com as mãos imersas no óleo, e enquanto a mão esquerda fazia um movimento automatizado virando a castanha, a mão direita também

fazia um movimento automatizado de descascar. Isso, apoiadas na perna esquerda, enquanto a perna direita acionava um pedal, durante dez horas, sem parar para almoçar. Do lado de fora da fábrica, para cada uma despedida havia duas procurando emprego. Então, de 150 mulheres dessa fábrica atendidas no posto médico das proximidades, 120 tiveram diagnóstico de neurose histérica. Olha que loucura: uma desmaiando, outra querendo morrer, não achando mais graça na vida, outra não querendo mais saber dos filhos, etc. Isso, do ponto de vista reichiano, é uma análise realmente incrível, porque corresponde àquilo que Reich descrevia quando ele começou a fazer terapia em pessoas que trabalhavam num tipo de trabalho mecanizado como o de fábrica, em que a pessoa fazia sempre o mesmo movimento. Reich notava que, quando ele começava a fazer terapia nesse pessoal, eles pediam demissão do emprego. O cara não agüentava mais. Quer dizer, ele não conseguia mais fazer o movimento automatizado. O diagnóstico para essas mulheres é um rótulo para um problema social. É só tratar um pouquinho dessas mulheres para elas largarem o emprego. Produziria uma desadaptação nesse sentido. Agora, isso num nível de mecanização muito clara. Mas acontece que nós estamos sendo submetidos a um processo de mecanização muito mais complexo. Então, tende a haver uma desestabilização muito mais global. Daí, essa desadaptação vai funcionar de outra maneira. Por outro lado, as terapias podem funcionar no sentido oposto. A psicologia ou a psiquiatria podem funcionar como a política do sistema. Acho que é um perigo terrível. E eu acho que funciona mesmo. Todas as nossas faculdades estão dominadas pelo behaviorismo.

Gregório — Exato.

Godoy — Não tem nada mais controlador e adaptador do que o behaviorismo. É um perigo tremendo de a gente funcionar como polícia do sistema. Não em níveis tão claros como na Rússia, por exemplo, de pegar o dissidente e tratar como doença mental, ou no caso do Galdino aqui no Brasil, há pouco tempo atrás. Eu acho que a terapia é uma arma de dois gumes. Pode funcionar de um lado ou do outro. Esse é o grande problema.

Rita — Acho que essa desadaptação sadia é diferente de deixar pintar a loucura (a saída adotada por uma ala da antipsiquiatria), porque a desadaptação sadia atua, enquanto a loucura é uma desadaptação que bloqueia a comunicação, e não interfere no meio.

Godoy — Na hora em que a pessoa vai se desadaptando, ela se recompõe; ela sofre um estremecimento, mas aquilo serve, ao mesmo tempo, para provocar uma mudança e criar uma nova situação. Ela vai se tornando cada vez mais segura dentro da desadaptação. É diferente de quando, por exemplo, você provoca um processo muito violento numa pessoa, quando você mexe com muita coisa muito rapidamente. Então ela sofre um processo de loucura e perde o referencial. Aquilo cria uma insegurança muito grande. Quando a pessoa chega na loucura, o rendimento social dela, a possibilidade de atuação social se reduz ao mínimo. O louco quase não tem possibilidade transformadora. Essa história de valorização da loucura é folclore. É romântica. Pode-se até checar a instituição pela loucura. Mas é um pouco romântica essa história. Acho que ela não corresponde a uma atuação na realidade. A pessoa para transformar precisa estar localizada na realidade.

Rita — O louco pode ser um signo, mas ele é impotente.

Gregório — Eu acho que a função do psicoterapeuta nesse sentido parece-se um pouco com a do epistemólogo e a do pedagogo, no sentido de que o terapeuta tem a função de ajudar a colocar bem as questões, para que a pessoa possa eventualmente resolvê-las nalgum sentido. Mas, colocar bem uma questão não é algo que se faça a partir de nenhum lado. Faz-se a partir de uma posição. E isso acontece tanto em terapia como em ciência, como numa discussão ideológica ou política. Se a gente começa a colocar as questões de um certo jeito e não as questiona, aí já começam as dificuldades. Por exemplo, a colocação da questão em termos de adaptação/desadaptação é uma terminologia típica do estrutural-funcionalismo norte-americano. E ela não pode ser respondida mais do que dentro desses termos. Então, a gente está falando ou de adaptação ou de desadaptação, e começa a criar neologismos como os de “desadaptação sadia”, que na realidade continua dentro da mesma problemática. Então, o problema é mudar de problemática e colocar as questões em termos das ciências constituídas que já têm outras terminologias para essa mesma problemática. Por exemplo, falar de adaptação/desadaptação corresponderia a falar em submeter-se ou não aos aparatos jurídico-políticos e ideológicos do Estado. O problema pega também por outro lado que é o seguinte: efetivamente, a estrutura psíquica tem uma série de regimes de funcionamento possíveis. Esses regimes de funcionamento estão determinados por séries psíquicas causais e também por séries sociais. Naturalmente, a

resposta psíquica estará, em última instância, determinada pela exigência social atual. Então, por exemplo, a problemática que citou Godoy da produção em série, tanto o taylorismo quanto o seu equivalente soviético, o estakhanovismo, cria uma condição laboral social insustentável, e o aparato psíquico fura frente essas exigências, e reage com um funcionamento "histórico". Mas, não se pode esquecer que aquele funcionamento é histórico. Embora essa histeria seja ou não provocada por condições sociais ostensivamente exploratórias, aquilo é um histeria porque o aparato psíquico funciona historicamente. Então, a gente tem que aprender a caracterizar aquela histeria em termos de funcionamento do aparato psíquico. Isso não quer dizer que a série causal que a gente vai predominantemente abordar para modificar aquela implosão histórica seja o tratamento psicológico propriamente dito. Não sei se estou sendo claro. Mas que aquilo é uma histeria não há dúvidas. Em termos psicanalíticos, a gente acha uma posição x no complexo de Édipo, o uso de determinadas defesas psíquicas e não de outras, um tipo determinado de identificações, uma fixação/regressão a determinadas zonas erógenas, um determinado comportamento tópico, econômico, dinâmico e estrutural do psiquismo. Agora, a compreensão disso em termos psicanalíticos não implica forçosamente na eleição do procedimento analítico como preferencial para modificar esse quadro. E não implica, tampouco, o desconhecimento de uma série de determinações sociais que usam os mecanismos psíquicos de um jeito ou de outro. Mas, aquilo é interessante porque sabemos da incidência da esquizofrenia no capitalismo industrial, esquizofrenia no capitalismo monopolista, no neocolonialismo, no modo de produção primitivo e no social-imperialismo ou no capitalismo de Estado. Então, o que é aquela esquizofrenia? Ela deve ser caracterizada não somente em termos de adaptação/desadaptação senão de diferentes especificidades. Deleuze fala que um louco é um revolucionário fracassado. Aquela frase é bonita. Mas ela deve ser desdobrada numa série de abordagens específicas, sem reduzir-se a nenhuma das dimensões possíveis do problema. Ademais, a problemática é diferente em cada contexto. Por exemplo, foi assinalado que atualmente, nos EUA, a problemática é a da recuperação sócio-política dos movimentos de liberação e sua psiquiatria ou psicologização, vale dizer, a sofisticação tecnológica do controle social. Mas, aqui no Brasil, por exemplo, o problema não é esse. O problema é que não existem movimentos de liberação de nenhuma natureza. Ou, se existem, são superincipientes. Então, aqui, em lugar de condenar os meios "psi", eles deveriam ser utilizados ao serviço da liberação. Porque o seu papel histórico é diferente.

Rita — Mas a vantagem é que aqui a gente tem a chance de tentar transformar esses meios à medida que já temos uma crítica em cima deles. A gente não precisa cumprir etapas, pode interferir nesses meios aproveitando-se da experiência.

Gregório — Exatamente.

Guido — Tentando canalizar a discussão para o problema da sexualidade, eu gostaria de saber qual o papel, qual o peso e o significado da sexualidade na postura teórica e técnica que vocês adotaram?

Gregório — Eu acho que a sexualidade é um dos tantos termos que a gente tem de decompor em abordagens diversas e complementares. A primeira coisa a fazer é uma crítica da versão ideológica dominante do que é sexualidade. Isso já foi feito por Freud. Ele criticou a idéia de que a sexualidade é igual a reprodução biológica, e que ela é igual ao exercício da genitalidade, dentro do limite das instituições como o matrimônio ou a família conjugal. Então, ele já fez a crítica. A separação entre a sexualidade normal e perversa, quando mostrou que todas as práticas perversas podem e devem intervir no exercício da sexualidade chamada normal, como jogos sexuais “prévios”; e talvez ele tenha colocado as bases para aceitá-los não já como jogos sexuais prévios, mas como múltiplas formas possíveis, idiossincrásicas, da sexualidade. Freud já demonstrou a existência da sexualidade com caráter inconsciente, subjacendo a todas as atividades sociais, quer dizer, laboriais, institucionais, comerciais, etc. A subjacência do desejo inconsciente em toda a prática social é um claro descobrimento psicanalítico. Agora vê-se que essa sexualidade não pode confundir-se nem com a sexualidade enquanto relações intersexuais genitais, nem com o erotismo em um sentido amplo, porque ela afeta as diversas práticas sexuais não-genitais e afeta a todas as práticas num sentido não manifestamente erótico. Então, essa sexualidade de que estamos falando já não é a sexualidade biológico-descritiva, é uma sexualidade elevada ao caráter de objeto formal-abstrato. É a energia animadora do psiquismo. E ela está articulada com a força de trabalho, a energia social, para produzir o efeito sociedade. Então, a energia funcionaria bem quando fosse capaz de gerar permanentemente inovações. Essas inovações produtivas resultariam prazerosas para a maioria do contingente social. Como vocês vêem, esse conceito de realização plena da sexualidade não passa exclusivamente por uma valoração das práticas convencionalmente sexuais. É possível pensar

num sistema no qual uma compulsão para a liberação sexual, para o exercício sexual entendido como erótico, seja o jeito que o sistema adota para o controle social. Nesse caso, o reprimido seriam outras formas de realização da sexualidade metapsicológica tais como o amor. Ou a criação, num sentido amplo. Mas essa sexualidade é pseudolivres, porque a sexualidade em sentido formal-abstrato está parcialmente prescrita. Mas o problema é que a gente mora aqui e agora, e no Brasil não existe esse perigo. Porque, se bem que seja certo que existem camadas sociais do proletariado desqualificado, do lumpemproletariado e de alguns setores da pequena burguesia em que predomina uma certa promiscuidade e indiscriminação (por exemplo, em alguns setores urbanos do Rio de Janeiro, em que a indefinição sexual é de fato notável porque a maioria dos integrantes desses setores são bissexuais ou polissexuais), o que predomina é a família nuclear. A moral da reprodução, a prescrição severa da genitalidade exogâmica e endomrimonial. Realmente, predomina a moral sexual tradicional que é própria da condição de mistura de neocolônia com o capitalismo dependente, que caracteriza o Brasil. Se considerarmos as práticas sexuais concretas como índices de transformação social, no Brasil ainda não tem perigo daquela compulsão à libertação. Ainda, o objetivo concreto de luta é uma liberação sexual no sentido do livre exercício de todas as possibilidades e capacidades eróticas do sujeito e no âmbito das atividades descritivamente sexuais. E uma erotização das outras atividades, no trabalho, no estudo, na prática política, etc.

Godoy — Na minha prática de trabalho e na concepção teórica dela, eu já dei uma ênfase maior à sexualidade do que atualmente. Mas, basicamente, eu vejo que a repressão é muito grande. Então, quando a gente fala em liberação sexual, está falando de um pequeno avanço aqui e outro ali. É todo um trabalho muito grande para resultados pequenos, porque o meio determina uma repressão tão grande que te obriga a trabalhar muito para liberar um pouco aqui e um pouco ali. Eu vejo distante o processo de liberação sexual no Brasil. Devido também à tecnologia. Vamos dizer assim, a repressão tem muita tecnologia que vai em cima de você desde a hora em que você nasce, já com o pecado original, e quando você começa a engatinhar com toda uma série de repressões num nível oral, num nível anal, num nível corporal e num nível moral. A repressão nesse nível tem todos os recursos.

Gregório — E não tem desperdício.

Godoy — É, não tem desperdício. É global. Então, você tem poucos recursos para se libertar disso. Tem de fazer um esforço terrível. E o trabalho corporal é fundamental. Sem ele os resultados são pequenos. O indivíduo tem de fazer todo um esforço para chegar a um mínimo. Todo esse aspecto da sexualidade está unido a um processo animal mesmo. A uma vida em relação à natureza, integrada com a natureza. E nós estamos a centenas, milhares de quilômetros de distância de uma vida com a natureza, deformados das mais variadas formas. Por isso, todo o trabalho nesse sentido é grande mas tem resultados mínimos. Porque seria diferente se já houvesse uma base social menos repressora. Na minha prática, eu procuro trabalhar não só na sessão mas procuro dar elementos para que os pacientes continuem se trabalhando todo o dia. Diariamente, o paciente faz os exercícios e aquilo provoca uma soltura em seu corpo, uma descarga emocional, um novo *insight*, uma nova situação. Daí a análise social disso, a análise moral de toda a situação que ele vive. Tudo isso vai determinando uma liberação. Atualmente, a gente tem mais recursos. O desenvolvimento da técnica possibilitou uma abordagem mais firme. Então, é diferente você apenas falar sobre uma problemática sexual, como se fazia antes, e mobilizar, por exemplo, a pélvis do paciente. Porque uma pélvis congelada, dura, está centralizando toda uma problemática. E daí você pode pegar desde uma situação atual até a adolescência, a infância, o nascimento, o meio social que o circunda. É bem diferente você apenas analisar tudo isso, ou colocar tudo em ação de modo a provocar um processo. Então, eu acho que os recursos têm aumentado e as mudanças na situação social têm ajudado. Mas eu já não dou tanta ênfase nesse trabalho. Acho que isso é uma etapa. Na medida em que isso fica melhor já começam outros processos mais amplos de trabalho, de percepção. Esse é um passo primário. É uma coisa que devia ser muito mais natural, mais fácil, mais tranqüila. Então, a partir daí, a gente deve chegar a problemáticas mais abrangentes de um ponto de vista social. Porque o que acontece com a gente, o que acontece com todo o mundo, é que fomos tão massacrados nisso que não podemos enxergar mais amplamente. Nesse sentido, eu acho que é importante como um degrau. Mas não como se esse fosse o problema mais específico. Mas como ele foi muito violento, temos de fazer um esforço muito violento em sentido contrário.

Fábio — Eu sigo naquela linha de me preocupar com o que a sexualidade e o trabalho fazem conosco, e não com o que eu faço

deles. Já está mais do que claro que quando se fala de sexualidade, não se está falando nem de reprodução da espécie nem do ato sexual em si, mas sim do global das relações entre o indivíduo e o mundo, entre indivíduos, e de como esse processo de relacionamento sofre uma dupla interceptação: de uma parte, a repressão propriamente dita e, de outra parte, podemos dizer que o ambiente e o momento histórico em que cada um nasce lhe cobra um imposto pago à vista e a cada minuto de sua vida, a vida toda. Então, podemos ver a repressão não como um fato ditatorial e arbitrário, estabelecendo as bases para os critérios de bem/mal, bom/ruim, mas como um fato altamente elaborado, bem estabelecido, bem instrumentado e funcionalizado.

Não podemos, por exemplo, tomar as relações genitais como relações entre dois aparelhos sexuais, mas como um modelo que, a partir do concreto/biológico, se reproduz em todos os níveis. Quando Reich diz que a relação sexual e o trabalho são dois momentos de máxima descarga de energia, ele aproxima duas situações que podemos tomar como marco a partir do qual podemos pensar. De tal modo que, aquilo que se passa com a relação sexual e a repressão, em ampla medida, é aquilo que se passa com o trabalho e a repressão, considerando repressão como fenômeno social que se opõe à auto-regulação. O modelo genital de relações poderia ser tomado como uma vinculação privilegiada entre duas pessoas. Como a relação sexual é uma das situações de máxima descarga, é uma das situações de máxima satisfação — e dessa forma está afirmada a extrema importância do parceiro.

A repressão age no sentido de enfraquecer essa vinculação. De um lado, tornando abstrata a presença do outro (amor sublimado, amor “desencarnado”, etc.). De outro lado, cobrando o seu imposto ao penetrar na intimidade do fenômeno sexual de cada um dos seus participantes, e estabelecendo uma regulação e as normas sistemáticas para esse encontro. Assim, a legislação complicadíssima que regula a instituição do casamento serve, em última análise, para manter a estratificação social, permitindo apenas a aproximação entre castas próximas.

A repressão atua então no sentido de enfraquecer os vínculos entre as pessoas e torná-las dependentes de um sistema a-pessoal que paira sobre todos o tempo todo. Dessa forma, é a repressão que entra como um componente que molda, em primeira instância, o comportamento das pessoas e determina a própria morfologia, **coexiste** no indivíduo como algo *dele*, juntamente com pequenas porções que permanecem de posse do indivíduo e a seu serviço. A re-

pressão molda uma estrutura ideológica dentro da qual toda uma população é mergulhada a partir do momento em que nasce até o momento em que morre.

Assim, poderíamos dizer que a estrutura ideológica de uma sociedade se reproduz infinitas vezes em todos os seus membros, correspondendo à estrutura caracteriológica de cada um. Quando se pensa em termos de psicoterapia, não podemos prescindir de pensar nesta estrutura ideológica na qual estão mergulhados terapeuta e paciente. Através da modelagem e da regulação de todas as fases do desenvolvimento, os sistemas em que vivemos não se apóiam em bases frágeis ou abstratas, mas cobram um tempo diário, um modo e um esforço diário de adaptação de cada um — e quem não se submete é, de uma forma ou de outra, punido. Ou gratificado de acordo com sua adaptação, mas temos que discutir se ele é satisfeito por essas gratificações. As gratificações que existem no mais das vezes não custam nada ao sistema, já que são apenas concessões bondosas (e/ou lucrativas...) a necessidades que desde o princípio já se sabia que estavam lá. O sistema permite a satisfação de algumas necessidades quando já está devidamente saciado e assegurado de seu próprio poder.

Voltando à sexualidade, ela surge como a grande fonte produtora que se tenta “socializar” e alienar das pessoas. No trabalho terapêutico específico, eu penso que o grande problema é *tornar as pessoas egoístas* no sentido de incentivá-las a recobrar para si aquilo que lhes é próprio e lhes foi tirado, que lhes obrigam a pagar elevadas taxas pelo aluguel do que já é seu. Só quando eu sou egoísta neste sentido é que me encontro com o outro.

Recobrar o próprio corpo é então diminuir as partes alienadas (que chegam a nível de verdadeiras amputações). Ao não tomarmos a repressão como um fenômeno bobinho que se atém no âmbito do “papai e mamãe não me deixavam andar de bicicleta quando eu queria”, podemos ver papai e mamãe como as grandes vozes capturadas de sua época, efetuando na infância de seus filhos o treino para a continuação, tanto do seu amor quanto da sua escravidão. Papai-e-mamãe surgem como os protomodelos que vão ser atualizados e substituídos por outros padrões, mas que guardam as características das autoridades arbitrárias porque também não têm a preocupação com o desenvolvimento do ser que está se desenvolvendo, mas a preocupação com a perpetuação dos próprios *scripts*.

A terapia, então, e sobretudo o que se convencionou chamar de terapias corporais, teriam que ter a preocupação com a *defor-*

mação e o prejuízo da própria biologia do homem, e deveriam tentar descobrir o que estaria mais de acordo com o desenvolvimento do próprio homem. Quando Reich, e posteriormente Marcuse, apresentaram as situações das grandes recusas em relação ao existente, se poderia criticá-los pela pressa em visualizar algo que ainda é longínquo, mas não pela sua visão da deformação que a cultura causa e causou nos homens. Ao nível individual — que é o âmbito onde se desenvolvem as terapias — se pode trabalhar em tentar restaurar a capacidade de transformação do existente institucional em função das descobertas que o indivíduo faz, a cada momento, de suas necessidades.

O regime de autogestão, tanto ao nível individual quanto ao nível de pequenos grupos, aparece como intensificação do conflito entre a auto e a heterorregulação. É conhecido o exemplo da fábrica de relógios LIP, onde se formou um exemplo de laboratório que poderíamos estudar para encontrar um vértice de melhor observação da nossa atividade, tanto da função esperada quanto da função que o terapeuta deve encontrar por si. Essa fábrica, a partir do momento em que entrou em regime de gestão própria dos trabalhadores, redefiniu não só as relações de trabalho — redefiniu o que passou a ser considerado como trabalho por aquelas pessoas. E as relações amorosas entre seus membros, ao nível dos pressupostos sociais que as regulavam.

Nenhuma revolução (isto é, indagação a respeito dos elementos institucionais) pode passar atualmente sobre o fato de que a estrutura ideológica de uma sociedade e a estrutura caracteriológica de seus membros são manifestações do mesmo fenômeno, de tal modo que a terapia e a prática terapêutica se inserem ambas nessa pesquisa e trabalho de libertação do Homem.

Gregório — Levando em conta a sexualidade no sentido abstrato-formal, como energia psíquica, a gente procura traçar para cada sujeito uma espécie de mapa de resistências libidinais examinando um trabalho intelectual, discursivo, ou por meio de um trabalho mobilizador físico, ou mesmo um processo criativo artístico, através da análise da posição social do sujeito, etc. Então, a tarefa consiste em localizar as resistências, em procurar a transgressão dessas resistências. A resistência pode localizar-se em qualquer das áreas fenomênicas de expressão dessa libido. Acontece, então, que a área comumente chamada de sexual, isto é, a área da transa erótica não é a única, como já salientou Godoy. Mas ela é historicamente predominante. Eu, pessoalmente, continuo atribuindo a essa área uma importância particular.

Godoy — Tem uma importância particular exatamente pelo excesso de repressão em cima. A gente tem de analisar esse dado sem se perder nessa situação.

Gregório — Exato, porque realmente a gente vê na clínica que o pessoal está bloqueado em tudo. E ainda mais, eles têm áreas de bloqueio que a gente sabe que historicamente não têm salvação. Que eles não se realizarão pelo menos nesta época. Porque mesmo o terapeuta tem alienações e bloqueios, produtos de sua posição social que não tem porvir histórico num futuro próximo. Por exemplo, o fato de que a gente trabalha por dinheiro, entre outras coisas. Eu estou convencido de que enquanto eu cobrar o meu trabalho estarei enredado numa determinação insuperável. Isso é um limite estrutural da intervenção terapêutica. Eu já ensaiei outras coisas em contextos diferentes que me permitiram enxergar que não existe jeito para sair da contradição dessa prática rentável. Mas, deixando de lado aquelas determinações que não poderão ser inteiramente suprimidas em face dos limites históricos do sistema, a área propriamente sexual, no sentido descritivo da palavra, tem possibilidades menos limitadas de realização. Porque o sistema já oferece certas condições para essa realização, mas ela permanece exageradamente reprimida. Isso quer dizer que a situação de localizar a repressão erótica e corpórea e liberá-la é um trabalho que não acaba nunca. E seus efeitos são bem humildes, como disse Godoy. A gente tem experiências onde consegue entrever a realidade erótica, a possibilidade de plenitude libidinal, mas elas são muito fugazes. E o sistema repressivo se fecha imediatamente sobre esses lampejos. Então, nesse sentido eu compartilho a idéia de que as técnicas corporais são muito importantes porque, pela via inocente de um exercício elas podem abrir um campo, mesmo que ele torne a se fechar quando o indivíduo percebe que está se liberando demais. Igualmente as técnicas grupais são importantes porque elas abrem uma dimensão sexual grupal que está muito proscrita, porque a sexualidade é pensada sempre em termos de privacidade do casal. Então, eu acho que esses são os buracos do sistema. Esse é o jeito através do qual uma tecnologia “psi” pode abrir os panoramas.

Guido — Pensando ainda nessa questão da dimensão da sexualidade, bem no início de nossa conversa Gregório colocou que a sexualidade ou o erotismo poderia se manifestar não somente na atividade sexual propriamente dita, isto é, na transa, mas também em outros canais, como, por exemplo, no trabalho, na criação artís-

tica, etc. Isso me sugere algo que tem uma dimensão muito grande e que talvez seja um dos princípios fundamentais da existência humana. Ou, quem sabe, o impulso básico da existência humana. Então, eu estou discordando um pouco de que a sexualidade adquire uma importância grande devido ao nível de repressão que existe em cima dela. O que eu estou tentando explicitar é o chamado princípio do prazer esboçado por Freud. Na verdade, eu estou tentando encarar uma energia erótica não como um impulso, ou algo parecido, mas como um princípio de vida. Uma tendência do homem buscar o prazer e a felicidade, que transcende os impulsos biológicos, mas é uma espécie de princípio filosófico que vem sendo construído pela prática humana. Estou tentando dar uma interpretação metapsicanalítica de Freud, e não somente psicanalítica. Tentando ver em Freud um princípio filosófico para a atividade humana. Então, a gente teria de fugir um pouco de analisar a sexualidade como um impulso, mas vê-la como um princípio que o homem tenta fixar mas não consegue. Nesse contexto, entendo esse instinto de prazer como a busca da felicidade. Então, a gente poderia, nesse contexto que eu falei, pensar que a sexualidade seria o princípio básico de toda a vida humana. A gente deveria tentar fixar esse princípio no sentido de erotizar o trabalho, as artes, as atividades políticas, etc. Então, eu estaria dando um sentido bastante amplo a esse conceito de sexualidade.

Godoy — Eu acho que os movimentos políticos falharam em não observar esse dado. Vamos pegar o que aconteceu no movimento social da Rússia. Em princípio, a Revolução Russa mexeu com isso, realizando diversas experiências nesse sentido. Mas, aos poucos, eles começaram uma podaço nas experiências pedagógicas, nas experiências sexuais, nas experiências de mexer com a autoridade da família. E também podando o desenvolvimento basicamente sexual. Então, nesse sentido, você vai caindo num processo de burocratização que tem a ver com todo esse movimento. O Reich já cantou essa bola em 1930 prevendo o que ia acontecer agora. Então, esse dado é superimportante na análise política da transformação dos sistemas, porque, se não entrar em jogo, começa a corroer por baixo a uma posição aparentemente revolucionária. Veja-se o que está acontecendo na China. Você tem todo um processo baseado num tipo de repressão sexual até os 25 anos. Qual a importância disso em relação ao processo político que está havendo? Tudo isso precisa ser mais analisado, mais desenvolvido. Eu acho, por exemplo, em relação a esse dado básico da necessidade humana de prazer

que o que a gente encontra é o princípio bastante generalizado da angústia do prazer. Na medida que a pessoa começa a ter um prazer vem uma angústia que corta esse prazer. Por exemplo, vamos pegar a população de São Paulo, ou melhor, vamos pegar a elite, nós aqui. Você vai ver quantas pessoas sentem a angústia do prazer. Você vai ver que é a maioria. Isso na elite, onde todo o mundo se trabalha. Agora, é preciso verificar como vem essa angústia, como são esses mecanismos. E nisso eu acho que dá para trabalhar intensamente, principalmente com o trabalho corporal. Porque enquanto você não decompõe as áreas, enquanto você não decompõe as couraças, não adianta. Quando vem o prazer, automaticamente a angústia vem junto. Então, se você consegue fazer a angústia circular num nível menos tenso, o prazer vem e pode fluir. Você pode criar as condições para isso. Mas são exceções em cima de um puta trabalho violento. Então, o importante é a análise das distorções globais. Seria diferente se toda a estrutura social determinasse uma situação de prazer como regra. E, de repente, no meio daquela sociedade tivesse uma exceção com angústia. Eu acho que o movimento social tende para isso. Quer dizer, a mobilização política e social no sentido do prazer. Não implantar esse princípio do prazer é ignorar a situação humana. É fazer uma transformação social e política maquinalmente. Então, a gente analisa: mudando o sistema social assim e assado, igualando os indivíduos, fica tudo bem; todo o mundo vai ser feliz. É o super-homem de Nietzsche. No começo da Revolução Russa as pessoas falavam nisso. Todo o homem vai ser um super-homem porque ele vai estar numa situação igual ao próximo, ele vai ter instrução, ele vai ter isto e aquilo. Então, criou-se uma imagem e a política não correspondeu àquilo. A gente tem de estar muito centrado na situação social do indivíduo. Nisso a gente encontra as mais variadas posições de checagem. Por exemplo, eu estava lendo uma entrevista do Vinicius de Moraes nas páginas amarelas de *Veja*, e ele falou uma coisa que eu achei ótima. O entrevistador estava tentando mostrar que ele era um dos melhores poetas do Brasil, e ele nem dando a mínima pelota. Aí, uma hora o repórter falou para ele assim: "Vinicius, e a arte? A arte ou a vida?" E ele respondeu: "Você tem alguma dúvida que é a vida?" Ele estava ligado era na vida. Em uma posição vivencial. Então, até que ponto a gente foi saindo disso? A gente foi saindo da vida para outras situações vivenciais?

Rita — Agora eu gostaria de dar uma opinião sobre porque acho que a situação sexual é uma questão central. Acho que tem dois

eixos que passam necessariamente pela questão sexual. Um deles é o aspecto da inibição e desinibição do desejo em geral. Pela inibição sexual passa a inibição do desejo, da fantasia, da utopia e do inconsciente. Daí vem um dos motivos pelos quais a repressão política cai no sexual. Cai prioritariamente no sexual talvez por ser mais fácil de concretizar. O sexual se manifesta como uma ação, e é mais fácil exercer outra ação sobre essa ação. Então, eu acho que a desinibição do desejo é um trabalho político no sentido em que o indivíduo que desinibe o sexual necessariamente também desinibe esse fluir do desejo nele. E exercer o desejo não se restringe ao prazer genital, mas a tudo o que poderíamos chamar de desejo existencial. O outro eixo, talvez mais forte, que eu saquei no *Mais Além do Princípio do Prazer* do Freud, é que todo o processo vital é um processo de troca com o meio, com o meio físico. Nesse trabalho tem um momento em que Freud fala dos seres unicelulares que se revitalizam na troca, na cópula. Ele está tentando entender como é que quando dois seres se unem, ao invés deles esgotarem as energias, como o próprio Freud coloca em outras obras, se revitalizam. Então, eu acho que esse processo de revitalização das relações interpessoais e das relações sociais passa pelo sexual porque é um tipo de relação das mais profundas e das mais vitais. Então, a utopia do desbloqueio sexual também é a utopia de uma sociedade de relações muito vivas, muito dinâmicas, muito fluidas. Uma sociedade muito móvel que não submete a qualquer esquema de congelamento, de autoritarismo, etc. Eu acho que esses dois lados (do desejo e da troca) mostram que a questão sexual é uma questão central mesmo, e bem visada.

Gregório — Eu concordo totalmente, porém insisto na correção da colocação dos problemas. Porque o problema da sexualidade é, na minha maneira de ver, não o da troca. Essa maneira de ver que você mencionou, é uma versão especialmente dos estruturalistas, quer dizer uma versão existencial topológica e formalista da psicanálise, atualmente preconizada por Lacan. O problema não é o da troca, é o da produção. A transformação das relações sociais de produção requer ser acompanhada de uma transformação das relações sexuais de produção. E ambas são correlatas. São duas partes do mesmo processo. Isso produzirá automaticamente uma transformação dos sistemas de troca. Porém, o problema não se restringe a mudar o sistema de trocas.

Rita — Não era isso que eu queria dizer.

Gregório — Eu compreendo, mas acho que as palavras dizem outra coisa. Isso vai muito mais além do que uma crítica teórica da ontologia do desejo em Freud e Lacan, que é restitutiva. Quer dizer, o desejo como procura de restituição do narcisismo, ele é obrigado a produzir por rodeios. Enquanto que, se a gente pensa a natureza do desejo como um impulso à produção, como Reich o pensou — embora em termos um tanto primitivos — então, a própria estratégia de transformação que a gente propõe fica mais clara. Um problema que é usualmente esquecido é a necessidade de integração da liberação sexual nos movimentos políticos e nas transformações sociais. Se efetua, então, uma crítica forte à repressão sexual nos movimentos revolucionários. Porém, é aí que eu acho o Reich ingênuo. É diferente falar de um projeto político e falar de utopia. A utopia é um momento de reflexão política, mas não é um projeto político.

Rita — Mas acho que é um momento necessário.

Gregório — É um momento muito necessário, mas um projeto político significa um cronograma de transformação. Implica numa leitura de conjuntura, numa estratégia, numa tática, uma técnica, um privilégio de objetivos, uma definição da contradição principal e contradições acessórias. Nesse processo, muitas vezes a leitura utópica é desconsiderada com as conquistas históricas logradas. Então, eu pessoalmente não sou partidário de fazer a crítica da política sexual ou psiquiátrica dos países socialistas. Porque isso, apesar da maior boa vontade, pode ser usado a serviço de outros interesses. Nesse sentido, eu me preocupo com o florescimento, aqui no Brasil, de uma crítica libertária anarco-hedonista que faz uma condenação radical ao “bom” porque ele não é o “melhor”. Freud dizia que o “melhor” é inimigo do “bom”. E a gente tem de considerar que a história é como é. E não podemos acusá-la de não ter sido de outra maneira. A gente tem de propor outro sistema de compreensão da realidade, de planificação da transformação da realidade, mas levando em conta que as mudanças não são planetárias. Quer dizer, que o desenvolvimento é desigual e contraditório. A gente só pode inscrever-se nos furos, nas fendas do sistema e não tem nenhuma fórmula de transformação explosiva de todo o real. Uma última coisa que eu queria acrescentar é uma reflexão inspirada por algo que Godoy colocou muito bem: se a função do terapeuta é desbloquear a sexualidade no sentido amplo que a gente estava falando, então a prática psicoterapêutica tem de ser também sexual, no

sentido de um trabalho que não seja o tempo todo desprazeroso. Eu acho que um enorme aporte dos sistemas psicoterapêuticos de trabalho corporal, grupal e expressivo, é que eles transformaram a terapia num procedimento nem sempre desprazeroso. Quer dizer, eles são coerentes com a sua proposição. Desse jeito, o trabalho terapêutico pode ser divertido, atrativo e criativo. Isso é interessante, porque algumas orientações das terapias psicanalíticas dão-se justamente em termos de uma moral judaico-cristã-protestante de sofrimento durante o tratamento. Essa é uma característica dos sistemas kleinianos ou freudianos ortodoxos, ou ainda dos lacanianos, nos quais o objetivo da cura é sempre a resignação. A cura deve ser sempre muito árdua, difícil, ela nunca tem momentos de prazer. Eu acho que estamos caminhando para uma outra forma de terapia mais coerente com os seus próprios princípios, que pode ser predominantemente prazerosa como todo trabalho produtivo. Claro que sem pretender ir além das possibilidades impostas pelos limites históricos.

Godoy — Claro. Se você, por exemplo, trabalha centrado na respiração, e pega um paciente novo e bota ele pra respirar, ele começa a respirar em termos de diafragma e começam a emergir coisas que podem ser do nível atual ou de passagem. Mas no começo só vem desgraça. Só vêm fatos terríveis, traumáticos, angustiantes. No começo é só isso que aparece. Com a evolução daquilo e com a mudança do meio social da pessoa, as relações afetivas e sexuais começam a ficar melhores e ela começa a ter uma gratificação maior. Você faz o mesmo trabalho e passam a vir coisas prazerosas. Isso tem muito a ver com tudo que estávamos falando no sentido de você mexer exatamente com a angústia do prazer. De repente, começa a vir o prazer. Mas se você se centra num trabalho de angústia, desprazeroso, não vai chegar nisso. Você vai trabalhar com o desprazer, ou seja, se você cria uma situação de terapia angustiante e desprazerosa, a pessoa realmente não vai chegar no prazer. Porque cada vez que ela vai lá, vai passar por uma angústia séria.

Rita — Ela vai estar cada vez mais consciente de sua angústia.

Godoy — Exatamente. A estrutura desses terapeutas fura como estrutura de trabalho. Esse é o problema. Assim como eu vejo a situação social refletida no *setting* de trabalho. À medida que você monta um *setting* de trabalho autoritário na terapia, essa situação

autoritária é um reflexo de toda uma situação autoritária num nível social e um nível patriarcal da família. Nesse sentido, é aquilo que o Gregório estava falando não somente da repressão sexual mas de todas as atitudes: na expressão, na forma de falar, na forma de pensar, na forma de sentir, etc. É algo muito mais global. Se você cria uma situação menos autoritária de desenvolvimento social, você vai criar também a possibilidade de um sistema mais livre, assim como um prazer maior. É muito importante se encontrar uma coerência na forma intrínseca de trabalhar. Porque senão sempre vai haver furos. Você pode montar uma teoria muito bonita em relação a um desenvolvimento qualquer e ele não ter uma prática muito coerente. Esse é um problema com que a gente tem de se defrontar a toda a hora. E nós somos produto de uma situação terrivelmente autoritária e, para a gente sair disso, é preciso uma reflexão e um trabalho contínuo.

Fábio — Ainda me ocorrem algumas coisas em relação à consciência do terapeuta. Se tomarmos no indivíduo a relação entre a regulação social e a auto-regulação, surge que o indivíduo sente-se compelido a tentar sempre satisfazer suas necessidades. Aqueles que trazem no seu bojo promessas de gratificação ou de punição, de maneira imediata. De modo que na hora que a pessoa se recolhe destas zonas de si mesma, capturadas, ela descobre em si um outro funcionamento que não obedece às leis do imediatismo, porque as necessidades aí perdem sua premência por perderem as características de exigência daquilo que *ou é cumprido ou é aniquilado*. Os indivíduos que se poderiam chamar “bem terapeutizados” não são talvez os felizes e gratificados, mas os que têm (ou adquiriram) capacidade de *mediatização*.

Depois dessa longa teoria e depois da longa discussão sobre teoria e práxis, poderíamos pensar que nós, terapeutas, também sofreremos de pressa e queremos gratificar ou ser gratificados quando nossa questão talvez seja, muito mais, a de sermos capazes de observar e manter a observação. O terapeuta observa a biologia não através do instrumental positivista dos microscópios, mas poderia observar o fenômeno do *encolhimento universal das mentes*. Que consiste na gente pensar que está pensando, mas está apenas correndo atrás do próprio rabo. Em vez do engodo de procurar o pote de ouro no fim do arco-íris, temos que encontrar nossos corpos numa associação parasitária com entidades que não são fantasmas.

O indivíduo bem terapeutizado é também o que faz uma boa terapia no seu terapeuta na medida em que o *expõe a incessantes*

momentos de crise de despersonalização ao não conseguir ser terapeuta. Isto é, o terapeuta perdeu seguidas vezes suas teorias e as recobrou de outras formas, sofrendo transformações da produção de conhecimento da relação da qual participou, em que o outro é coprodutor e cobeneficiário. O processo de teorização e prática ocorre nos dois sujeitos da relação, sendo que ora um é porta-voz de uma posição, ora o outro. Quando um paciente se despede, ele deixa mais livre o seu terapeuta. Ele, paciente, tem a capacidade de adquirir não guloseimas imediatistas que, no fim, lhe resultariam numa economia diabetogênica e adaptativa, mas tem a coragem de empreender aquisições de acordo com a descoberta de um funcionamento harmônico com seus ritmos próprios, menos violentadores de sua biologia. E o terapeuta pode se permitir agüentar ter que adquirir uma teoria mais abarcativa e talvez menos bem sucedida. Isso é, torna-se progressivamente “desadaptado” e curiosamente mais longe de um populismo e mais perto de demandas que, às vezes, fogem inclusive ao âmbito do desejo e podem ficar ao nível de *necessidades*. Assim, ele é capaz de ver o que não era capaz de ver antes através de sua teoria anterior.

Impresso nas oficinas
SANTOS MARCONDES GRÁFICA EDITORA LTDA.
Rua Espírito Santo, 268 — Tel. 279-1869
Armazem 8 - Aclimação - São Paulo